

Câmara Municipal de Monforte

Carta Educativa

2023-2033



Junho de 2023

iscte INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

P POLITÉCNICO
DE PORTALEGRE



Ficha Técnica

Nome

Carta Educativa de Monforte – 2023-2033.

Promotor

Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo

Financiamento

ALT20-09-5864-FSE-000002 | Rede para a Promoção da Qualificação e do Conhecimento do Alentejo

Coordenação Geral

João Sebastião, Luís Capucha

Coordenação Operacional

Eva Gonçalves (CIES), João Emílio Alves (IPP), Luís Carvalho (CEDRU)

Equipa

CIES-IUL: Sónia Pintassilgo, Rita Capucha, Teresa Evaristo, Paulo Feliciano, Maria Isabel dos Santos; Pedro Carvalho Henriques

IPP: João Emílio Alves, Luís Loures, Fernando Rebola, Luísa Carvalho, Adelaide Proença, Alexandre Martins, António Calha

CEDRU: Carla Figueiredo, Gonçalo Caetano, Sónia Vieira

Apoio técnico

Câmara Municipal de Monforte: Vera Pegacha; Mariana Mota

Data

Junho de 2023

© ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa / CIES - Centro de Investigação e Estudos de Sociologia
Avenida das Forças Armadas, 1649-026 Lisboa

© Instituto Politécnico de Portalegre (Serviços Centrais)
Praça do Município, 11, 7300-110 Portalegre

©CEDRU

Rua Fernando Namora 46A, 1600-764 Lisboa



Índice

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1 : ENQUADRAMENTO	2
Enquadramento político	2
Enquadramento legislativo	2
Enquadramento teórico	5
Enquadramento metodológico	6
CAPÍTULO 2 : DIAGNÓSTICO	9
Carta Educativa de 1ª geração: uma avaliação	9
O concelho de Monforte	10
História	10
Inserção territorial	10
Sistema urbano municipal	14
Dinâmicas sociais	20
Dinâmica populacional	20
Dinâmica socioeconómica	24
Sistema Educativo concelhio	56
Estabelecimentos escolares: identificação, localização e descrição	56
Ofertas formativas e educativas	61
População escolar	67
Desempenho escolar	72
Projetos educativos estruturantes	81
Dinâmicas dos empregadores e da comunidade	83
A perceção dos atores locais	84
CAPÍTULO 3 : INTERVENÇÕES PARA O FUTURO	89
Análise dos pontos fortes e fracos, ameaças e oportunidades	89
Contexto territorial, demográfico e socioeconómico	89
Estabelecimentos, população e ofertas escolares	91
Dinâmicas de promoção do sucesso escolar	93
Identidade	96
Visão	96
Missão	96
Objetivos e princípios	96
Intervenções futuras: 2023-2033	97

HA
frs
10/2
m
2
2
5
6

Eixo 1 – Edifícios, Equipamentos e Mobilidades	99
Eixo 2 – Ofertas escolares	102
Eixo 3 – Promoção do sucesso escolar	105
Enquadramento na Política Municipal, Regional e Nacional	107
Política integrada do Município	107
Convergência com Região	109
Convergência com programa de educação nacional e orientações europeias	111
ANEXO A: PLANO DE INTERVENÇÕES FUTURAS NOS ESTABELECIMENTOS ESCOLARES	113
Requalificações	113
Ampliações	115

Índice de tabelas

Tabela 2.1: População residente nos momentos censitários 1991, 2001, 2011 e 2021, no concelho, nas regiões do Alto Alentejo e Alentejo e no país	21
Tabela 2.2: Taxa de crescimento total intercensitário (%) 1991-2001, 2001-2011 e 2011-2021, no concelho, nas regiões do Alto Alentejo e Alentejo e no país	21
Tabela 2.3: País, Alto Alentejo e concelhos em função da dinâmica de crescimento em três décadas (1991-2001, 2001-2011 e 2011-2021)	22
Tabela 2.4: Proporção de população do concelho no conjunto da população da região do Alto Alentejo (%), 2021	22
Tabela 2.5: Densidade populacional (hab./km ²), região Alto Alentejo e concelhos, 2021	23
Tabela 2.6: População total e por grandes grupos funcionais (idades completas), no concelho e total Alto Alentejo, 2021	25
Tabela 2.7: Índice de Envelhecimento, Proporção de Jovens, Adultos e Idosos e Relações de Dependência (%), no concelho e total Alto Alentejo, 2021	25
Tabela 2.8: População total em 2021 e Taxa de Crescimento total (%) no período intercensitário 2011-2021, no concelho e total Alto Alentejo	27
Tabela 2.9: População residente em 2011 e 2021, total de nascidos-vivos e óbitos 2011-2020 por local de residência, saldo natural e saldo migratório 2011-2021, Taxas Brutas de Natalidade e Mortalidade, Taxa de Crescimento Natural e Taxa do Balanço Migratório, Taxa de Total, Tipologia de Crescimento, no concelho e na região do Alto Alentejo	28
Tabela 2.10: Nascidos-vivos (N), por concelho e região (NUTS III), no concelho e no Alto Alentejo, 2011-2021	29
Tabela 2.11: Índice sintético de fecundidade, Portugal, Alto Alentejo e concelho, 2001, 2009-2021	30
Tabela 2.12: Proporção de nascidos-vivos de mulheres de nacionalidade estrangeira (%), no concelho e na região do Alto Alentejo, 2011-2021	30
Tabela 2.13: População por grupos etários escolares (n.º), no concelho e no total do Alto Alentejo, e população total do concelho, 2021	32
Tabela 2.14: População por grupos etários escolares (% do total), no concelho e no total do Alto Alentejo, 2021, Proporção da população total (%) dos concelhos na região do Alto Alentejo, 2021	32
Tabela 2.15: Projeções da População Total para 2021, Portugal e Alentejo, por cenários	32
Tabela 2.16: Projeção da população por grupos etários escolares (n.º), cenário baixo, Alentejo, 2021, 2023, 2028, 2033	33
Tabela 2.17: Projeção da população por grupos etários escolares (% do total), cenário baixo, Alentejo, 2021, 2023, 2028, 2033	33
Tabela 2.18: Variação do resultado da projeção da população por grupos etários escolares em quinquênios (%), cenário baixo, Alentejo, 2021-2023, 2023-2028, 2028-2033	33
Tabela 2.19: Projeção da população por grupos etários escolares, cenário baixo, no concelho e total Alto Alentejo, 2023	34
Tabela 2.20: Cálculos próprios, a partir de INE, XVI Recenseamento Geral da População e INE (2020), Projeções da população residente 2018-2080.	34
Tabela 2.21: Projeção da população por grupos etários escolares, cenário central, no concelho e total Alto Alentejo, 2028	34
Tabela 2.22: Projeção da população por grupos etários escolares, cenário central, no concelho e total Alto Alentejo, 2033	34
Tabela 2.23: Densidade empresarial e Número de empresas não financeiras por cada 100 habitantes, no concelho, nas regiões do Alto Alentejo e o Alentejo e no Continente, 2018, 2019 e 2020	35
Tabela 2.24: Número de PME's e de Grandes Empresas, no concelho, nas regiões do Alto Alentejo e no Continente, 2018, 2019 e 2020	35
Tabela 2.25: Taxas de Natalidade e de Mortalidade das empresas não financeiras (%), no concelho, nas regiões do Alto Alentejo e Alentejo e no Continente, 2018, 2019, 2020	36
Tabela 2.26: Número de empresas não financeiras, total e por setor de atividade, no concelho, nas regiões do Alto Alentejo e Alentejo e no Continente, 2020	38
Tabela 2.27: Número médio de pessoas ao serviço das empresas não financeiras, no concelho, nas regiões do Alto Alentejo e do Alentejo e no Continente, 2018, 2019 e 2020	39
Tabela 2.28: Percentagem de pessoal ao serviço de empresas não financeiras, por setor de atividade económica no concelho, nas regiões do Alentejo e do Alto Alentejo e no Continente, 2020	40

Handwritten notes and signatures on the right margin, including the number '55'.

Tabela 2.29: Trabalhadores ao serviço das empresas por situação na profissão, no concelho, nas regiões do Alentejo e do Alto Alentejo e no Continente, 2019 (%)	42
Tabela 2.30: Trabalhadores por conta de outrem, por nível de escolaridade, nos concelhos, nas regiões Alentejo e do Alto Alentejo e no Continente, 2019 (%)	43
Tabela 2.31: Trabalhadores por conta de outrem, por tipo de contrato, no concelho, nas regiões do Alentejo e do Alto Alentejo e no Continente, 2017, 2018, 2019 (%)	44
Tabela 2.32: Taxa de desemprego segundo os censos, total e por sexo, no concelho, nas regiões do Alto Alentejo e Alentejo e no país (%), 2001, 2011 e 2021	44
Tabela 2.33: Taxa de desemprego segundo os censos, por grupo etário, no concelho, nas regiões do Alto Alentejo e Alentejo e no país (%), 2001, 2011 e 2021	46
Tabela 2.34: Beneficiários do Rendimento Social de Inserção da Segurança Social e do subsídio de desemprego no total da população residente com 15 e mais anos, no concelho, nas regiões do Alto Alentejo e Alentejo e no país (%), 2019-2021	47
Tabela 2.35: Beneficiários do subsídio por doença da Segurança Social e do Abono de família para crianças e jovens da Segurança Social, no total da população residente com 15 e mais anos, no concelho, nas regiões do Alto Alentejo e Alentejo e no país (%), 2018-2021	48
Tabela 2.36: Beneficiários de pensões da Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações, de velhice, de invalidez e de sobrevivência, no total da população residente com 15 e mais anos, no concelho, nas regiões do Alto Alentejo e Alentejo e no país (%), 2018-2020	49
Tabela 2.37: População ativa total segundo os censos, no concelho, nas regiões do Alentejo e do Alto Alentejo e no Continente, 2001, 2011, 2021	50
Tabela 2.38: Taxas de atividade segundo os censos, no concelho, nas regiões do Alentejo e do Alto Alentejo e no Continente, 2001, 2011, 2021	50
Tabela 2.39: Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem, no concelho, nas regiões do Alentejo e do Alto Alentejo e no Continente, 2017, 2018, 2019 (€)	51
Tabela 2.40: Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem, por sexo, e diferença mulheres-homens, no concelho, nas regiões do Alentejo e do Alto Alentejo e no Continente, 2019 (€)	51
Tabela 2.41: Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem, por nível de escolaridade concluída, no concelho, nas regiões do Alentejo e do Alto Alentejo e no Continente, 2019 (€)	52
Tabela 2.42: Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem, por setor de atividade económica, no concelho, nas regiões do Alentejo e do Alto Alentejo e no Continente, 2019 (€)	52
Tabela 2.43: Informações gerais sobre estabelecimentos escolares das redes pública e privada	56
Tabela 2.44: Número (N) e Estado de Conservação (EC) dos espaços interiores para atividades letivas das redes pública e privada, 2023	58
Tabela 2.45: Número (N) e Estado de Conservação (EC) dos espaços interiores para trabalho das redes pública e privada, 2023	58
Tabela 2.46: Número (N) e Estado de Conservação (EC) dos espaços interiores para outras utilizações das redes pública e privada, 2023	59
Tabela 2.47: Número (N) e Estado de Conservação (EC) dos espaços e equipamentos exteriores para outras utilizações das redes pública e privada, 2023	59
Tabela 2.48: Número (N) e Estado de Conservação (EC) dos equipamentos para várias utilizações das redes pública e privada, 2023	60
Tabela 2.49: Avaliação geral da qualidade dos edifícios	60
Tabela 2.50: Irradiação máxima, população base e área de influência dos estabelecimentos escolares das redes pública e privada, 2023	61
Tabela 2.51: Número de crianças inscritas em Pré-Escolar, por estabelecimento escolar, número de salas e taxa de ocupação máxima, 2021/2022	63
Tabela 2.52: Número de crianças matriculadas no 1º ano, por estabelecimento escolar, número de salas e taxa de ocupação máxima, 2021/2022	63
Tabela 2.53: Número de alunos com medidas setativas, adicionais e PEI e % sobre o total de alunos, por ciclo de ensino, 2021/2022	65

Tabela 2.54: Número de docentes por ciclo/nível de ensino, nas redes pública e privada, 2021/2022	70
Tabela 2.55: Número de profissionais por categoria profissional, nas redes pública e privada, 2021/2022	72
Tabela 2.56: Média das classificações internas no 1º ciclo no concelho e na região do Alto Alentejo	73
Tabela 2.57: Taxas de percursos diretos de sucesso no 1º ciclo no concelho, na região do Alto Alentejo e a nível nacional (média nacional comparável à do Agrupamento)	74
Tabela 2.58: Indicadores socioeconómicos dos alunos do 1º ciclo no concelho e na região do Alto Alentejo, 2021/2022	75
Tabela 2.59: Número de alunos retidos por excesso de faltas, transferidos ou com anulações de matrícula, no 1º ciclo, no concelho e na região do Alto Alentejo	75
Tabela 2.60: Média das classificações internas no 2º ciclo no concelho e na região do Alto Alentejo	76
Tabela 2.61: Taxas de percursos diretos de sucesso no 2º ciclo no concelho, na região do Alto Alentejo e a nível nacional (média nacional comparável à do Agrupamento)	77
Tabela 2.62: Indicadores socioeconómicos dos alunos do 2º ciclo no concelho e na região do Alto Alentejo, 2021/2022	77
Tabela 2.63: Número de alunos retidos por excesso de faltas, transferidos ou com anulações de matrícula, no 2º ciclo, no concelho e na região do Alto Alentejo	78
Tabela 2.64: Média das classificações internas no 3º ciclo no concelho e na região do Alto Alentejo	78
Tabela 2.65: Taxas de percursos diretos de sucesso no 3º ciclo no concelho, na região do Alto Alentejo e a nível nacional (média nacional comparável à do Agrupamento)	79
Tabela 2.66: Indicadores socioeconómicos dos alunos do 3º ciclo no concelho e na região do Alto Alentejo, 2021/2022	80
Tabela 2.67: Número de alunos retidos por excesso de faltas, transferidos ou com anulações de matrícula, no 3º ciclo, no concelho e na região do Alto Alentejo	81
Tabela 2.68: Projetos estruturantes para a área da educação	82
Tabela 2.69: Eixo 1: Emprego, formação e qualificação	83
Tabela 2.70: Eixo 2: Intervenção familiar e parental, preventiva da pobreza infantil	84
Tabela 3.1: Sistema de implementação e monitorização/avaliações dos objetivos estratégicos do Eixo 1	100
Tabela 3.2: Sistema de implementação e monitorização/avaliações dos objetivos estratégicos do Eixo 2	103
Tabela 3.3: Sistema de implementação e monitorização/avaliações dos objetivos estratégicos do Eixo 3	106
Tabela 3.4: Articulação entre Objetivos Estratégicos e Política municipal	107
Tabela 3.5: Articulação entre Objetivos Estratégicos e Política Regional	109
Tabela 3.6: Articulação entre Objetivos Estratégicos e Política Nacional e Europeia	111

Índice de figuras

<i>Figura 2.1: Inserção territorial do concelho, 2022</i>	11
<i>Figura 2.2: Modelo Territorial do PRTO Alentejo, 2010</i>	12
<i>Figura 2.3: Principais acessibilidades do concelho, 2022</i>	13
<i>Figura 2.4: Georreferenciação dos estabelecimentos escolares do concelho das redes pública e privada</i>	55
<i>Figura 3.1: Pontos fortes e fracos, ameaças e oportunidades no contexto territorial, demográfico e socioeconómico</i>	91
<i>Figura 3.2: Pontos fortes e fracos, ameaças e oportunidades no cenário dos estabelecimentos, população e ofertas escolares</i>	93
<i>Figura 3.3: Pontos fortes e fracos, ameaças e oportunidades no quadro das dinâmicas de promoção do sucesso escolar</i>	94

Índice de gráficos

Gráfico 2.1: Valor mediano das vendas por m ² de alojamentos familiares no concelho, 2016-2021	14
Gráfico 2.2: Variação do Nº de alojamentos no concelho, entre 2011 e 2021	15
Gráfico 2.3: Densidade de alojamentos dos concelhos do Alto Alentejo	16
Gráfico 2.4: Densidade de alojamentos no concelho, 2021	16
Gráfico 2.5: Fogos licenciados no concelho	17
Gráfico 2.6: Capacidade dos equipamentos do Pré-escolar no concelho, 2022	17
Gráfico 2.7: Nº de equipamentos escolares do ensino não superior no concelho	18
Gráfico 2.8: Modalidade de transporte utilizada pela população residente nos movimentos pendulares, no concelho, em 2011 e 2021 (%)	19
Gráfico 2.9: Pirâmide etária (%) do concelho de Monforte, 2021	24
Gráfico 2.10: Índice de Envelhecimento (%), por concelhos e total Alto Alentejo, 2021	25
Gráfico 2.11: Proporção de Jovens, Adultos e Idosos (%), por concelhos e total Alto Alentejo, 2021	26
Gráfico 2.12: População total em 2021 e Taxa de Crescimento total - TCI (%) no período intercensitário 2011-2021, por concelhos do Alto Alentejo	27
Gráfico 2.13: Nados-vivos (N), Alto Alentejo, 2011-2021	29
Gráfico 2.14: Proporção de nados-vivos de mulheres de nacionalidade estrangeira (%), Alto Alentejo, 2011-2021	30
Gráfico 2.16: Percentagem de empresas não financeiras do setor de atividade da Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca no total das empresas, nas concelhos, nas regiões do Alto Alentejo e Alentejo e no Continente, 2020	37
Gráfico 2.17: Percentagem de pessoal ao serviço de empresas não financeiras, por setor de atividade económica no concelho, 2020	41
Gráfico 2.18: Empresas não financeiras com menos de 10 pessoas, no concelho, nas regiões do Alentejo e do Alto Alentejo e no Continente, 2020 (%)	41
Gráfico 2.19: Trabalhadores por conta de outrem com regime de tempo completo, nas concelhos e região do Alto Alentejo no Alentejo e no Continente, 2019 (%)	43
Gráfico 2.20: Diferença entre a remuneração base média mensal dos trabalhadores por conta de outrem e o salário mínimo nacional, no concelho, nas regiões do Alentejo e do Alto Alentejo e no Continente, 2017, 2018 e 2019 (€)	53
Gráfico 2.21: População residente com 15 ou mais anos segundo os censos por nível de escolaridade completo mais elevado, no concelho, nas regiões do Alto Alentejo e Alentejo e no país (%), 2021	53
Gráfico 2.22: Taxa de analfabetismo segundo os censos, total e por sexo, no concelho, nas regiões do Alto Alentejo e Alentejo e no país (%), 2021	54
Gráfico 2.23: Evolução do número de alunos por ciclo/nível de ensino nas redes pública e privada, 2019/2020, 2020/2021, 2021/2022	67
Gráfico 2.24: Evolução do número de alunos nas unidades orgânicas das redes pública e privada, 2019/2020, 2020/2021, 2021/2022	68
Gráfico 2.25: Distribuição dos alunos por sexo nas redes pública e privada, 2021/2022	68
Gráfico 2.26: Alunos com Ação Social Escolar (escalões A e B) por ciclo de escolaridade na rede pública, 2021/2022 (%)	69
Gráfico 2.27: Escolaridade média dos encarregados de educação, por ciclo/nível de ensino e no total, nas redes pública e privada, 2021/2022	69
Gráfico 2.28: Docentes por sexo, nas redes pública e privada, 2021/2022	70
Gráfico 2.29: Docentes por grupo etário, nas redes pública e privada, 2021/2022	70
Gráfico 2.30: Docentes por vínculo contratual, nas redes pública e privada, 2021/2022	71
Gráfico 2.31: Número de crianças/alunos por docente, por nível/ciclo de ensino, nas redes pública e privada, 2021/2022	71
Gráfico 2.32: Número de crianças/alunos por assistente operacional/técnica auxiliar de educação, nas redes pública e privada, 2021/2022	71
Gráfico 2.33: Índices (média regional = 100) e declives das classificações internas do 1º ciclo segundo a média do Alto Alentejo	74

Gráfico 2.34: Índices (média nacional = 100) e declives das taxas de percursos diretos de sucesso segundo as médias nacionais comparáveis, no 1º ciclo, no concelho e na região do Alto Alentejo	74
Gráfico 2.35: Relação entre Índice de Percursos Diretos de Sucesso (PDS) 2019/2020, percentagem de alunos com Ação Social Escolar (ASE) 2021/2020 e escolaridade média dos Encarregados de Educação 2021/2022, no 1º ciclo no concelho	75
Gráfico 2.36: Índices (média regional = 100) e declives das classificações internas do 2º ciclo segundo a média do Alto Alentejo	76
Gráfico 2.37: Índices (média nacional = 100) e declives das percentagens de percursos diretos de sucesso segundo as médias nacionais comparáveis, no 2º ciclo, no concelho e na região do Alto Alentejo	77
Gráfico 2.38: Relação entre Índice de Classificações Internas 2021/2022 e dos Percursos Diretos de Sucesso 2019/2020, percentagem de alunos com Ação Social Escolar (ASE) 2021/2020 e escolaridade média dos Encarregados de Educação 2021/2022, no 2º ciclo no concelho	78
Gráfico 2.39: Índices (média regional = 100) e declives das classificações internas do 3º ciclo segundo a média do Alto Alentejo	79
Gráfico 2.40: Índices (média nacional = 100) e declives das percentagens de percursos diretos de sucesso segundo as médias nacionais comparáveis, no 3º ciclo, no concelho e na região do Alto Alentejo	80
Gráfico 2.41: Relação entre Índice de Classificações Internas 2021/2022 e dos Percursos Diretos de Sucesso 2019/2020, percentagem de alunos com Ação Social Escolar (ASE) 2021/2020 e escolaridade média dos Encarregados de Educação 2021/2022, no 3º ciclo no concelho	80
Gráfico 2.42: Avaliação dos docentes da rede pública do grau de prioridade na dimensão das Parcelas	85
Gráfico 2.43: Gráfico 2.44: Avaliação dos docentes da rede pública do grau de prioridade na dimensão dos Edifícios, Equipamentos e Transportes	86
Gráfico 2.45: Avaliação dos docentes da rede pública do grau de prioridade na dimensão das Ofertas Escolares	87
Gráfico 2.46: Avaliação dos docentes da rede pública do grau de prioridade na dimensão da Gestão Escolar	88

Introdução

A Carta Educativa de Monforte foi elaborada no âmbito do projeto *Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal da Educação do Alto Alentejo (PEDIEAA) e Cartas Educativas* que resultou de uma parceria entre a Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo (CIMAA) e o Consórcio Iscte/IPP/CEDRU constituído por CIES-Iscte (Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do Iscte - Instituto Universitário de Lisboa), o IPP (Instituto Politécnico de Portalegre) e o CEDRU (Centro de Estudos e Desenvolvimento Regional e Urbano); com financiamento pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo (CCDR, ponto 11.2). Projeto que teve como principais objetivos atualizar as Cartas Educativas dos quinze concelhos que integram a região, elaborar o plano estratégico regional para a educação e, dessa forma, contribuir para o desenvolvimento do Alto Alentejo.

Destarte, está enquadrado no PEDIEAA, mas posiciona-se como um documento autónomo, produzido a partir das informações recolhidas sobre o concelho de Monforte em fontes estatísticas, documentais e a partir de auscultações realizadas junto dos atores locais, e regularmente sujeito às validações das entidades locais e às decisões da Câmara Municipal de Monforte.

O documento foi elaborado de acordo com o sugerido na publicação da Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC), da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGESIE) e do Instituto de Gestão Financeira da Educação (IGFE), de maio de 2021, intitulada "Carta Educativa. Guia para Elaboração" e, por isso, além de seguir a estrutura proposta, contém todos os conteúdos indicados como necessários. Alguns dos conteúdos, desde análises a sistematizações, foram complementados e melhorados de acordo com a metodologia de trabalho do Consórcio Iscte/IPP/CEDRU, e outros tiveram de ser ajustados às informações disponíveis nas entidades locais, quer em termos de quantidade de informação, quer em termos da forma como os dados se encontravam organizados.

A Carta Educativa está organizada em três Capítulos. No Capítulo 1 expõe-se o enquadramento político e legislativo deste documento estratégico municipal e, também, o enquadramento teórico e metodológico que orientou o trabalho de recolha, análise e sistematização por parte da Equipa do Consórcio Iscte/IPP/CEDRU.

O Capítulo 2 contém o Diagnóstico do concelho. Começa com a avaliação da Carta Educativa de 1ª geração, apresenta-se depois o concelho em termos históricos e territoriais, analisam-se as dinâmicas sociais, demográficas e socioeconómicas e sistematiza-se o conjunto de informações, o mais completo possível, sobre a rede educativa, pública e privada, do concelho de Monforte.

No Capítulo 3, surge o resumo do estudo de diagnóstico organizado em pontos fortes e fracos, oportunidades e ameaças, identifica-se a visão, missão e objetivos e princípios políticos que a Câmara Municipal de Monforte definiu para os próximos 10 anos, expõem-se as intervenções futuras, e respetivas metas e indicadores de monitorização, que decorrem do diagnóstico e da visão para a educação no concelho e, por fim, analisa-se o enquadramento dos objetivos estratégicos definidos para os próximos 10 anos na política municipal, regional e nacional.

Capítulo 1 : Enquadramento

Este capítulo começa por apresentar o enquadramento político deste documento, tal como definido pela Câmara Municipal de Monforte. O plano de trabalho para este estudo foi construído com base numa linha orientadora que se inicia num quadro legislativo específico, e que continua num enquadramento teórico e metodológico, que se explicitam posteriormente.

Enquadramento político

A Carta Educativa enquanto instrumento de planeamento e ordenamento prospetivo dos seus edifícios e equipamentos educativos conducente a uma melhor utilização dos recursos, deve refletir os princípios estratégicos traçados pelo Município e que se encontram refletidos Plano diretor Municipal. Ou seja, garantir:

- A Atratividade Territorial, que ao nível da Educação, passa por dotar os estabelecimentos de ensino e suas infraestruturas de apoio de equipamentos de qualidade e com projetos educativos inovadores correspondendo sempre às especificidades locais.
- A Competitividade Territorial, que no setor da Educação corresponde a um aumento da qualificação dos recursos humanos capacitando-os para os desafios territoriais.
- Preservação da identidade local como fator diferenciador, que no setor da educação requer um maior reforço da empatia das comunidades educativas com o território através da valorização dos seus recursos.

Pela importância que representa como fator determinante do desenvolvimento socioeconómico de um território, o Ensino quer-se de qualidade, universal e ao mesmo tempo adequado às necessidades locais, nesta medida, e sabendo que é essencial a criação de condições físicas (edifícios e equipamentos) e de competências educativas, o Município tem vindo a adotar uma estratégia de investimento nos recursos necessários, como é exemplo o avolumado e recente investimento na Requalificação e Modernização do Agrupamento de Escolas João Maria Botas Carriço, Monforte (obra e equipamento).

Enquadramento legislativo

As Cartas Educativas são um instrumento municipal de planeamento estratégico para o investimento na área da educação (racionalizar recursos, melhorar e adequar as infraestruturas às prioridades de planeamento urbano e à evolução da procura e da oferta educativa) e de aproximação aos, e de diálogo com os, sistemas educativos locais, pensando no território municipal em si e no seu desenvolvimento, mas também como parte de uma unidade territorial mais alargada.

Em termos legislativos, a Carta Educativa está atualmente enquadrada e definida nos termos do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro. Este diploma concretiza, em parte, a continuidade do movimento de “transferência de competências da Administração direta e indireta do Estado para o poder local democrático, operada pela Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, que “concretiza e desenvolve os princípios da subsidiariedade, da autonomia das autarquias locais e da descentralização democrática da Administração Pública, plasmados no n.º 1 do artigo 6.º da Constituição da República Portuguesa” (Prólogo: 674). Este movimento de partilha de responsabilidades entre Estado Central e comunidades locais, em particular as Autarquias, tem-se verificado no território nacional, sobretudo nas últimas décadas.

H
T
M
M
S

A Lei n.º 159/99, de 14 de setembro, estabeleceu um quadro de transferência de competências para as autarquias locais entre outras: a elaboração da Carta Escolar e a criação e regulamentação dos Conselhos Municipais de Educação que só se operacionalizou em 2003 com a publicação Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de Janeiro.

Progressivamente foram sendo ampladas as competências das autarquias nos vários domínios e, em 2018, é estabelecida uma nova Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades Intermunicipais, Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto.

O DL n.º 21/2019, de 30 de janeiro concretiza o quadro de transferências para os órgãos municipais no domínio da Educação, tendo-se mantido como competências dos Órgãos Municipais as cartas educativas e os conselhos Municipais de Educação.

Assim, segundo o art.º 14º do respetivo diploma setorial, a Carta educativa, enquanto instrumento de Planeamento, é da competência da Câmara Municipal, sendo aprovada pela Assembleia Municipal respetiva, após discussão e parecer do Conselho Municipal de Educação, e pronúncia do Departamento Governamental com competência na matéria.

Nesta medida, a Carta Educativa de Monforte é resultado de um processo participativo que compreendeu a realização de entrevistas e de workshops onde foram ouvidos alunos, encarregados de educação, professores, diretores e políticos.

O documento, após apresentação e apreciação, foi submetido a votação tendo sido emitido parecer favorável por maioria, no Conselho Municipal de Educação, em reunião realizada a 18 de julho de 2023.

No entanto, o sistema educativo português mantém como característica o centralismo do modelo de governação. No entanto, o aumento das competências transferidas para a alçada dos Municípios transformou a essência da Carta Educativa. De um "instrumento de planeamento e ordenamento prospetivo de edifícios e equipamentos educativos a localizar no concelho, de acordo com as ofertas de educação e formação que seja necessário satisfazer, tendo em vista a melhor utilização dos recursos educativos, no quadro do desenvolvimento demográfico e socioeconómico de cada Município (n.º 1, art.º 10º do Decreto-Lei n.º 7/2013, de 15 de janeiro)", ou seja, documento focado na prospeção das necessidades da rede escolar face às projeções demográficas, passa a um documento de planeamento estratégico municipal para a promoção da igualdade de oportunidades educativas e a coesão social nos diferentes territórios. No atual diploma, o Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, surgem expressos como principais objetivos os que em baixo citamos:

"1 — A carta educativa visa assegurar a adequação da rede de estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino básico e secundário, para que, em cada momento, as ofertas educativas disponíveis a nível municipal respondam à procura efetiva existente; 2 — A carta educativa é, necessariamente, o reflexo, a nível municipal, do processo de ordenamento a nível nacional e intermunicipal da rede de ofertas de educação e formação; 3 — A carta educativa deve promover a criação de condições mais favoráveis ao desenvolvimento de centros de excelência e de competências educativas, bem como as condições para a gestão eficiente dos recursos educativos disponíveis; 4 — A carta educativa deve incluir uma análise prospetiva, fixando objetivos de ordenamento progressivo, a médio e longo prazos; 5 — A carta educativa deve garantir a coerência da rede educativa" com a política territorial do Município,

nomeadamente com a distribuição espacial da população e das atividades económicas. (art.º 6, do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro).

A elaboração da Carta Educativa é da competência da Câmara Municipal e deve conter, pelo menos, a caracterização da rede escolar (edificado e equipamentos), o diagnóstico concelhio, projeções de desenvolvimento demográfico e socioeconómico e uma proposta de intervenção ao nível da rede pública. Após a sua elaboração, a Carta Educativa deve ser discutida com o Conselho Municipal de Educação, aprovada pela Assembleia Municipal e submetida ao “departamento governamental com competência na matéria, que, no prazo de 30 dias, se pronuncia sobre eventuais desconformidades da carta com os princípios, objetivos e parâmetros técnicos estatuidos no presente decreto-lei, nomeadamente o disposto no artigo 8º, ou com outros instrumentos aplicáveis à elaboração da carta” (n.º 4, art.º 14 do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro). A Carta Educativa deve ser revista em caso de criação ou encerramento de estabelecimentos escolares (do Pré-escolar, Ensino Básico e Secundário), de desconformidade com os princípios, objetivos e parâmetros técnicos do ordenamento da rede educativa e, de forma obrigatória, de dez em dez anos.

Naturalmente, a Carta Educativa deve respeitar os princípios e objetivos estabelecidos pela Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE) (Lei n.º 46/86, de 14 de outubro, alterada pela primeira vez pela Lei n.º 115/97, de 19 de setembro, pela segunda vez pela Lei n.º 49/2005, de 30 de agosto, que republica o diploma) e pela Lei n.º 85/2009, de 27 de agosto, alterada pela Lei n.º 65/2015, de 3 de julho, que, em complemento à LBSE, estabelece o regime da escolaridade obrigatória para as crianças e jovens que se encontram em idade escolar e consagra a universalidade da educação pré-escolar para as crianças a partir dos 4 anos de idade.

As áreas e ações estratégicas que fiquem inscritas na presente Carta Educativa devem também considerar outros dois documentos estratégicos. Um deles, o Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar elaborado no quadro das orientações de política educativa definidas no Programa do XXI Governo Constitucional, nas Grandes Opções do Plano 2016-2019 e na Resolução do Conselho de Ministros n.º 23/2016, de 24 de março, assenta sobre três princípios fundamentais: i) os planos estratégicos devem ser elaborados por quem melhor conhece os contextos, limitações e potencialidades dos territórios, ou seja, pelas comunidades locais; ii) a comunidade local, em particular as escolas, desempenha um papel fundamental na promoção do sucesso e da aprendizagem, apesar de todos os fatores, conhecidos e desconhecidos, que os condicionem/potenciem; iii) a missão da escola pública passa por garantir que todos os alunos concluem a aprendizagem de saberes, competências, atitudes e comportamentos necessários para a concretização de projetos de vida bem sucedidos. Outro documento é a Agenda 2030 das Nações Unidas, que apresenta uma lista de 17 objetivos de desenvolvimento social, económico e ambiental sustentável definidos como uma visão comum para a Humanidade e que encerra “uma lista das coisas a fazer em nome dos povos e do planeta”, que devem ser promovidas e trabalhadas junto das novas gerações.

O processo de revisão das Cartas Educativas transformou-as numa ferramenta ao serviço de projetos educativos de âmbito concelhio e com carácter estratégico, tendo também como objetivos o combate ao insucesso escolar e a conclusão da etapa do ensino secundário pelos alunos. Esta mudança de contexto, bem como os objetivos da Câmara Municipal de Monforte, obrigam a que os exercícios de revisão da Carta Educativa, sem dispensar os procedimentos técnicos tradicionais de análise das necessidades resultantes do ajustamento da oferta de equipamentos à procura por parte da comunidade, coloca também um enfoque no envolvimento dos diversos agentes pertinentes e na construção de uma visão partilhada e prospetiva do que deverá ser a rede de escolas e equipamentos escolares, a rede educativa e formativa e uma estratégia para a promoção do sucesso educativo em articulação com projetos focados no desenvolvimento social e económico do território.

Enquadramento teórico

Na elaboração deste documento optou-se pela abordagem do Planeamento Estratégico, na qual se considera que planear é pensar numa realidade desejada e conceber um plano para a atingir, ou seja, é “operar com base na mobilização de conhecimento para identificar as acções necessárias à projecção estruturada e organizada de uma mudança face a uma situação diagnosticada que se pretende alterar dentro de um prazo definido e mobilizando um conjunto determinado de recursos.” (Capucha, 2008: 7)².

O conceito “estratégico” surgiu no mundo empresarial associado à necessidade de analisar o ambiente e o contexto de uma empresa como forma de projetar o seu futuro, através da reorganização dos seus recursos e tendo em conta o seu meio envolvente (Costa [1997], 2003)³. A definição de uma estratégia pressupõe, por isso, um compromisso com um futuro desejado, o que pressupõe o envolvimento dos vários interessados e, em simultâneo, identifica o que fazer para o atingir (idem), enquanto o “planeamento” clarifica quanto ao como fazer (Estêvão, 1998)⁴. Posiciona-se, então, como um instrumento de gestão que pode ser utilizado para que a organização possa aproveitar as suas oportunidades e reduzir os seus riscos, adequando-se às constantes transformações que ocorrem no cenário local, regional, nacional e mundial.

A gestão estratégica é um modelo cíclico e evolutivo (Caldeira, 2009)⁵ pois percorre cinco fases. A primeira é o estudo ou o diagnóstico da realidade presente da organização. A segunda é o plano de ação em que se define a identidade, ou as linhas orientadoras da ação, e os objetivos a atingir em função do futuro desejado. A esta, segue-se a fase da implementação do plano que deve ser sempre acompanhada de uma quarta fase, a do acompanhamento, de forma a aferir se as metas delineadas para atingir os objetivos definidos estão a ser cumpridas, e para fazer os necessários reajustamentos à ação; e que se pode traduzir na realização de várias fases de monitorização ao longo da implementação. Por último, a fase da prestação de contas que pode acontecer após cada monitorização e que também deve ser realizada terminado o período de vigência do plano de ação.

O planeamento estratégico depressa extrapolou o mundo das empresas, porque a metodologia de trabalho e as vantagens que proporciona torna-o adaptável ao processo de gestão de qualquer organização, projeto, plano, programa, serviço, etc., que se pretenda implementar, avaliar e melhorar (Vasconcelos e Machado, 1979)⁶, envolvendo os diversos atores nos processos. Pela sua natureza e procedimentos é perfeitamente adequável à elaboração de documentos municipais e intermunicipais de planeamento estratégico.

Um plano é igualmente um documento que pressupõe um projeto de mudança negociado e acordado entre os vários agentes, através do qual se produz conhecimento sobre a realidade de partida, sobre as diversas perceções dos vários atores sobre a sua realidade, considerando pontos fortes e pontos fracos, e sobre as necessidades de intervenção, e ainda sobre possíveis percursos de mudança mais eficazes, eficientes e flexíveis de forma a promover a mudança desejada da melhor forma.

² Capucha, L. (2008). *Planeamento e Avaliação de Projectos – Guia prático*. Direção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular, Lisboa.

³ Costa, J.A. ([1997] 2003). *O Projecto educativo da escola e as políticas educativas locais – Discursos e práticas*. Aveiro: Universidade de Aveiro.

⁴ Estêvão, C.V. (1998). *Gestão Estratégica nas Escolas*. Lisboa: Ministério da Educação/Instituto de Inovação Educacional.

⁵ Caldeira, J. (2009). *Monitorização da Performance Organizacional*. Lisboa: Almedina.

⁶ Vasconcelos, S. F. e Machado, A. M. V. (1979). *Planeamento estratégico: formulação, implementação e controle*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro.

A chamada para a participação dos diversos atores num processo de mudança, desde a primeira etapa, permite recolher os diversos pontos de vista, incentivar o debate e a reflexão sobre várias questões, identificar pontos comuns e, muito importante, contribuir, dessa forma, para a existência de um propósito comum e para a sensação de inclusão num processo que lhes diz diretamente respeito. Assim como potencia uma melhor participação de todos os atores pertinentes nos processos de mudança efetivos previstos no documento estratégico, uma melhor gestão de recursos e um acompanhamento das ações mais eficaz de forma a alterar os procedimentos quando necessário. O incentivo à participação dos atores é essencial uma vez que a “racionalidade que o planeamento introduz reclama uma atitude crítica e reflexiva que ajude a encontrar em cada momento a decisão mais acertada e concertada” (Capucha, 2008: 15).

Enquadramento metodológico

A opção de estruturar o estudo a partir do conceito de planeamento estratégico participado significa que o mesmo foi dividido em duas fases principais. A primeira dedicada à produção de conhecimento o mais atualizado possível sobre a região do Alto Alentejo e sobre os Municípios que a integram, com a redação dos dois estudos de diagnóstico, da responsabilidade do Consórcio Iscte/IPP/CEDRU; conhecimento que foi depois adaptado ao concelho de Monforte tal como se expõe ao longo do Capítulo 2 da Carta Educativa. Uma segunda fase foi dedicada à redação da Carta Educativa, com o devido envolvimento direto das entidades promotoras dos diversos documentos e com a participação de vários atores locais em momentos de auscultação que concretizam a aproximação das decisões aos cidadãos, veiculada no Art.º 112, Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, e a própria metodologia do planeamento estratégico participado exposta no enquadramento teórico.

A produção de conhecimento sobre a história, o território, a demografia, a caracterização socioeconómica, estabelecimentos, ofertas e população escolar, desempenho escolar, dos projetos estruturantes e das dinâmicas dos empregadores e comunidade na área da educação do concelho de Monforte resultou de um desenho de pesquisa transversal (em que a recolha de informação acontece uma única vez por cada tipo de dados) e comparativa (entre concelhos e entre estes e a região e o cenário nacional, sempre que possível e ou pertinente) e, ainda, de uma estratégia metodológica “multimétodo”, que mobilizou a recolha de informação em várias fontes e com recurso a técnicas qualitativas e quantitativas. A triangulação dos dados obtidos e sistematizados através de diferentes técnicas de recolha e de análise de informação, num processo de metodologia mista é, na nossa ótica, uma forma de minimizar a sempre existente subjetividade decorrente da maior proximidade que se cria entre investigadores e objeto de estudo ao longo do processo de trabalho de campo (Godoy, 2005)⁷; e de aumentar a coerência, a clarificação e a ilustração de resultados (Greene, Caracelli e Graham, 1989)⁸.

O plano de trabalho incluiu as seguintes técnicas de recolha e de análise de informação.

1. Recolha e análise documental junto da Câmara Municipal de Monforte, do Agrupamento de Escolas João Maria Botas Carriço e de outras entidades locais, para a caracterização do território, da população, das redes pública e privada de escolas, da rede de oferta educativa e formativa, para a caracterização da população e do desempenho escolar da rede pública e identificação dos projetos estruturantes e das dinâmicas locais de educação;

⁷ Godoy, A. (1995), “Pesquisa qualitativa – tipos fundamentais”, *Revista de Administração de Empresas*, 35(3), p. 20-29.

⁸ Greene, J. C., Caracelli, V. J. e Graham, W. F. (1989), “Toward a Conceptual Framework for Mixed-method Evaluation Designs”, *Educational Evaluation and Policy Analysis*, 11(3), p. 255-274.

2. Recolha e análise de dados estatísticos em bases de dados nacionais para uma caracterização do território, demográfica e socioeconómica da população do concelho no diagnóstico geral;

3. Recolha e análise de dados qualitativos e quantitativos junto do Agrupamento de Escolas João Maria Botas Carriço sobre o edificado, infraestruturas e equipamentos, a população escolar, desempenho escolar e atividades, através da utilização de uma ficha de caracterização construída para o efeito;

4. Auscultação dos agentes locais para uma sistematização das representações sobre as potencialidades e fragilidades e as prioridades educativas e formativas do concelho através da:

a. Recolha e análise de dados rigorosa através de um questionário aplicado a uma amostra representativa de 37 respostas do universo de 54 educadores e docentes da rede pública de Monforte (taxa de 68,5%);

b. Aplicação e análise de duas entrevistas individuais semi-dirigidas: i) ao responsável pelo pelouro da Educação na Câmara Municipal de Monforte (dia 20 de junho de 2022); ao Diretor do Agrupamento de Escolas João Maria Botas Carriço (dia 29 de julho de 2022).

c. Aplicação e análise de uma entrevista de grupo semi-dirigida, realizada no dia 24 de outubro de 2022, para a qual foram convidados diversos atores locais como, por exemplo, representantes de alunos, de pais e encarregados de educação, de assistentes operacionais/administrativos das escolas, e da comunidade, com uma taxa de participação de 40%, que se considera uma taxa de adesão pouco satisfatória.

5. Auscultação dos agentes locais sobre os resultados dos estudos de diagnóstico e sobre as propostas de objetivos estratégicos a inserir nos documentos (Carta Educativa e PEDIEAA) através da realização de um workshop, realizado no dia 18 de julho.

Para saber mais pormenores sobre a estratégia metodológica seguida pelo Consórcio Iscte/IPP/CEDRU na produção de conhecimento sobre o Alto Alentejo no geral, e o concelho de Monforte, em particular, consulte-se os dois estudos de diagnóstico – Geral e Educativo – entregues junto da CIMAA.

H
M
S
A
J
S

Capítulo 2 : Diagnóstico

Neste capítulo apresenta-se o concelho no momento do diagnóstico que antecedeu a implementação da Carta Educativa de Monforte. Inclui a avaliação da Carta Educativa anterior, a apresentação do concelho de Monforte considerando a sua história, o seu território e o seu sistema de transportes, a análise das dinâmicas demográficas e socioeconómicas e uma análise profunda da rede educativa pública e privada do concelho: identificação e descrição dos estabelecimentos escolares, da população escolar, do desempenho escolar, dos projetos educativos estruturantes e das dinâmicas dos empregadores e da comunidade na área da educação.

Carta Educativa de 1ª geração: uma avaliação

A 14 de junho de 2011, o Conselho Municipal de Educação decidiu proposta de Reordenamento da Rede Educativa de Monforte. A solução proposta passa pela integração no mesmo espaço do pré-escolar e 1º ciclo de Monforte e 2º e 3º ciclo, com vista à rentabilização de infraestruturas comuns e à utilização de valências de utilização coletiva de espaços. Esta proposta foi aprovada em reunião de Câmara, por unanimidade, a 8 de setembro de 2011 e em reunião de Assembleia Municipal a 26 de setembro de 2011. Esta ação prevista não foi, entretanto, concretizada.

A 27 de abril de 2018, em Conselho Municipal de Educação, apresentado o Projeto de “Requalificação e Modernização da Escola de Monforte”, de acordo com a proposta de Reordenamento da Rede Educativa de Monforte aprovada a 14 de junho de 2011, bem como a sua candidatura ao Alentejo 2020, Aviso n.º ALT20-73-2016-02, NA PRIORIDADE DE INVESTIMENTO 10.5 DO EIXO 2 do Programa Operacional da Região Alentejo, foram ambos aprovados por unanimidade, tendo-se verificado a sua concretização no ano letivo 2021/2022, com inauguração no dia 17 de setembro de 2021.

Cada uma das freguesias de Assumar, Valamonte e Santo Aleixo, possui um Jardim de Infância e uma Escola do 1º CEB, com duas salas. A manutenção destes edifícios escolares abertos tem um forte impacto na vida dos/as alunos/as, das suas famílias e de toda a comunidade, onde desempenham um papel essencial na dinâmica das respetivas freguesias. Foi nesta medida que, a própria obra “Requalificação e Modernização da Escola de Monforte”, foi pensada e validada no sentido de acolher só as crianças de Monforte na sede do Agrupamento. Desta forma, no que diz respeito ao transporte das crianças de Pré-escolar e 1º Ciclo das respetivas freguesias não será uma necessidade acrescida. No que respeita ao estado de conservação, têm sido efetuadas intervenções necessárias à sua manutenção.

H
A
M
C
A
S
S

O concelho de Monforte

História

Durante a reconquista cristã da Península Ibérica, a cidade foi inicialmente conquistada, em 1139, na ofensiva dos exércitos de D. Afonso Henriques na região. Centrando-se no seu povoamento e defesa, o monarca concedeu-lhe foral em 1168. Mais tarde, a cidade e as suas defesas foram reconquistadas pelos muçulmanos radicados no Castelo de Ayamonte. Após a conquista final da região, devastada e despovoada durante os combates, concedeu D. Afonso III novo foral - no ano de 1257 - e o nome de Monforte, garantindo amplos privilégios aos seus habitantes, aumentando a população e restaurando as suas defesas.

D. Dinis deu a herdade de Monforte à sua mulher D. Isabel como dote de casamento em 1281, juntamente com outras vilas. Com a determinação deste monarca, inicia-se a reconstrução do castelo, arruinado pelos conflitos e pelo tempo. O novo castelo foi construído no contexto de uma linha defensiva que cobria a linha fronteira da região no sentido norte-sul, incluindo os castelos de outros municípios do Alto Alentejo. D. Pedro I entregou a alcaidaria do castelo a D. Aires Afonso, em 1357, e no ano seguinte o monarca confirmou amplos privilégios ao concelho e aos homens de Monforte.

No quadro da crise de 1383-1385, a cidade e o seu castelo mantiveram o apoio de D. Beatriz e foram ocupados por Martim Anes Barbuda, que aqui se refugiou durante alguns dias após a batalha dos Atoleiros, e resistiu ao cerco das forças de D. Nuno Álvares Pereira. D. João e os seus filhos e sucessores, D. Duarte, D. Afonso V e D. João III, confirmaram privilégios aos habitantes e moradores da vila e o nome de Monforte. O primeiro concedeu o feudo desta vila ao Condestável D. Nuno Álvares Pereira algures entre 1391 e 1395, por serviços prestados durante o interregno. Em 1455, o monarca doou os domínios da vila ao conde de Arraiolos, vindo a ser integrados na família Bragança. Mais tarde, em 1463, a doação viria a ser confirmada pelo soberano ao filho do conde de Arraiolos, D. Fernando, duque de Guimarães.

Em 1476, o mesmo soberano concedeu ao duque de Guimarães os domínios da vila, o seu castelo e todo o seu espólio e jurisdição. O seu sucessor D. João II, revogou esta doação em 1483 e devolveu estes domínios à coroa, concedendo ao mesmo tempo amplos privilégios aos seus habitantes. A família Bragança recuperou estes domínios durante o reinado de D. Manuel I, altura em que o monarca concedeu todos os direitos e espólios ao Duque de Bragança, D. Jaime, em 1501.

No âmbito da Guerra da Restauração, o Conselho de Guerra de D. João IV modernizou a defesa da vila de Monforte e adaptou-a às novas tecnologias militares. No século XVII, a vila e as suas fortificações caíram durante algum tempo nas mãos das tropas espanholas sob o comando de D. João de Áustria. No entanto, aproveitando a retirada da maior parte das forças espanholas para Badajoz, as tropas portuguesas conseguiram reconquistar a praça pouco depois. Monforte foi novamente alvo de vários ataques durante a Guerra da Sucessão Espanhola e durante a Guerra Peninsular. Neste contexto, durante a Guerra das Laranjas de 1801, o castelo medieval foi destruído por uma violenta invasão das tropas espanholas, restando apenas a fortaleza e algumas partes das muralhas.

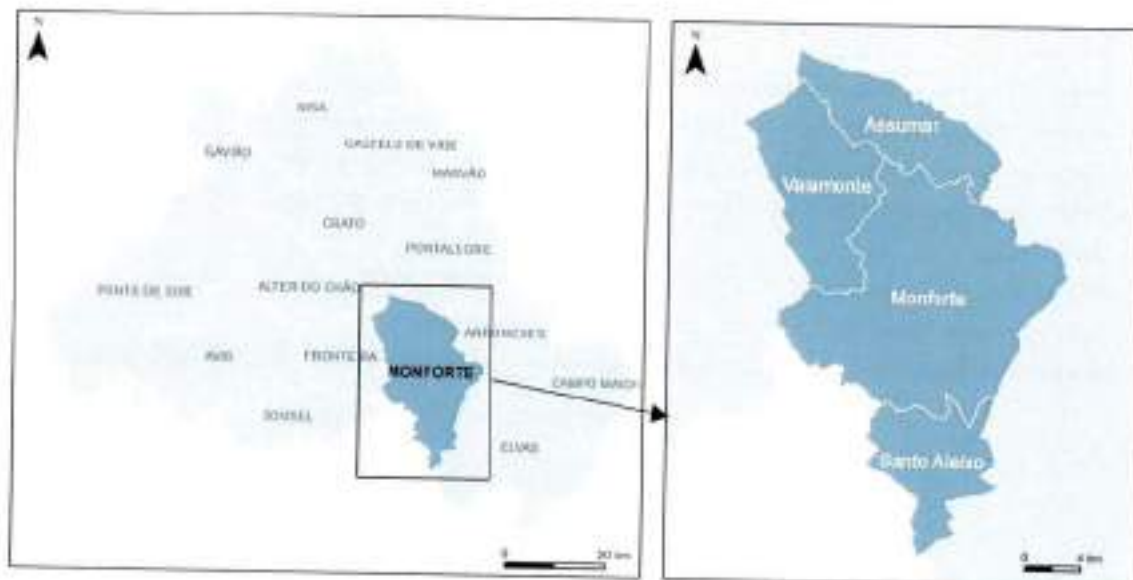
Um concelho que, à semelhança de muitos municípios do Alto Alentejo, tem conflitos militares no centro da sua história, e encontra uma economia focada essencialmente nas atividades ligadas à agricultura e à pecuária, mas com a especificidade de algum setor secundário, representado pela indústria mineira do granito.

Inserção territorial

O concelho de Monforte encontra-se inserido na sub-região do Alto Alentejo, a NUTS III mais a norte do Alentejo (NUTS II) e cuja área coincide com o distrito de Portalegre. Relativamente aos seus limites administrativos, faz

fronteira, a Oeste, com os municípios de Alter do Chão e Fronteira, a Sul, com os municípios de Estremoz, Borba e Elvas, a Este, com o concelho de Arronches e a Norte, com Portalegre e Crato. O concelho encontra-se subdividido em quatro freguesias: Assumar, Monforte, Santo Aleixo e Viamonte.

Figura 2.1: Inserção territorial do concelho, 2022



Fonte: construção própria.

A sua posição de fronteira entre o Alentejo Central e o Alto Alentejo pode vir a traduzir-se num forte potencial para criação de sinergias entre os vários concelhos destas sub-regiões. É neste sentido que Monforte se integra num dos quatro subsistemas territoriais rodoviários, que assumem um papel de relevo no reforço da coesão e articulação territorial intrarregional. O subsistema territorial a norte do Corredor Central é constituído por três eixos, um dos quais, o Elvas-Monforte-Fronteira-Avis-Ponte de Sor, que beneficia de ligação à Lezíria do Tejo, AML, Évora e a Espanha.

Monforte localiza-se, também, no eixo das rochas ornamentais, apresentando uma extensa variedade de granitos ornamentais de reconhecida qualidade. A exploração destes recursos integra-se nos eixos de especialização industrial identificados no PROT Alentejo. Segundo o PROT Alentejo, Monforte constitui um dos Centros Urbanos Complementares (CUC) do Alentejo. Os CUC caracterizam-se por sedes de concelho, fundamentais para a sustentação dos territórios de menores densidades, com um papel de relevo na relação urbano-rural. Estes CUC devem beneficiar de um conjunto mínimo de serviços, como comércio, saúde, educação e apoio social, indispensáveis ao seu papel de suporte à coesão territorial. As missões dos centros urbanos complementares são:

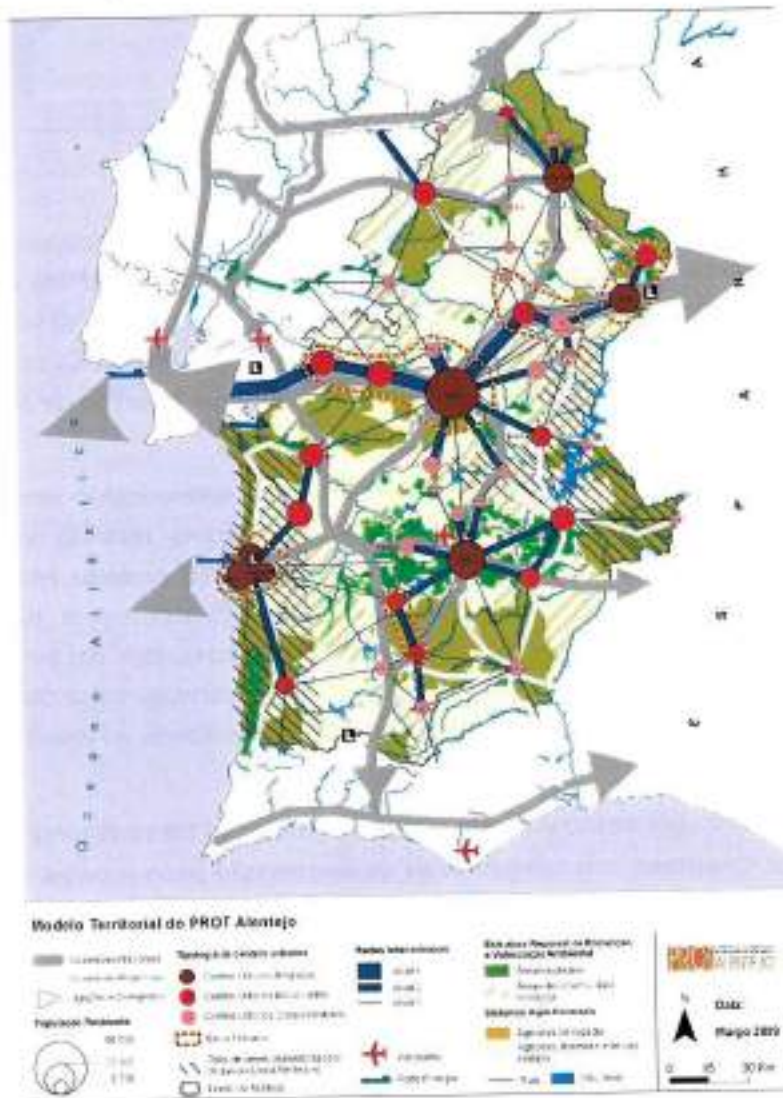
- afirmar-se enquanto nós de estruturação local e de articulação com o sistema urbano regional;
- assegurar que constituem nós fundamentais de sustentação sócio rural para os territórios de baixa densidade;
- afirmar-se enquanto espaços de cidadania, de valorização de recursos e de quadros de vida significativos para o desenvolvimento local.

O PDM de Monforte foi ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 176/95. Após diversas alterações ao longo dos anos, a sua revisão foi publicada em diário da república, através do Edital n.º 822/2015. Passados

cerca de cinco anos, a Câmara Municipal de Monforte deliberou dar início ao procedimento de revisão do PDM. Atendendo ao documento vigente, constituem principais objetivos do Concelho de Monforte:

- a) "Concretizar uma política de ordenamento do território que garanta as condições para um desenvolvimento socioeconómico equilibrado;
- b) Definir princípios, regras de uso, ocupação e transformação do solo que consagrem uma utilização racional dos espaços;
- c) Promover uma gestão criteriosa dos recursos naturais, salvaguardar os valores naturais e culturais da área do município e garantir a melhoria da qualidade de vida das populações;
- d) Traduzir as propostas do planeamento territorial e urbanístico do território municipal;
- e) Proceder à classificação e qualificação da ocupação, uso e transformação do solo na área abrangida pelo Plano;
- f) Definir o regime geral de edificação e parcelamento da propriedade rústica e urbana;
- g) Estabelecer as bases da administração urbanística municipal;
- h) Garantir a conveniente utilização dos recursos naturais, do ambiente e do património cultural."

Figura 2.2: Modelo Territorial do PRTO Alentejo, 2010



A freguesia de Monforte assume um papel de destaque na concentração da maior parte da população residente (43,3%), assim como da população mais jovem (49,8% da população entre os 0 e os 14 anos e 44,7% da população entre os 15 e os 24 anos). Destacando-se o papel dos maiores aglomerados urbanos do concelho na concentração das pessoas e, em especial, das pessoas mais jovens.

Atendendo à base económica concelhia, em 2020, as atividades agroflorestais (35,7%) e as atividades de *Comércio por grosso, a retalho e de reparação de veículos* (29,4%) constituíam as atividades responsáveis pela maioria dos trabalhadores do concelho, concentrando cerca de 65,1% do pessoal ao serviço. De seguida, as *Indústrias transformadoras* constituíam o terceiro grupo de atividades mais empregadoras, sendo responsáveis por 7,6% dos trabalhadores no concelho, valores algo abaixo das atividades anteriores.

Importa acrescentar a posição de destaque do concelho no contexto das *Indústrias extrativas*, nomeadamente a exploração de rochas ornamentais, que poderá constituir um dos setores a emergir no concelho, futuramente.

Sistema urbano municipal

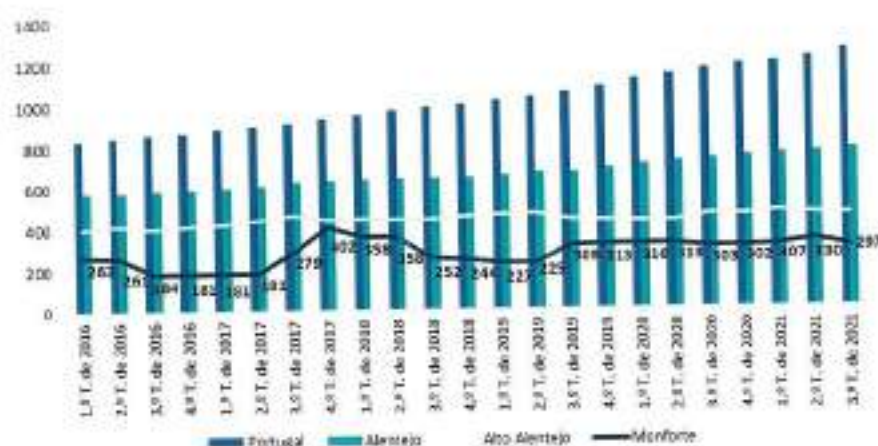
Estrutura urbana

O sistema urbano de Monforte foi constituído de acordo com as suas características morfológicas e tipológicas, entre as quais, os seus níveis de infraestruturização urbanísticas e dimensões populacionais. O sistema urbano de Monforte encontra-se classificado em três níveis distintos:

- Aglomerados de nível 1 – aglomerados que dispõem de todas as infraestruturas urbanísticas. Vila de Monforte;
- Aglomerados de nível 2 – sedes de freguesia que dispõem de todas as infraestruturas urbanísticas. Assumar, Santo Aleixo e Valamonte;
- Aglomerados de nível 3 – aglomerados rurais que dispõem de todas as infraestruturas urbanísticas. Prazeres.

Atendendo ao número dos fogos licenciados ao longo dos últimos anos, a dinâmica construtiva do concelho de Monforte tem sido extremamente reduzida. Ainda assim, o valor (€/m²) mediano das vendas tem-se mantido abaixo da média nacional ao longo dos últimos anos.

Gráfico 2.1: Valor mediano das vendas por m² de alojamentos familiares no concelho, 2016-2021



Fonte: INE.

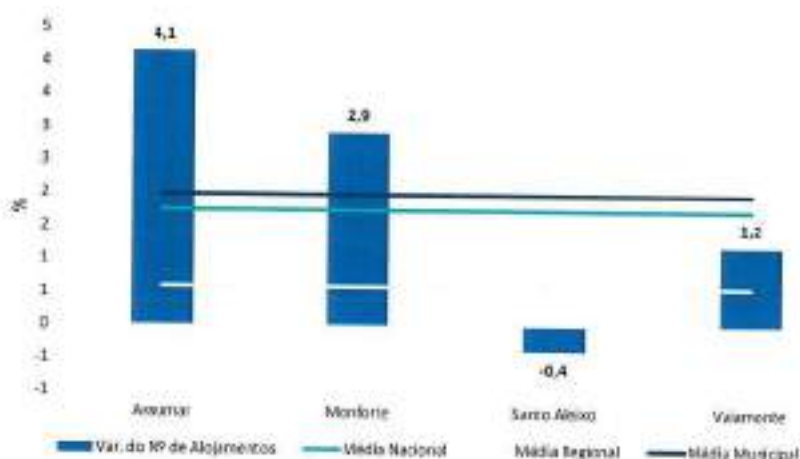
Comparando a evolução deste indicador, é possível admitir que o preço mediano das vendas no concelho tem apresentado uma dinâmica diferente do observado ao nível nacional e, até mesmo, regional. Enquanto o preço

de venda tem vindo a aumentar consistentemente no país e no Alentejo, em Monforte manteve-se relativamente estável, abaixo da média sub-regional.

No 3.º trimestre de 2021, o preço de venda no concelho era de 297 €/m², abaixo da média do Alto Alentejo (456 €/m²), assim como da média do Alentejo (769 €/m²) e da média nacional (1250 €/m²). Estes valores encontram-se diretamente relacionados com a menor capacidade de atração do Interior, agravada pelos fenómenos de desertificação e envelhecimento populacional que se têm feito sentir no conselho (gráfico anterior).

Ao longo da última década Monforte registou um aumento de 2% do seu número de alojamentos, sendo que a freguesia de Assumar manifestou o maior aumento, com um incremento de 4,1%, durante este período. No sentido oposto, Santo Aleixo apresentou uma perda de 0,4%, constituindo um dos efeitos do decréscimo populacional que se tem feito sentir ao longo das últimas décadas, resultando no abandono dos alojamentos. Esta perda deve-se ao seu abandono e despovoamento, que resultam no deterioramento das suas condições de conservação e habitabilidade.

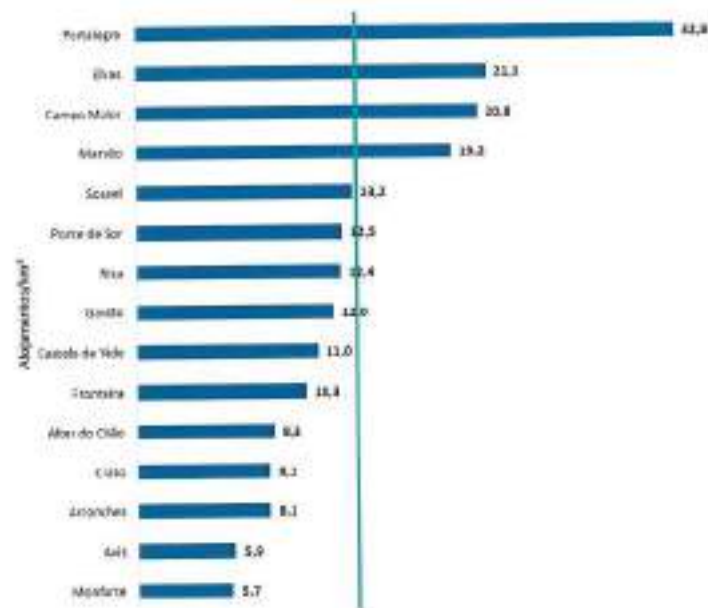
Gráfico 2.2: Variação do Nº de alojamentos no concelho, entre 2011 e 2021



Fonte: INE.

Monforte apresenta uma densidade de 5,7 alojamentos por km², a mais baixa do Alto Alentejo (13,4 alojamentos por km²), contando com 2.413 alojamentos, 35% dos quais localizados na freguesia de Monforte, 24,2% em Valamonte, 22% em Santo Aleixo e 18,7% em Assumar. Estes 2.413 alojamentos correspondem a 3% do parque habitacional do Alto Alentejo.

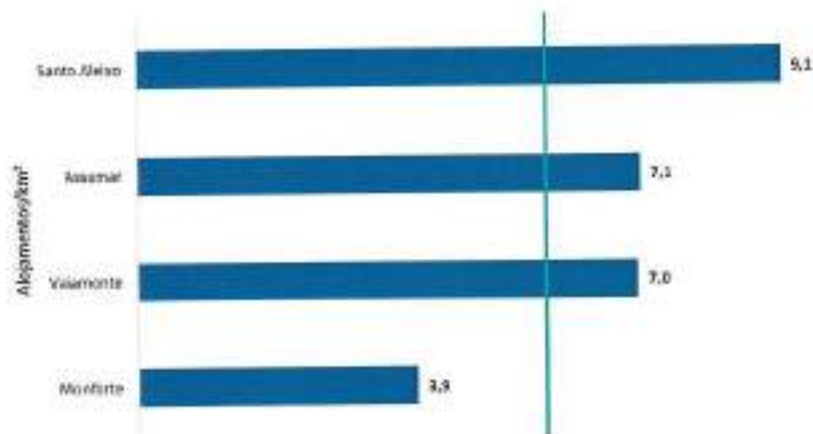
Gráfico 2.3: Densidade de alojamentos dos concelhos do Alto Alentejo



Fonte: INE.

Ao nível das freguesias, Santo Aleixo destaca-se das restantes, com a maior densidade, 9,1 alojamentos por km². Por sua vez, Monforte é a que apresenta a menor densidade populacional (3,9 alojamentos por km²), dada a sua extensão. Estes territórios são caracterizados por densidades extremamente baixas, muito inferiores à média nacional de 64,9 alojamentos/km².

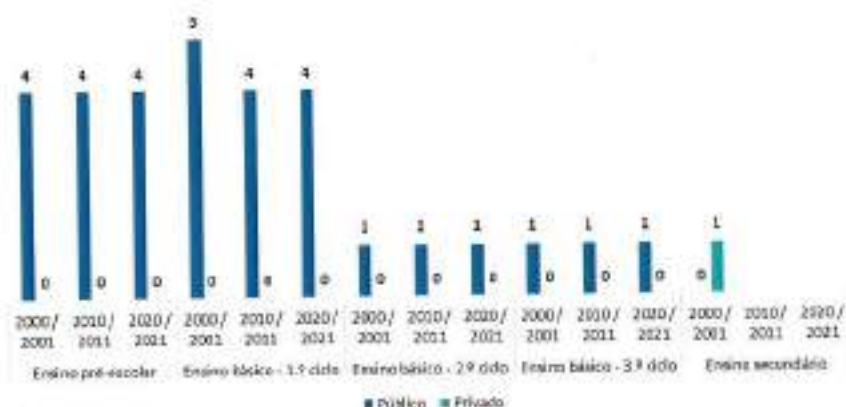
Gráfico 2.4: Densidade de alojamentos no concelho, 2021



Fonte: INE.

Tal como já foi mencionado, ao longo dos últimos anos a dinâmica urbana de Monforte tem-se manifestado reduzida face ao início do milénio. Desde 2014, foram licenciados 11 fogos. Entre 2002 e 2009, o número de licenciamentos foi de 116 fogos. Os efeitos da crise económica e o decréscimo populacional podem estar na génese deste fenómeno. A freguesia que tem vindo a apresentar a maior dinâmica urbanística é Monforte que, ao longo dos últimos oito anos, foi alvo de oito licenciamentos, 72,7% de todos os fogos licenciados no concelho, durante este período.

Gráfico 2.7; Nº de equipamentos escolares da ensino não superior no concelho



Fonte: INE.

No que se refere aos idosos, que à data dos censos de 2021 assumiam uma importância de 28,8% da população total no concelho, existem quatro Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas (ERPI), com uma capacidade de 139 utentes e uma ocupação de 76,3%. Importa ainda destacar que todas as freguesias beneficiavam de um destes equipamentos. Estas 139 vagas correspondem a 3,7% da oferta total do Alto Alentejo.

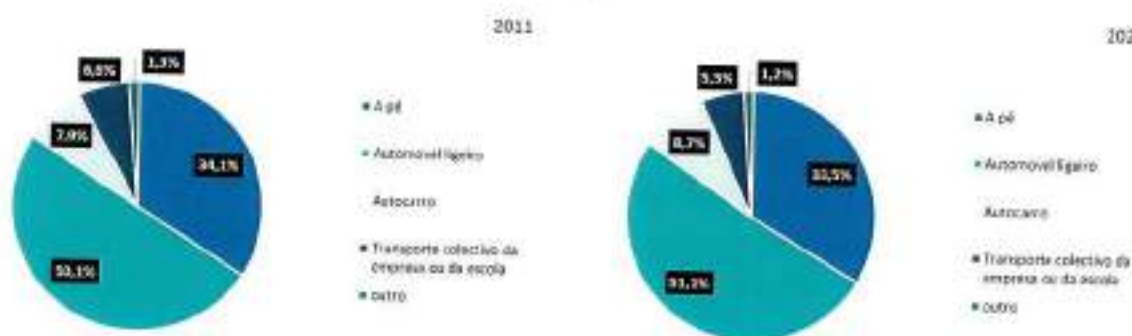
Mobilidade e Transportes

Segundo o PROT Alentejo, uma das Opções Estratégicas de Base Territorial estabelecidas para o Eixo estratégico IV (Afirmação do Policentrismo e do Desenvolvimento Rural) passa por “*articular as redes de acessibilidades e organizar os sistemas de transporte em torno de uma mobilidade sustentável, de forma a consolidar o sistema urbano policêntrico e a promover a equidade territorial*”. Assim, a mobilidade assume um papel estruturante, não só na base económica da região, mas transforma-se também numa condição para reverter as assimetrias socioeconómicas, cada vez mais visíveis.

Com base nos movimentos pendulares à data dos censos de 2021, 1.381 munícipes encontravam-se a trabalhar ou a estudar, 70,3% dos quais no próprio concelho, valores inferiores à média do Alentejo (75,1%) e acima da média do país (66,2%). Relativamente ao número de residentes que trabalham ou estudam fora do concelho, este universo correspondia a 405 indivíduos. Face aos 351 residentes de outros concelhos, que estudavam ou trabalhavam em Monforte, é possível concluir que, em 2021, Monforte apresentava um saldo negativo relativamente aos movimentos pendulares. Atendendo a este cenário, embora as deslocações intraconcelhias constituíssem a maior fatia dos movimentos pendulares dos munícipes, as deslocações interconcelhias também apresentavam uma fatia relevante das deslocações. De um modo geral, os concelhos que recebiam mais residentes do concelho de Monforte eram Portalegre (151), Estremoz (46), Elvas (39) e Arronches (36).

A evolução da repartição modal dos movimentos pendulares, entre 2011 e 2021, dava conta de um pequeno reforço da importância do automóvel ligeiro em detrimento dos restantes, passando do modo de eleição de 50,1%, em 2011, para 51,1% das deslocações, em 2021. Ainda assim, destaque para as deslocações a pé, que em 2021 continuavam a representar 33,5% dos trajetos realizados pelos munícipes. Estes dados manifestavam dinâmicas de mobilidade algo diferenciadas face à média do Alto Alentejo, uma vez que ao nível sub-regional o automóvel ligeiro era o modo de deslocação utilizado por cerca de 66,6% dos residentes, para os seus movimentos pendulares e as deslocações a pé atingiam um máximo de 23,4%.

Gráfico 2.8: Modalidade de transporte utilizada pela população residente nos movimentos pendulares, no concelho, em 2011 e 2021 (%)



Fonte: INE.

Não obstante, manifesta-se alguma dependência do transporte individual, sendo que 64,3% dos movimentos pendulares tinham uma duração máxima de 15 minutos e 25,3% entre os 15 e os 30 minutos. Uma vez que cerca de 90% da população residente realizava movimentos pendulares curtos, o automóvel ligeiro e as deslocações a pé constituíam os modos de deslocação mais vantajosos, dada a sua flexibilidade.

Relativamente aos transportes, Monforte beneficia do serviço de transportes coletivos públicos do Alto Alentejo. No âmbito dos transportes escolares, o município reforçou este serviço, em articulação com a Rodoviária do Alentejo, oferecendo transporte escolar a todos os alunos do concelho que frequentam estabelecimentos de ensino em Portalegre e em Estremoz. Estas carreiras apenas existem durante os períodos escolares e podem ser utilizadas por qualquer utente, estudante ou não.

Dinâmicas sociais

Dinâmica populacional

A secção seguinte tem por objetivo caracterizar o volume e a estrutura demográfica da população do concelho e as respetivas evoluções. A análise incidu no concelho, mas também nas regiões do Alto Alentejo, do Alentejo e no cenário nacional e, quando necessário, nos quinze concelhos do Alto Alentejo, atendendo às especificidades locais e à profundidade de análise que se pretende considerar.

As fontes de informação consultadas para a análise foram os Recenseamentos Gerais da População e da Habitação (censos) de 1991, 2001, 2011 e 2021 e as Estatísticas Demográficas para os anos dos períodos intercensitários.

A informação decorrente dos recenseamentos permite a análise do estado da população, para os diferentes momentos censitários. Atendendo a que o último momento censitário se refere a 19 de abril de 2021, a análise do estado da população mais recente remete para esse momento.

No que diz respeito ao movimento da população, o recurso às estatísticas demográficas permite a reconstituição das dinâmicas natural e migratória da população, ao longo das últimas décadas, nomeadamente, dos períodos intercensitários.

Deste modo, foi considerada, de forma articulada, a análise do estado e a análise do movimento da população, a partir dos dados censitários (análise do estado da população em 1991, 2001, 2011 e 2021) e das estatísticas demográficas (análise das dinâmicas populacionais, ao longo do tempo, até 2021). Essa análise servirá de base para o posterior cálculo de projeções demográficas, a partir de cenários que contemplam tendências passadas de evolução da população.

As projeções demográficas, nomeadamente da população em idade escolar, e a escolha dos cenários considerados mais plausíveis terão, então, como suporte a análise realizada ao nível do estado e movimento da população que se apresenta de seguida.

Crescimento populacional intercensitário: evolução da população residente

De seguida, apresentam-se os valores referentes à população recenseada em Portugal, nas regiões do Alentejo (NUT II), Alto Alentejo (NUT III) e concelho de Monforte, nos quatro últimos momentos censitários (1991, 2001, 2011 e 2021), assim como o resultado da Taxa de Crescimento Total (Tci)³ da população, nos três últimos períodos intercensitários (1991-2001, 2001-2011 e 2011-2021), para as mesmas regiões e concelhos.

A população residente recenseada em Portugal, em 2021, era de 10 344 802 indivíduos. No Alentejo e no Alto Alentejo, foram contabilizados 704 707 e 104 923 indivíduos residentes, respetivamente, no mesmo momento censitário de 2021.

Em Monforte, o número de residentes diminuiu de forma constante nos momentos censitários expostos na tabela seguinte: -366 entre 1991 e 2001, -64 entre 2001 e 2011 e -337 entre 2011 e 2021. Em 2021 tornou-se um dos concelhos da região do Alto Alentejo (a par de Arronches e Fronteira) a registar menos de 3 000 residentes.

³ A taxa de crescimento total intercensitário resulta do seguinte cálculo: $TCI = (P1 - P0) / P0 * 100$, sendo P0 a população inicial do período intercensitário e P1 a população final do período.

Os resultados da taxa de crescimento total por concelhos, a que se juntou a tendência do país e das regiões do Alentejo (NUT II) e do Alto Alentejo (NUT III), nos três períodos intercensitários, permitiram a identificação de grupos de concelhos ou regiões, por tipo de crescimento e evolução desse crescimento, a partir da seguinte tipologia:

- Decréscimo reforçada (em que se verificam níveis de decréscimo populacional elevado no último período intercensitário, e um reforço desse decréscimo do primeiro para o último período);
- Decréscimo permanente (em que o crescimento se apresenta negativo nos diferentes períodos, não atingindo os valores negativos mais elevados, isto é, quando os valores da taxa de crescimento total não atingem -20% em nenhum período intercensitário);
- Decréscimo esbatido (com crescimento negativo nos diferentes períodos, embora com um esbatimento das perdas, para o último período intercensitário);
- Inversão para tendência negativa (de um crescimento positivo passou-se para um crescimento negativo).

Assim, apresenta-se, de seguida, a distribuição dos quinze concelhos, regiões e país, pelos grupos definidos na tipologia de crescimento.

O concelho de Monforte apresenta dinâmica de crescimento nas últimas três décadas de tipo decréscimo permanente, tal como na região do Alto Alentejo e na maioria dos concelhos.

Tabela 2.3: País, Alto Alentejo e concelhos em função da dinâmica de crescimento em três décadas (1991-2001, 2001-2011 e 2011-2021)

Tipo de crescimento	Concelhos
Inversão para tendência negativa	Portugal, Campo Maior, Ponta de Sor
Decréscimo esbatido	-
Decréscimo permanente	Alto Alentejo, Alter do Chão, Arronches, Castelo de Vide, Crato, Elvas, Marvão, Monforte, Portalegre, Sousel
Decréscimo reforçado	Avis, Fronteira, Gavião, Nisa

Fonte: construção própria.

Ora, o crescimento populacional negativo que se verifica no conjunto dos concelhos e regiões a ritmos e com intensidades diferentes, decorre das dinâmicas populacionais e das características intrínsecas de cada território, e tem impacto na estrutura populacional, que analisaremos à frente, assim como nas dinâmicas populacionais futuras. Mas esse crescimento tem, desde logo, impacto no volume global da população de cada concelho no final de cada período em análise, assim como no que esse volume representa no conjunto da região do Alto Alentejo.

Assim, das tendências evolutivas apresentadas, resulta que Monforte posiciona-se entre os concelhos com menores proporções de efetivos populacionais no conjunto da população da região do Alto Alentejo (2,9%), à semelhança de Avis, Gavião, Crato, Castelo de Vide, Alter do Chão, Marvão, Arronches e Fronteira.

Tabela 2.4: Proporção de população do concelho no conjunto da população da região do Alto Alentejo (%), 2021

Concelho	Proporção População (%)
Alter do Chão	2,9
Arronches	2,7
Avis	3,6
Campo Maior	7,7
Castelo de Vide	3,0

Concelho	Proporção População (%)
Crato	3,1
Elvas	19,8
Fronteira	2,7
Gavião	3,2
Marvão	2,9
Monforte	2,9
Nisa	5,7
Ponte de Sor	14,5
Portalegre	21,3
Sousel	4,2

Fonte: Cálculos próprios, a partir de INE, XVI Recenseamento Geral da População.

Vejamos, de seguida os resultados da densidade populacional, atendendo ao volume populacional e sua distribuição pela área total dos mesmos.

Densidade populacional

Considerando a concentração desigual da população na região do Alto Alentejo, atendendo quer ao volume populacional, quer à área dos diferentes concelhos, introduzimos na análise os valores da densidade populacional.

Entre os quinze concelhos, destacava-se a capital de distrito, Portalegre, que concentrava, em 2021, o maior volume de população, a que correspondia, também, uma maior densidade populacional (50 hab./km²). E, ainda, os concelhos de Elvas e Campo Maior, vizinhos entre si e cuja dinâmica se interligará, apresentam o segundo e o terceiro resultados mais elevado (respetivamente, 33,6 e 32,9 hab./km²). Em todos os restantes concelhos, independentemente da localização e da dimensão territorial, a densidade populacional apresenta resultados inferiores a 20 habitantes por km². É o caso de Monforte (7,2%).

Tabela 2.5: Densidade populacional (hab./km²), região Alto Alentejo e concelhos, 2021

Concelho / Região	Densidade Populacional
Alter do Chão	8,5
Arranches	9,1
Avis	6,5
Campo Maior	32,9
Castelo de Vide	11,8
Crato	8,1
Elvas	33,6
Fronteira	11,7
Gavião	11,6
Marvão	19,6
Monforte	7,2
Nisa	10,4
Ponte de Sor	18,6
Portalegre	50,0
Sousel	15,8
Total Alto Alentejo	17,5

Fonte: Cálculos próprios, a partir de INE, XVI Recenseamento Geral da População, Wikipédia, Lista de concelhos do Alto Alentejo, área (em km²).

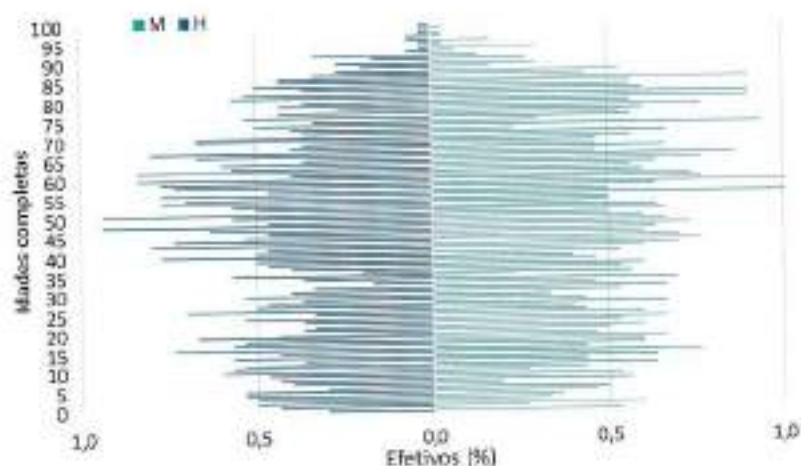
Estrutura demográfica da população residente

De acordo com as tendências de crescimento e alguma diversidade identificada, interessará perceber de que forma esse crescimento se reflete na estrutura populacional da região e do concelho. Introduzimos, de seguida, as pirâmides etárias¹⁰ o índice de envelhecimento,¹¹ as proporções etárias¹² e as relações de dependência¹³ do Alto Alentejo e do concelho, no sentido de analisarmos a estrutura populacional das respetivas populações para o ano de 2021, a partir da informação referente ao último recenseamento populacional.

A pirâmide etária de Monforte revela uma estrutura populacional com menor expressão relativa da população jovem e, sobretudo, adulta jovem, e pela mais forte presença da população adulta, a partir dos 40 anos. Contudo, as estruturas populacionais aqui representadas, revelam-se das menos desequilibradas de toda a região, pela menor lapidação dos efetivos dos grupos etários mais jovens face ao verificado noutros concelhos.

Verifica-se, ainda, uma sobrerrepresentação da população feminina face à masculina, na população adulta e nas idades mais avançadas. A feminização do envelhecimento decorre do efeito da sobremortalidade masculina e da mais elevada esperança de vida feminina.

Gráfico 2.9: Pirâmide etária (%) do concelho de Monforte, 2021.



Fonte: INE, XVI Recenseamento Geral da População.

¹⁰ As pirâmides etárias foram construídas com recurso ao Excel, a partir de proporções de efetivos (grupos etários anuais), para possibilitar comparações.

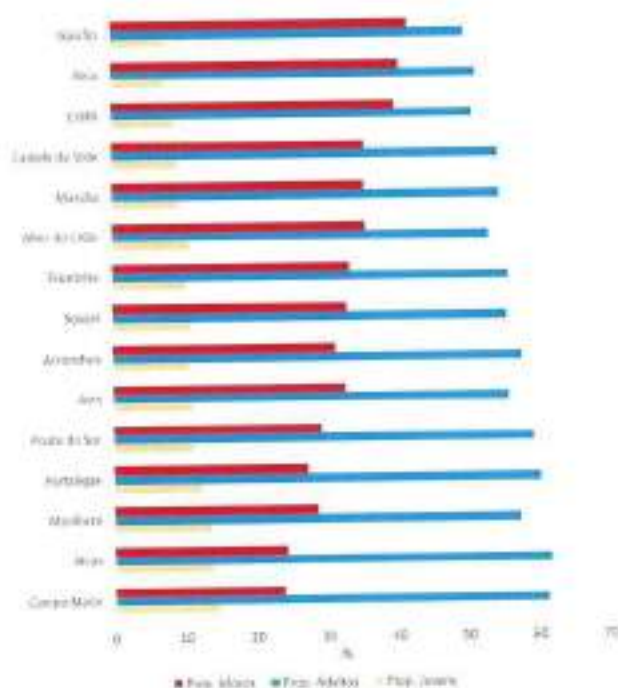
¹¹ O índice de envelhecimento resulta do quociente entre a população idosa (65 e + anos) e a população jovem (0-14 anos completos) e é expresso em percentagem: $IE = \text{Pop.}(65e+)/\text{Pop.}(0-14) * 100$. Refira-se que se considerou como população jovem, em termos etários, a população até aos 14 anos, atendendo ao critério definido pelo INE, entidade produtora da informação estatística, e à desagregação etária da informação, que considera os grupos etários com esta delimitação. A população idosa é considerada a partir dos 65 anos, sendo o grupo etário dos adultos delimitado pelos 15 e 64 anos completos.

¹² As proporções etárias resultam do quociente entre o efetivo populacional de um grupo etário definido (aqui consideraram-se os três grupos funcionais – jovens, adultos, idosos) e o total da população, sendo expressas em percentagem.

¹³ As relações de dependência resultam do quociente entre a população jovem e adulta (relação de dependência dos jovens), a população idosa e a população adulta (relação de dependência dos idosos), ou entre a população jovem e idosa e a população adulta (relação de dependência total). Os resultados são, habitualmente, expressos em percentagem.

Em conformidade com os resultados já apresentados, Monforte apresenta, no contexto regional, proporções de jovens superiores aos 10% (13,8%) e proporções de idosos inferiores a 35% (28,8%), tal como a maioria dos concelhos da região.

Gráfico 2.11: Proporção de Jovens, Adultos e Idosos (%), por concelhos e total Alto Alentejo, 2021



Fonte: INE, XVI Recenseamento Geral da População.

Os resultados apresentados são reforçados pelos das relações de dependência (ver tabela 2.7). A relação de dependência de jovens não ultrapassa o valor de 24,1%, ou seja, 24,1 jovens por cada 100 adultos na região. Quanto à relação de dependência dos idosos, o resultado de Monforte era de 50,1 idosos por cada 100 adultos, em 2021). A soma da relação de dependência de jovens e de idosos determina a relação de dependência total, sendo o resultado em Monforte de 74,3%. O valor médio da região do Alto Alentejo é de 71,5 jovens e idosos por 100 adultos, em 2021.

A estrutura populacional dos concelhos com maior índice de envelhecimento revela um menor número de jovens face ao de idosos, assim como proporções mais reduzidas de população em idade adulta (dos 15 aos 64 anos) e valores mais elevados para as relações de dependência. Os grupos etários com maior expressão são, ainda assim, os que correspondem às idades férteis em que, atualmente, no nosso país, se concentram os níveis mais elevados de fecundidade (nomeadamente, a partir dos 30 anos). Ora, o volume e as estruturas populacionais influenciam fortemente os comportamentos e as dinâmicas populacionais, no que diz respeito ao movimento migratório e natural.

De seguida, analisaremos as dinâmicas de crescimento total, natural e migratório da região do Alto Alentejo e respetivos concelhos, para o último período intercensitário, o de 2011 a 2021.

H
 M
 C
 A
 J
 R
 S

Dinâmica populacional: Crescimento Total, Natural e Migratório

Anteriormente, já tinham sido apresentados os resultados para a taxa de crescimento total referente aos três últimos períodos intercensitários. Concentramo-nos agora no crescimento verificado no último período (2011-2021) e no total da população recenseada em 2021.

No concelho de Monforte, como se pode observar na tabela seguinte, a taxa de crescimento populacional foi negativa, com um valor (-10,1%) similar ao valor médio da região do Alto Alentejo (-11,4%).

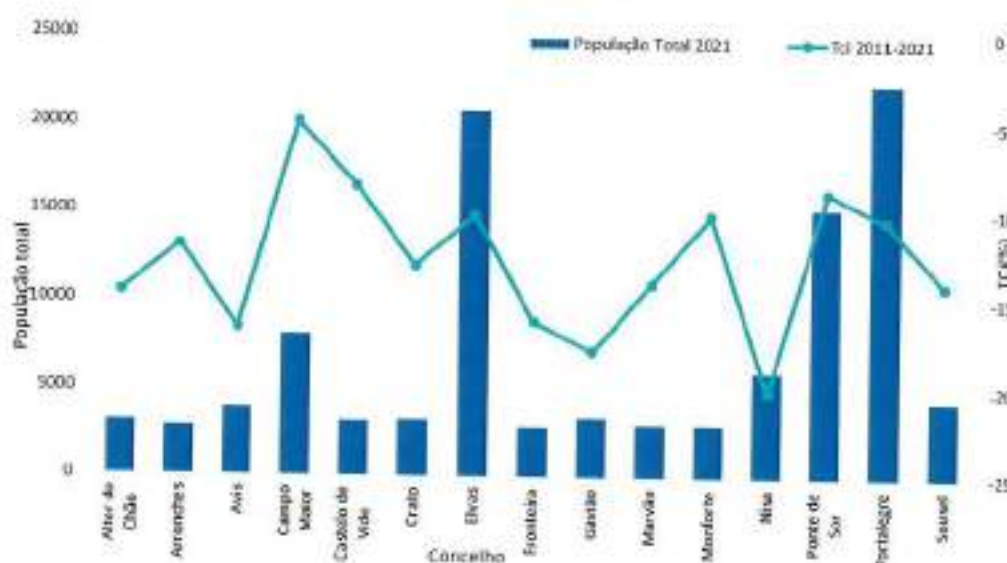
Tabela 2.8: População total em 2021 e Taxa de Crescimento total (%) no período intercensitário 2011-2021, no concelho e total Alto Alentejo

Concelho / Região	População Total 2021	Tci 2011-2021
Monforte	2992	-10,1
Total Alto Alentejo	104923	-11,4

Fonte: Cálculos próprios, a partir de INE, XV e XVI Recenseamentos Gerais da População.

A representação gráfica da população total em 2021 e da taxa de crescimento total entre 2011 e 2021, reitera o posicionamento do concelho de Monforte no conjunto dos concelhos com decréscimo populacional intermédio no contexto regional.

Gráfico 2.12: População total em 2021 e Taxa de Crescimento total - TCI (%) no período intercensitário 2011-2021, por concelhos do Alto Alentejo



Fonte: Cálculos próprios, a partir de INE, XV e XVI Recenseamentos Gerais da População.

Para o aprofundamento da análise da dinâmica populacional (que influencia o volume e a estrutura da população entre dois momentos censitários), consideraremos os resultados das duas componentes do movimento da população: a componente natural e a migratória (ver tabela seguinte).

No balanço do movimento natural, verificou-se ao longo do último período censitário um crescimento negativo. Esse crescimento, medido pela taxa bruta de crescimento natural, foi igualmente negativo em Monforte embora com menor expressão (-9,2%).

O movimento migratório apresenta igualmente um valor global negativo para a região do Alto Alentejo (-1,6%, o que significa uma perda populacional de 1,6 indivíduos por cada 100, ao longo do período intercensitário), com apenas 6 dos 13 concelhos a apresentar resultados positivos. Com efeito, a taxa da balança migratória apresenta

resultados que compensam, em certa medida, nesses casos, o efeito negativo das taxas de crescimento natural, embora não o suficiente para inverter a tendência global de crescimento negativo dos concelhos da região.

Neste quadro, e produzindo um efeito tendencialmente compensatório, alguns dos concelhos que registam saldos naturais negativos revelam um saldo migratório positivo, em termos relativos (Campo Maior, Castelo de Vide, Crato, Gavião, Marvão e Alter do Chão). Em Monforte o saldo migratório foi negativo (-1,4%).

Neste cenário, o concelho de Monforte, tal como a região do Alto Alentejo, apresenta uma dinâmica de tipo *decréscimo permanente*, porque registou uma taxa de crescimento natural e migratória negativas.

No conjunto, é evidente que a dinâmica natural se tem sobreposto, em particular na última década, à dinâmica migratória, determinando um crescimento total negativo em todos os concelhos e na região, mesmo naqueles que registaram ganhos migratórios. O efeito desses ganhos tem sido, até ao momento, o de atenuar as perdas globais, mas ainda não o de superar o saldo natural.

Tabela 2.9: População residente em 2011 e 2021, total de nados-vivos e óbitos 2011-2020 por local de residência, saldo natural e saldo migratório 2011-2021, Taxas Brutas de Natalidade e Mortalidade, Taxa de Crescimento Natural e Taxa da Balança Migratória, Taxa de Total, Tipologia de Crescimento, no concelho e na região do Alto Alentejo

Concelho / Região	Pop. 2011	Pop. 2021	Tot. Nv	Tot. Ób.	Saldo Nat.	Saldo Mig.	TBNat. }%{	TBMort. }%{	TCN* (%)	TBM* (%)	TCT* (%)	Tip. Cresc. **
Monforte	3329	2992	262	554	-292	-45	8,3	17,5	-9,2	-1,4	-10,7	3
Alto Al.	118506	104923	7679	18768	-11089	-2494	6,9	16,8	-9,9	-2,2	-12,2	3

Fonte: INE, Estatísticas Demográficas, 2011-2020; INE, XV e XVI Recenseamentos Gerais da População.

Legenda: *TCN = Taxa de Crescimento Natural, TBM = Taxa da Balança Migratória, TCT = Taxa de Crescimento Total; **Categorias da Tipologia de Crescimento: 1 - Inversão para tendência negativa; 2 - Decréscimo esbatido; 3 - Decréscimo permanente; 4 - Decréscimo reforçado.

Dinâmica populacional: Natalidade e Fecundidade

Se, até aqui, a análise se centrou na evolução da população até 2021, ano do último censo, importa agora compreender como terá evoluído a natalidade¹⁴ e a fecundidade¹⁵ da região, considerando as tendências até aqui reveladas. Essas tendências são as de um quadro de crescimento natural negativo, ou seja, em que os resultados da mortalidade superam os da natalidade.

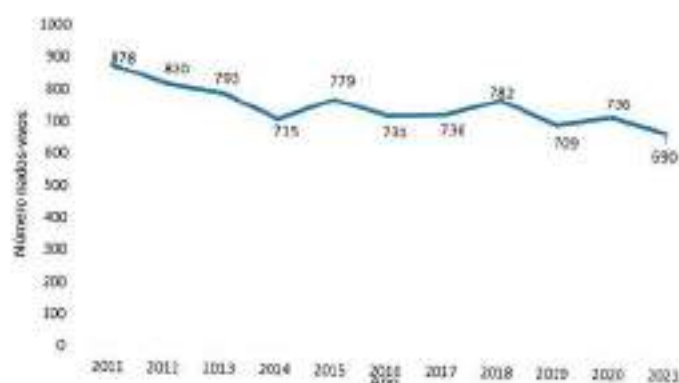
Consideraremos o indicador da intensidade da fecundidade para a análise, o índice sintético de fecundidade (ISF)¹⁶ e situaremos os resultados do Alto Alentejo no contexto nacional, pela importância de que se reveste o presente indicador. Mas começamos a análise pela apresentação da evolução do número de nados-vivos no Alto Alentejo, ao longo da década de 2011 a 2021.

¹⁴ A natalidade é um fenómeno demográfico que diz respeito aos resultados globais da procriação, numa determinada população.

¹⁵ A fecundidade, enquanto fenómeno demográfico, diz respeito aos resultados da procriação da população feminina e/ou masculina, em idade fértil, sendo habitualmente considerado, sobretudo no caso das mulheres, o intervalo entre os 15 e os 50 anos exatos.

¹⁶ O ISF refere-se ao número médio de filhos por mulher, numa população, num determinado período em análise. O limiar de substituição das gerações situa-se no valor de 2,1 filhos por mulher. Em Portugal, desde 1982 que o valor do ISF se situa abaixo do limiar de substituição das gerações.

Gráfico 2.13: Nados-vivos (N), Alto Alentejo, 2011-2021



Fonte: INE, Estatísticas Demográficas, 2011-2020.

A evolução do número de nados-vivos no Alto Alentejo revela oscilações ao longo do período de dez anos em análise, registando-se um decréscimo, no número de acontecimentos entre o início e o final do período. Assim, se o número de nados-vivos era de 878 em 2011, já em 2021 registaram-se 690 acontecimentos. No início do período em análise, o país foi atravessado por uma crise económica e financeira, com repercussões a nível social e demográfico, que justificam, também, a diminuição da frequência absoluta da natalidade até 2013.

A partir de 2014, dá-se uma recuperação dos valores, cujas oscilações se devem, em parte, ao número relativamente reduzido de casos. Em 2021 regista-se uma quebra no resultado, face ao ano anterior, que pode, pelo menos em parte, dever-se ao contexto de pandemia (por COVID-19).

Monforte posiciona-se, tal como na generalidade dos indicadores até aqui analisados, em situação intermédia (280), a par de concelhos como Campo Maior, Nisa, Sousel, Avis, Alter do Chão, Castelo de Vide, Crato, Fronteira e Marvão.

Tabela 2.10: Nados-vivos (N), por concelho e região (NUTS III), no concelho e no Alto Alentejo, 2011-2021

Concelho / Região	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Monforte	28	29	26	29	26	22	24	26	24	28	18
Alto Alentejo	878	820	793	715	779	731	736	782	709	736	690

Fonte: INE, Estatísticas Demográficas, 2011-2021.

Estes resultados, aqui apresentados em valores absolutos, não podem dissociar-se do volume populacional. Importa, assim, observar não tanto a grandeza absoluta dos valores, mas, sobretudo, a tendência de evolução do Índice Sintético de Fecundidade (ISF) que considera e sintetiza não só a relação dos nados-vivos com a população em que ocorrem, mas também a respetiva distribuição etária.

Na tabela seguinte, observa-se que os resultados do ISF, em 2001 e de 2009 a 2021, de Portugal, da região do Alto Alentejo e do concelho do Crato, em todos os anos em análise, nunca atingiram 2,1 filhos por mulher, o limiar mínimo para que se assegure a substituição das gerações.

É de notar que se em 2001 Portugal apresentava, em média, uma fecundidade mais elevada do que a região do Alto Alentejo, já em 2018 e em 2021, a região do Alto Alentejo contraria essa tendência e supera a média nacional, com um máximo de 1,45 filhos por mulher no último ano em análise, o de 2021 (ano em que Portugal atingiu 1,42 filhos por mulher).

Todos os concelhos apresentavam com níveis de fecundidade francamente baixos. Monforte teve valores intermédios no contexto regional, sendo de destacar que apenas nos anos de 2009 (1,50) e de 2020 (1,57) o índice

sintético de fecundidade foi superior a 1,5 filhos por mulher, valor bastante inferior aos 2,1 necessários para a renovação das gerações. No entanto, a análise dos resultados por concelho deve ser feita com cautela, atendendo ao número reduzido de casos.

Tabela 2.11: Índice sintético de fecundidade, Portugal, Alto Alentejo e concelho, 2001, 2009-2021

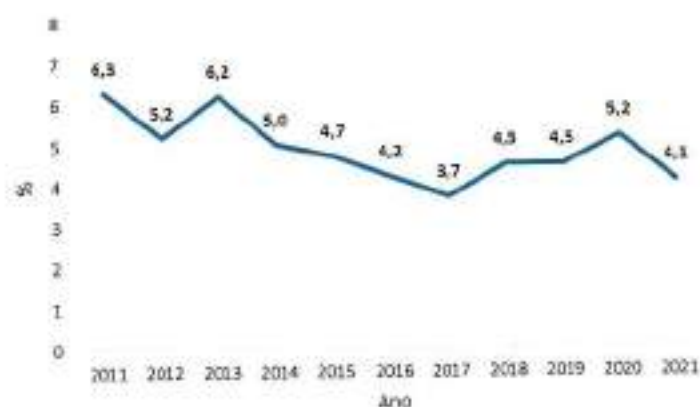
Região \ Anos	2001	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Monforte	1,39	1,52	1,43	1,30	1,41	1,31	1,44	1,33	1,10	1,31	1,41	1,30	1,57	1,12
Alto Alentejo	1,35	1,24	1,32	1,28	1,24	1,22	1,15	1,27	1,24	1,30	1,42	1,31	1,44	1,45
Portugal	1,45	1,35	1,39	1,35	1,28	1,21	1,23	1,30	1,36	1,37	1,41	1,42	1,49	1,34

Fonte: Pordata (INE), Municípios, População, Fecundidade, ISF, 2001, 2009-2021.

No sentido de considerar a influência dos fluxos migratórios nos resultados da natalidade e fecundidade, analisaremos, de seguida, informação relativa aos nados-vivos ocorridos no Alto Alentejo e respetivos concelhos, com mães de nacionalidade estrangeira, no período de 2011 a 2021.

Em 2011, a proporção de nados-vivos de mães estrangeiras foi de 6,3% no Alto Alentejo. Ou seja, por cada 100 nados-vivos, 6,3 foram protagonizados por mulheres de nacionalidade estrangeira. No ano seguinte, registou-se um decréscimo, seguido de um crescimento e novo decréscimo até 2017, ano em que se registou a proporção mais baixa de nados-vivos de mulheres de nacionalidade estrangeira (3,7%).

Gráfico 2.14: Proporção de nados-vivos de mulheres de nacionalidade estrangeira (%), Alto Alentejo, 2011-2021



Fonte: INE, Estatísticas Demográficas, 2011-2021.

Daí em diante, houve um crescimento no resultado do indicador (embora sem alcançar os resultados do início do período), sendo que no último ano em análise (2021) o resultado da proporção de nados-vivos de mães estrangeiras volta a diminuir para o segundo valor mais baixo do período (4,1%).

Monforte ocupava igualmente uma posição intermédia neste indicador ao apresentar uma média de 4% de nados-vivos de mães estrangeiras por cada 100 nados-vivos; em 2021, quase chegou acerca de 6%.

Tabela 2.12: Proporção de nados-vivos de mulheres de nacionalidade estrangeira (%), no concelho e na região do Alto Alentejo, 2011-2021

Concelho / Região	Ano											
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	
Monforte	0,0	3,4	7,7	3,4	0,0	4,5	4,2	3,8	0,0	3,6	5,6	
Alto Alentejo	6,3	5,2	6,2	5,0	4,7	4,2	3,7	4,5	4,5	5,2	4,1	

Fonte: INE, Estatísticas Demográficas, 2011-2021.

Projeções demográficas

As projeções demográficas são exercícios que apresentam resultados de possíveis evoluções populacionais, considerando hipóteses com um grau variável de probabilidade e plausibilidade. O objetivo das projeções demográficas é, desde logo, o de compreender as consequências e implicações da concretização de determinadas hipóteses definidas, no que diz respeito à evolução de uma população. Essas hipóteses, por sua vez, baseiam-se em pressupostos associados à evolução das dinâmicas demográficas naturais (fecundidade e mortalidade) e migratórias (imigração e emigração) que resultam em cenários que poderão concretizar-se a prazo, e de acordo com os limites temporais definidos, determinando tendências em termos de volume e estrutura de uma determinada população.

O documento metodológico sobre projeções demográficas, produzido pelo INE (2020)¹⁷ apresenta, para o país e regiões (NUTS II), a aplicação do modelo de projeções demográficas por coortes e componentes, um modelo consensualmente aceite, no âmbito das ciências sociais, e da análise demográfica, para a construção de projeções demográficas. Nesta metodologia, considera-se a distribuição etária da população, à qual se aplicam matrizes de crescimento demográfico à população residente de partida, em função dos pressupostos definidos para a possível evolução populacional, como base de sustentação dos cenários considerados.

Nesse sentido, e considerando a dinâmica temporal de indicadores demográficos, sem considerar variáveis exógenas (INE, 2020: 13), foram “definidas hipóteses sobre os níveis futuros da fecundidade, mortalidade e migrações, procedendo-se, de acordo com essas hipóteses, à atualização sucessiva dos efetivos populacionais, por idade e sexo, até atingir o último ano do período de projeção.” (INE, 2020: 5).

A conjugação de hipóteses permitiu definir 4 cenários de projeção da população para Portugal e regiões NUTS II:

CENÁRIO BAIXO: Neste cenário são consideradas as hipóteses pessimista para a fecundidade, pessimista para a mortalidade e pessimista para as migrações.

CENÁRIO CENTRAL: Neste cenário são consideradas as hipóteses de evolução central da fecundidade, central da mortalidade e central das migrações.

CENÁRIO ALTO: Este cenário resulta da combinação das hipóteses de evolução otimista da fecundidade, otimista da mortalidade e otimista das migrações.

CENÁRIO SEM MIGRAÇÕES: Um cenário idêntico ao cenário central, mas sem migrações.” (INE, 2020: 33, 34)

De acordo com as projeções apresentadas no documento referido e com a análise aqui efetuada da evolução demográfica da região do Alto Alentejo, será adotado o cenário baixo, tendo em conta as características de crescimento evidenciadas pelos diferentes concelhos e pela região, nos três últimos períodos intercensitários (que consideram a informação dos últimos quatro censos). De acordo com essas características, considera-se que o cenário baixo, será o mais ajustado à região e ao concelho de Monforte, que apresentaram no período anterior a 2021 um decréscimo populacional. Com efeito, na nossa análise, de acordo com a tipologia de crescimento proposta, região e concelho inseriam-se no grupo de *decrécimo permanente*. O cenário baixo será o mais ajustado as estas tendências, ao pressupor: 1) no caso do resultado da fecundidade, a manutenção dos valores do

¹⁷ INE (2020), Documento metodológico. Projeções de população residente. Consulta em www.ine.pt, file:///C:/Users/35191/Downloads/DMET%20-%20ProjecoesPopula%C3%A7%C3%A3o2018_2020_vers%C3%A3o_4.0_final-2.pdf

Índice Sintético de Fecundidade nos resultados imediatamente anteriores à projeção (cerca de 1,12 filhos por mulher); no caso da mortalidade, um abrandamento da evolução da esperança de vida; no caso das migrações, um saldo migratório negativo (INE, 2020: 11-34).

A partir dos resultados de exercício de projeções apresentado pelo INE, fizemos uso dos resultados por NUTS II, por idade ano a ano, fazendo, a partir dessa informação, um exercício de apuramento dos possíveis resultados associados à região do Alto Alentejo e do concelho de Monforte. Este é um exercício cujos resultados deverão sempre ser lidos com particular cautela, pela reduzida dimensão populacional associada à generalidade dos concelhos que compõem a região do Alto Alentejo.

Assim, apresentam-se, de seguida, os resultados dessa aplicação, concretizados para a região do Alto Alentejo e para o concelho de Monforte, e para os grupos etários escolares (até aos 19 anos) até ao ano de 2033, com resultados para o final de cada quinquénio a partir de 2023. Ao longo do período em análise, o efetivo populacional projetado para os grupos etários assume uma tendência de crescimento negativo.

A partir da informação censitária de 2021, apurou-se a população residente, por grupos etários escolares, entre os 3 e os 19 anos de idade, no sentido de perfazer o percurso escolar, em termos etários, até ao limite da escolaridade obrigatória. Considerou-se, também, o peso percentual do concelho no conjunto da região do Alto Alentejo, em termos populacionais, para 2021 (tabelas seguintes).

Tabela 2.13: População por grupos etários escolares (n.º), no concelho e no total do Alto Alentejo, e população total do concelho, 2021

Concelho	Grupos etários escolares						Total (idade escolar)	Total 2021
	3-5	6-9	10-11	12-14	15-17	18-19		
Monforte	82	102	56	95	106	74	515	2992
Alto Alentejo	2406	3278	1797	2711	2936	1991	15119	104923

Fonte: Cálculos próprios, a partir de INE, XVI Recenseamento Geral da População.

Tabela 2.14: População por grupos etários escolares (% do total), no concelho e no total do Alto Alentejo, 2021, Proporção da população total (%) dos concelhos na região do Alto Alentejo, 2021

Concelho	Grupos etários escolares						Total (idade escolar) (2021)	Prop. Pop. total conc. no Alto Alentejo 2021
	3-5	6-9	10-11	12-14	15-17	18-19		
Monforte	2,74	3,41	1,87	3,18	3,54	2,47	17,21	2,85
Alto Alentejo	2,29	3,12	1,71	2,58	2,80	1,90	14,41	100

Fonte: Cálculos próprios, a partir de INE, XVI Recenseamento Geral da População.

A partir dos resultados relativos à população residente total recenseada em 2021 (10 344 802 para Portugal e 704 707 para o Alentejo) e das projeções para o mesmo ano (tabela seguinte), de acordo com os diferentes cenários definidos, para Portugal e a região do Alentejo, verificou-se uma maior aproximação dos resultados do cenário baixo (ou sem migrações) das projeções à população observada através do censo. As tendências reveladas pelo cenário baixo também são compatíveis com as tendências de evolução anterior (nos intervalos intercensitários) que revelaram decréscimos populacionais, alguns reforçados, em todos os concelhos, no período intercensitário mais recente.

Tabela 2.15: Projeções da População Total para 2021, Portugal e Alentejo, por cenários

País/Região	Cenário			
	Baixo	Central	Alto	Sem migrações
Portugal	10318912	10367765	10407301	10202247

País/Região	Cenário			
	Baixo	Central	Alto	Sem migrações
Alentejo	702198	705049	706567	692737

Fonte: INE (2020), Projeções da população residente 2018-2080.

A partir dos resultados das projeções associadas ao cenário baixo proposto pelo INE, consideram-se ainda os seguintes pressupostos: i) a proporção da população no Alto Alentejo face ao total do Alentejo mantém-se ao longo do período em análise; ii) a variação na proporção da população por grupos etários escolares, no concelho de Monforte, ao longo dos períodos ou quinquênios de 2023 a 2033, segue tendência média da região, a partir do valor de partida. Para tal, assume-se a proporção etária de 2021 nos grupos etários escolares, no concelho.

Os resultados das proporções dos grupos etários escolares da região do Alto Alentejo de 2021 comparam bem com os resultados das projeções dos mesmos grupos etários e com a diferenças dos resultados entre grupos etários do Alentejo (ver segunda tabela em baixo). Dessa forma, e assumindo a evolução projetada para a população em idade escolar no Alentejo (ver duas tabelas seguintes), a sua variação ao longo dos quinquênios em análise (ver terceira tabela em baixo), bem como a proporção da população do Alto Alentejo no conjunto da região e dos concelhos na região do Alto Alentejo, encontram-se os resultados do exercício de projeção da população residente em idade escolar, por grupos etários, no concelho de Monforte, para os anos de 2023, 2028 e 2033 (três últimas tabelas, respetivamente).

Tabela 2.16: Projeção da população por grupos etários escolares (n.º), cenário baixo, Alentejo, 2021, 2023, 2028, 2033

Ano	Grupos etários escolares						Total (idade escolar)	Total
	3-5	6-9	10-11	12-14	15-17	18-19		
2021	16242	22075	12580	18752	20284	14003	103936	702198
2023	16337	21755	11447	18887	19215	13982	101623	699098
2028	15561	21393	10793	16371	17588	12506	94212	677411
2033	14994	20557	10383	15996	16170	10616	88516	651530

Fonte: Cálculos próprios a partir de INE (2020), Projeções da população residente 2018-2080.

Tabela 2.17: Projeção da população por grupos etários escolares (% do total), cenário baixo, Alentejo, 2021, 2023, 2028, 2033

Ano	Grupos etários escolares						Total (idade escolar)
	3-5	6-9	10-11	12-14	15-17	18-19	
2021	2,31	3,14	1,79	2,67	2,89	1,99	14,80
2023	2,34	3,11	1,64	2,70	2,75	2,00	14,54
2028	2,30	3,16	1,59	2,42	2,60	1,85	13,91
2033	2,30	3,12	1,59	2,46	2,48	1,63	13,59

Fonte: Cálculos próprios a partir de INE (2020), Projeções da população residente 2018-2080.

Tabela 2.18: Variação do resultado da projeção da população por grupos etários escolares em quinquênios (%), cenário baixo, Alentejo, 2021-2023, 2023-2028, 2028-2033

Ano	Grupos etários escolares						Total (idade escolar)
	3-5	6-9	10-11	12-14	15-17	18-19	
2021-2023	1,03	-1,01	-8,60	1,17	-4,85	0,29	-1,79
2023-2028	-1,70	1,43	-2,69	-10,55	-5,54	-7,69	-4,32
2028-2033	0,18	-1,06	0,02	1,59	-4,41	-11,74	-2,31

Fonte: Cálculos próprios a partir de INE (2020), Projeções da população residente 2018-2080

Tabela 2.19: Projeção da população por grupos etários escolares, cenário baixo, no concelho e total Alto Alentejo, 2028

Concelho	Grupos etários escolares						Total (idade escolar)
	3-5	6-9	10-11	12-14	15-17	18-19	
Monforte	83	101	51	96	101	74	506
Alto Alentejo	2431	3245	1642	2743	2794	1997	14851

Tabela 2.20: Cálculos próprios, a partir de INE, XVI Recenseamento Geral da População e INE (2020), Projeções da população residente 2018-2080.

Tabela 2.21: Projeção da população por grupos etários escolares, cenário central, no concelho e total Alto Alentejo, 2028

Concelho	Grupos etários escolares						Total (idade escolar)
	3-5	6-9	10-11	12-14	15-17	18-19	
Monforte	81	102	50	86	95	69	484
Alto Alentejo	2389	3293	1598	2453	2639	1843	14209

Fonte: Cálculos próprios, a partir de INE, XVI Recenseamento Geral da População e INE (2020), Projeções da população residente 2018-2080.

Tabela 2.22: Projeção da população por grupos etários escolares, cenário central, no concelho e total Alto Alentejo, 2033

Concelho	Grupos etários escolares						Total (idade escolar)
	3-5	6-9	10-11	12-14	15-17	18-19	
Monforte	82	101	50	87	91	60	473
Alto Alentejo	2394	3258	1599	2492	2523	1627	13880

Fonte: Cálculos próprios, a partir de INE, XVI Recenseamento Geral da População e INE (2020), Projeções da população residente 2018-2080.

Dinâmica socioeconómica

A caracterização socioeconómica do concelho que se apresenta neste subcapítulo baseia-se em dados retirados do INE, em particular, em fontes de dados como o Sistema de Contas Integradas das Empresas, das Estimativas Anuais da População Residente, Demografia das Empresas e GEP/MSESS, MTS55 - Quadros de Pessoal.

Este subcapítulo inclui a caracterização de cinco dimensões principais: i) tecido empresarial, ii) empregabilidade, iii) população ativa, taxas de atividade e remunerações, iv) escolaridade e das qualificações e, por último, v) desemprego e dos apoios sociais.

Tecido empresarial

Tendo em vista a realização de uma caracterização inicial do tecido empresarial de Portugal,¹⁸ do Alentejo, do Alto Alentejo e do concelho de Monforte, utilizaram-se dois indicadores que revelam a dimensão e robustez do tecido empresarial. O primeiro destes indicadores designa-se por densidade das empresas não financeiras e permite identificar onde existe maior número de empresas, em média, por km², e o segundo indica quantas empresas não financeiras¹⁹ existem em cada território por cada 100 habitantes.

¹⁸ Apenas o Continente, sem contabilizar as Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores.

¹⁹ Entidade jurídica (pessoa singular ou coletiva) correspondente a uma unidade organizacional de produção de bens e/ou serviços, usufruindo de uma certa autonomia de decisão, nomeadamente quanto à afetação dos seus recursos correntes. Uma empresa pode exercer uma ou várias atividades, em um ou em vários locais. Uma empresa corresponde à mais pequena combinação de unidades jurídicas, podendo corresponder a uma única. A empresa, tal como é definida, é uma entidade

Na série de três anos em análise verifica-se alguma estabilidade nos valores dos dois indicadores, número médio de empresas não financeiras por km² e por cada 100 habitantes, em Portugal Continental e no Alentejo e Alto Alentejo, regiões que apresentam valores bastante reduzidos em termos de densidade empresarial (de 2,7 e 2,0, respetivamente, ou seja, perto de 3 e 2 empresas por cada km²) e consideravelmente inferiores em relação ao cenário nacional, que apresentou valores à volta de 14 empresas por cada km² entre 2018 e 2020.

No concelho de Monforte a densidade empresarial era bastante inferior à das regiões do Alentejo e Alto Alentejo, com menos de 1 empresa, em média, por cada km². Este concelho apresentava, juntamente com Avis, a densidade empresarial mais baixa da região.

O indicador sobre o número médio de empresas por cada 100 habitantes revela que, ao longo do período considerado, os valores das regiões e do continente semelhantes, entre 12 e 13 empresas.

Em Monforte o número de empresas por cada 100 habitantes foi igualmente inferior correspondendo geralmente a apenas 10 empresas por cada 100 habitantes.

Tabela 2.23: Densidade empresarial e Número de empresas não financeiras por cada 100 habitantes, no concelho, nas regiões do Alto Alentejo e o Alentejo e no Continente, 2018, 2019 e 2020

Concelho/Região/ País	Densidade empresarial (Nº médio de empresas por Km ²)			Número empresas por cada 100 hab.		
	2018	2019	2020	2018	2019	2020
Monforte	0,7	0,7	0,7	9,8	10,5	10,0
Alto Alentejo	2,1	2,1	2,0	12,0	12,0	11,7
Alentejo	2,7	2,7	2,7	12,1	12,2	12,0
Continente	13,7	14,2	14,0	12,5	12,9	12,7

Fonte: Pordata/INE - Sistema de Contas Integradas das Empresas/INE - Estimativas Anuais da População Residente).

É também importante perceber onde há mais Pequenas e Médias Empresas (PMEs)²⁰ e Grandes Empresas (GE). Como é consabido, o tecido empresarial português é, na sua quase totalidade, constituído por PME, correspondendo o número de Grandes Empresas (GE) a 0,1 do número total de empresas existentes no território nacional.

O cenário não é diferente na região do Alentejo, onde existiam, em 2020, apenas 57 Grandes Empresas, e no distrito de Portalegre onde, nos três anos em análise, o número de GE era apenas de 8, 1 localizada no concelho de Avis, 3 no concelho de Campo Maior, 1 no concelho de Elvas, 1 no concelho de Ponte de Sor e 2 no concelho de Portalegre.

O tecido empresarial do concelho de Monforte era de dimensão reduzida com um total de apenas 300 pequenas e médias empresas no ano de 2020.

económica que pode, em certas circunstâncias, corresponder à reunião de várias unidades jurídicas. De facto, certas unidades jurídicas exercem atividades exclusivamente em proveito de uma outra unidade jurídica e a sua existência só se explica por razões administrativas (por exemplo, fiscais) sem que sejam significativas do ponto de vista económico. Pertence também a esta categoria uma grande parte das unidades jurídicas sem emprego. Frequentemente, as suas atividades devem ser interpretadas como atividades auxiliares das atividades da unidade jurídica-mãe que elas secundam, à qual pertencem e a que têm de estar ligadas, para constituir a entidade "empresa" utilizada para análise económica. (metainformação - INE).

²⁰ A categoria das micros, pequenas e médias empresas (PME) é constituída por empresas que empregam menos de 250 pessoas e cujo volume de negócios anual não excede 50 milhões de euros ou cujo balanço total anual não excede 43 milhões de euros. (metainformação - INE)

Tabela 2.24: Número de PME's e de Grandes Empresas, no concelho, nas regiões de Alto Alentejo e no Continente, 2018, 2019 e 2020

Concelho/ Regiões/ País	Total			PMEs			Grandes empresas		
	2018	2019	2020	2018	2019	2020	2018	2019	2020
Monforte	296	313	300	296	313	300	0	0	0
Alto Alentejo	12715	12549	12320	12706	12539	12312	9	10	3
Alentejo	86098	86189	84838	86054	86136	84781	44	53	57
Continente	1221902	1260923	1244194	1220734	1259667	1242979	1168	1256	1215

Fonte: Pordata (INE - Sistema de Contas Integradas das Empresas).

Passamos, agora, à análise das Taxas de Natalidade e de Mortalidade das empresas não financeiras, indicadores que mostram quantas empresas foram criadas e extintas, por ano, por cada 100 empresas ativas existentes.

No território continental e nas regiões do Alentejo e do Alto Alentejo observa-se que a taxa de natalidade das empresas diminuiu em 2018 e 2020. Neste ano, nasceram cerca de 15 empresas por cada 100 existentes no país, 12 no Alentejo e perto de 11 no Alto Alentejo.

O mesmo aconteceu no concelho de Monforte, que passou de 13,9% novas empresas criadas em cada 100 existentes no ano de 2018, para apenas cerca de 8 empresas criadas em 2020, valor inferior ao dos outros territórios considerados.

Relativamente à taxa de mortalidade das empresas, observa-se que no continente e na região do Alentejo houve um ligeiro aumento em 2019, enquanto no Alto Alentejo se manteve o número de empresas extintas por cada 100 existentes (12,1). Em 2020, país, Alentejo e Alto Alentejo tomaram a ver diminuir as taxas de mortalidade ainda que muito ligeiramente para cerca de 12 empresas nas regiões do Alentejo e Alto Alentejo e perto de 13 no país.

Já no concelho de Monforte a taxa de mortalidade aumentou bastante em 2019 quando registou perto de 13 empresas extintas por cada 100 existentes (face ao valor de 8,4% extintas em 2018). Em 2020, a taxa de mortalidade de empresas foi de 11%.

Tabela 2.25: Taxas de Natalidade e de Mortalidade das empresas não financeiras (%), no concelho, nas regiões do Alto Alentejo e Alentejo e no Continente, 2018, 2019, 2020

Concelho/ Regiões/ País	Taxa de Natalidade			Taxa de Mortalidade		
	2018	2019	2020	2018	2019	2020
Monforte	13,9	13,4	7,7	8,4	Pro 12,8	Pre 11,0
Alto Alentejo	12,8	10,8	9,8	12,1	Pro 12,1	Pre 11,7
Alentejo	14,1	12,3	10,7	12,4	Pro 12,7	Pre 12,2
Continente	15,2	14,8	11,8	12,4	Pro 13,2	Pre 13,8

Fonte: Pordata (INE - Demografia das Empresas).

Legenda: Pro = Valor provisória; Pre = Valor preliminar.

Para terminar a análise do tecido empresarial, introduz-se a análise da distribuição das empresas não financeiras pelos setores de atividade. Nesta análise focamos o último ano de análise possível, aquele para o qual havia dados disponíveis (2020).

Na tabela em baixo, vemos que em 2020 existia um total de 1 244 194 empresas não financeiras no continente, 84 838 empresas no Alentejo (correspondente a 6,8% no total do continente), 12 320 no Alto Alentejo (14,5% do total das empresas do Alentejo) e no concelho de Monforte (que representavam somente 2,4% do total das empresas sediadas no Alto Alentejo).

Handwritten notes and signatures on the right margin of the page.

Na mesma tabela observa-se que um número considerável das empresas das regiões do Alentejo e do Alto Alentejo e do concelho de Monforte pertenciam ao setor da *Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca* (26,5%, N = 190 empresas), havendo, por isso, uma considerável menor diversidade setorial do que no país, onde representa apenas 9,2% do total das empresas no continente.

No Alentejo, o mesmo setor representa 23,4% do total das empresas sediadas nesse território, e na região do Alto Alentejo as empresas do setor da *Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca* representam mais de um quarto do total das empresas.

Quando analisadas as percentagens dos concelhos, Monforte assume uma posição elevada, com valores superiores aos regionais (36,3% de empresas no setor em questão). Apenas os concelhos de Arroches e Sousel apresentavam percentagens superiores.

Gráfico 2.15: Percentagem de empresas não financeiras do setor de atividade da *Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca* no total das empresas, nos concelhos, nas regiões do Alto Alentejo e Alentejo e no Continente, 2020



Fonte: Cálculos próprios, a partir da Pordata (INE - Sistema de Contas Integradas das Empresas).

Regressando à tabela, é possível identificar outros setores económicos com algum peso em termos de número de empresas existentes no concelho de Monforte, no ano de 2020: o *Comércio por grosso e a retalho (...)* com 45 empresas; as atividades de *Alojamento, restauração e similares* e de *Consultoria, científicas, técnicas e similares* (cada um com 23 empresas); e a *Construção* (21 empresas). Nos restantes setores o número de empresas era de 18 ou menos, ou mesmo inexistente.

Tabela 2.26: Número de empresas não financeiras, total e por setor de atividade, no Conselho, no município de Alentejo e no Continente, 2020

Conselho/ Região/ País	Total	A.P.O. C.F.P	IE	IT	E.G.V. A.Q.F.A.F	CTDA	C	CGR	TA	ARS	IC	I	CCTS	ASA	E	SHAS	AEDR	QA
Monforte	300	109	0	15	0	0	21	45	5	23	0	1	23	18	9	16	6	9
Alto Alentejo	12 320	3 243	10	599	49	12	655	2 037	208	1 126	83	204	998	1 064	500	741	234	557
Alentejo	84 838	19 878	136	4 007	316	101	4 796	14 661	1 546	7 563	753	1 836	6 275	8 413	3 430	5 251	1 819	4 005
Continente	1 244 194	114 902	994	6 4691	4 608	1 236	89 257	207 988	37 661	105 889	2 0626	50 533	12 9686	168 699	55 511	99 422	35 281	67 110

Fonte: Pordata (INE - Demografia das Empresas)

Legenda: A, P.O, C, F, P = Agric., prod. animal, caça, floresta e pesca; IT = Indústrias transformadoras; E, G, V, A.Q.F, AF = Eletr., gás, vapor, água quente e frio e ar frio; CTDA = Cotação, trat. e dist. de água (...); C = Construção; CGR = Comércio por grosso e retalho (...); TA = Transporte e armazenagem; ARS = Alojamento, restauração e similares; IC = informática, científicas, técnicas e similares; ASA = Administrativas e dos serviços de apoio; E = Educação; SHAS = Saúde humana e apoio social; AEDR = Artesãos, desportivos e recreativos; QA = Outras atividades.

H
M
S
a
dy
H
G
1

Empregabilidade

Passamos a avaliar a empregabilidade, a começar com o indicador relativo ao número médio de pessoas ao serviço nas empresas não financeiras.

Sendo o tecido empresarial nacional constituído, praticamente na sua totalidade, por PME's, como analisado anteriormente, o número médio de pessoas por empresa é, naturalmente, baixo. Na tabela seguinte, verifica-se que, em Portugal continental, cada empresa empregava, em média, cerca de 3 pessoas, entre 2018 e 2020.

No Alentejo, o número médio de pessoas por cada empresa não financeira é mais reduzido. Registaram-se, não obstante, ligeiros aumentos nos anos de 2019 e de 2020, pelo que, no último ano, cada empresa nesta região empregava, em média, 2,6 pessoas. No Alto Alentejo, por sua vez, o indicador baixa para apenas 2,2 pessoas por empresa.

O concelho de Monforte apresentou ao longo dos três anos em análise um número médio de pessoas por empresa reduzido, de 2 pessoas por empresa, ainda assim um número superior ao de Alter do Chão, Arronches, Castelo de Vide, Crato, Fronteira, Gavião, Marvão e Nisa, porém, decorrente do reduzido número de residentes identificado na caracterização demográfica e do reduzido número de empresas.

Tabela 2.27: Número médio de pessoas ao serviço das empresas não financeiras, no concelho, nas regiões do Alto Alentejo e do Alentejo e no Continente, 2018, 2019 e 2020

Concelho/Regiões/ País	2018	2019	2020
Monforte	2,1	2,0	2,0
Alto Alentejo	2,3	2,4	2,4
Alentejo	2,4	2,5	2,6
Continente	3,2	3,2	3,1

Fonte: Pordata (INE - Sistema de Contas Integradas das Empresas).

Vejamos, em seguida, quais os setores de atividade económica que mais empregam pessoas no país, nas regiões do Alentejo e do Alto Alentejo e no concelho.

Além do peso que assumam em termos de número de empresas existentes na região, como vimos anteriormente, os setores de atividade económica da *Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca* e do *Comércio por grosso e a retalho (...)* são igualmente os que mais empregam pessoas nas regiões do Alentejo (22,4%) e do Alto Alentejo (19,7%), ao contrário do que acontece no país, onde apenas 4,8% das empresas não financeiras pertence àquele setor.

No Alto Alentejo existem outros setores de atividades económica com percentagens de pessoal consideráveis: as *indústrias transformadoras* (15,5%), o *Alojamento, restauração e similares* (7,9%), a *Construção* e o *Comércio por grosso e a retalho (...)* (cada um com 6,7%), o setor da *Consultoria, científicas, técnicas e similares* (6,6%) e, ainda, as *atividades Administrativas e dos serviços de apoio* (6,3%).

A representação gráfica da distribuição do pessoal ao serviço das empresas não financeiras por setor de atividade no concelho (ver gráfico seguinte) mostra um cenário semelhante ao da região. Em Monforte, o setor da *Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca* era o que mais pessoal tinha ao serviço (35,7%) o que reforça o peso deste setor no concelho. Os restantes setores empregavam menos de 8% do pessoal ao serviço de empresas não financeiras.

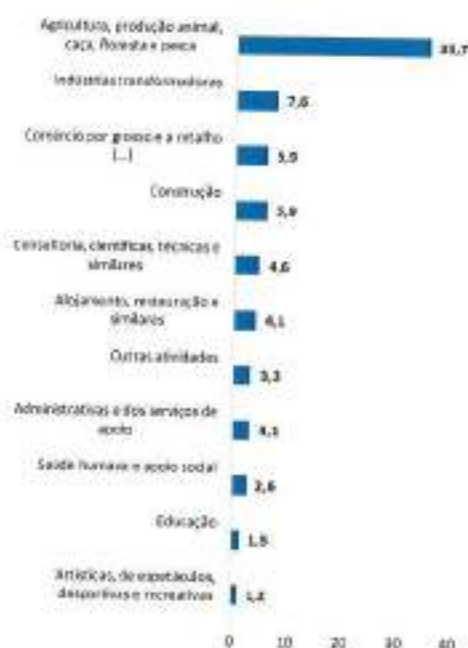
Tabla 2.28. *Porcentaje de pessoal do serviço de empresas não financeiras, por setor de atividade económica no concelho, nas regiões do Alentejo e do Alto Alentejo e na*
Continente, 2020

Concelho/ Região/ País	A, PQ, C, F, P	IE	IT	E, G, V, A, G, F, AF	CTDA	C	CGR	TA	ARS	IC	I	CCTS	ASA	E	SIMAS	AEDR	QA
Monte	35,7	n.a	7,6	n.a	n.a	5,9	5,9	s.d.	4,1	n.a	s.d.	4,8	3,1	3,5	2,6	1,2	3,3
Alto Alentejo	19,7	0,2	15,5	s.d.	s.d.	6,7	6,7	2,7	7,9	0,5	1,4	6,6	6,3	1,8	3,3	1,0	2,5
Alentejo	22,4	1,2	14,9	0,2	1,0	6,8	6,8	3,7	7,7	0,9	3,2	4,8	7,6	2,0	4,0	1,1	2,8
Continente	4,8	0,2	17,7	0,3	0,9	4,7	4,7	4,5	8,6	3,2	3,9	7,0	11,9	2,4	4,9	1,5	2,3

Fonte: Cálculos próprios, e partir do *Perfil do Paredão (INE - Sistema de Contas Integradas das Empresas)*

Legenda: A, PQ, C, F, P = Agríc., prov. animal, caça, floresta e pesca; IE = indústrias extrativas; IT = indústrias transformadoras; E, G, V, A, G, F, AF = Elec., gás, vapor, água quente e frio e ar frio; CTDA = Coptação, trat. e dist. de água (...); C = Construção; CGR = Comércio por grosso e retalho (...); TA = Transporte e armazenagem; ARS = Alojamento, restauração e similares; N = Informação e comunicação; I = Imobiliária; CCTS = Consultoria, técnicas e similares; ASA = Administrativas e dos serviços de apoio; E = Educação; SIMAS = Saúde humana e apoio social; AEDR = Artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas; QA = Outras atividades; s.d. = sem dados.

Gráfico 2.16: Percentagem de pessoal ao serviço de empresas não financeiras, por setor de atividade económica no concelho, 2020



Fonte: Cálculos próprios, a partir da Pordata (INE - Sistema de Contas Integradas das Empresas).

Importa também perceber a percentagem de empresas com menos de 10 trabalhadores existentes no país (Continente), nas regiões do Alentejo e do Alto Alentejo e, em particular, no concelho de Monforte.

Gráfico 2.17: Empresas não financeiras com menos de 10 pessoas, no concelho, nas regiões do Alentejo e do Alto Alentejo e no Continente, 2020 (%)



Fonte: Pordata (INE - Sistema de Contas Integradas das Empresas).

No gráfico anterior, vemos que mais de 95% das empresas empregavam menos de 10 pessoas no Continente (96,2%), no Alentejo (96,8%) e no Alto Alentejo (97,3%), um quadro decorrente da quase totalidade das empresas existentes no território serem pequenas e médias empresas.

O concelho de Monforte enquadra-se, claro, no mesmo cenário com uma percentagem igual à da região (97,3%).

Termina-se a análise do emprego com uma caracterização dos trabalhadores ao serviço das empresas,²¹ em termos de situação na profissão, níveis de escolaridade, regime de trabalho e tipo de contrato.

O quadro nacional de trabalhadores por situação na profissão era constituído, no ano de 2019, por 94,2% de trabalhadores por conta de outrem, valor igual ao do Alentejo. Na região do Alto Alentejo, havia 93,8% trabalhadores por conta de outrem.

No concelho de Monforte, no mesmo ano, 95,1% dos trabalhadores ao serviço das empresas era trabalhador por conta de outrem. Por outro lado, havia menos empregadores neste concelho (4,8%) do que no país e das regiões do Alentejo e do Alto Alentejo (entre 5% e 6%).

Tabela 2.29: Trabalhadores ao serviço das empresas por situação na profissão, no concelho, nas regiões do Alentejo e do Alto Alentejo e no Continente. 2019 (%)

Concelho/Regiões/ País	Empregador	Membro Ativo de Cooperativa de Produção	Trabalhador Familiar não Remunerado	Trabalhador Por Conta de Outrem
Monforte	4,8	0,0	0,0	95,1
Alto Alentejo	5,8	0,1	0,0	93,8
Alentejo	5,4	0,0	0,1	94,2
Continente	5,5	0,0	0,0	94,2

Fonte: Cálculos próprios, a partir da Pordata (GEP/MSESS, MTSSS).

Na sequência dos resultados da análise do indicador da situação na profissão, vamos analisar os níveis de escolaridade, o regime de trabalho e o tipo de contrato apenas para os Trabalhadores por Conta de Outrem (TCO).

Em termos de escolaridade, e considerando como nível de análise Portugal continental, o número de TCO com Ensino Superior correspondia, em 2019, a 20,9%. A maioria havia concluído o 3º ciclo de escolaridade do Ensino Básico (26,4%) e o Ensino Secundário ou Pós-secundário (31,1%). Com menores proporções, embora ainda de considerar, surgem os que terminaram apenas o 2º ciclo de escolaridade (12,2%) e os que concluíram o 1º ciclo (9,1%).

O quadro das qualificações dos TCO, em 2019, era pior nas regiões do Alentejo e do Alto Alentejo, sobretudo pelas percentagens mais baixas com Ensino Superior (14,2% e 14,3%, respetivamente), e pelas percentagens mais elevadas com apenas o 1º ciclo de escolaridade do Ensino Básico (12,2% no Alentejo e 13,3% no Alto Alentejo).

No concelho de Monforte a maioria dos TCO também tinham como nível de escolaridade concluído o 3º ciclo do Ensino Básico (24,1%) e o Ensino Secundário/Pós-Secundário (26,6%). O que diferencia o concelho das regiões do Alentejo e do Alto Alentejo é, por um lado, uma percentagem mais elevada de TCO com Ensino Superior (cerca

²¹ Para estes indicadores utilizou-se a definição de empresa como "Entidade jurídica (pessoa singular ou coletiva) correspondente a uma unidade organizacional de produção de bens e/ou serviços, usufruindo de uma certa autonomia de decisão, nomeadamente quanto à afetação dos seus recursos correntes. Uma empresa pode exercer uma ou várias atividades, em um ou em vários locais." (metainformação - INE)

de 19%); por outro lado, uma percentagem mais elevada de TCO com apenas o 1º ciclo de escolaridade do Ensino Básico concluído (16,2%).

Tabela 2.30: Trabalhadores por conta de outrem, por nível de escolaridade, nos concelhos, nas regiões Alentejo e do Alto Alentejo e no Continente, 2019 (%)

Concelho/ Regiões/ País	Sem escolaridade	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	Secundário/Pós- secundário	Superior
Monforte	0,7	16,2	13,6	24,1	26,6	18,9
Alto Alentejo	0,5	13,3	15,0	29,8	27,0	14,3
Alentejo	0,7	12,2	12,8	29,3	30,8	14,2
Continente	0,4	9,1	12,2	26,4	31,1	20,9

Fonte: Cálculos próprios, a partir da Pordata (GEP/MSESS, MTSSS).

A maioria dos TCO trabalham em regime completo no território nacional (92,5%) e nas regiões do Alentejo (95%) e do Alto Alentejo (94,8%).

No quadro regional, todos os concelhos têm percentagens elevadas, acima dos 90%, de TCO em regime de trabalho completo.

Monforte registava no ano de 2019 a percentagem mais baixa de TCO com regime de trabalho completo no contexto regional (90%).

Gráfico 2.18: Trabalhadores por conta de outrem com regime de tempo completo, nos concelhos e região do Alto Alentejo no Alentejo e no Continente, 2019 (%)



Fonte: Pordata (GEP/MSESS, MTSSS).

Relativamente ao tipo de contrato mais frequente entre os TCO, em Portugal Continental e nas regiões do Alentejo e do Alto Alentejo, em 2019, destaca-se o contrato permanente/sem termo, com um peso maior no caso do distrito de Portalegre, com 70,3%, face a 64% nacionais e 61,9% no Alentejo. As percentagens nos três territórios mantiveram-se sem grandes alterações nos três anos em análise.

No concelho de Monforte as percentagens de TCO com contrato permanente/sem termo foram mais elevadas do que nos outros territórios considerados até 2018, tornando-se inferiores em 2019 (apenas perto de 67% TCO).

Inversamente, no mesmo ano de 2019, aumentou o número relativo de TCO com contratos a termo/a prazo no concelho (perto de 33% dos TCO).

Tabela 2.31: Trabalhadores por conta de outrem, por tipo de contrato, no concelho, nas regiões do Alentejo e do Alto Alentejo e no Continente, 2017, 2018, 2019 (%)

Concelho/ Regiões/ País	A termo/ a prazo			A termo para cedência temporária			Permanente / sem termo		
	2017	2018	2019	2017	2018	2019	2017	2018	2019
Monforte	25,0	25,5	32,9	0	0	0	74,8	74,2	66,6
Alto Alentejo	29,1	29,0	29,3	0,0	0,0	0,0	70,4	70,3	70,3
Alentejo	34,8	35,8	36,1	0,9	1,0	1,1	63,4	62,2	61,9
Continente	31,0	32,4	32,4	3,3	3,3	2,9	64,9	63,6	64,0

Fonte: Cálculos próprios, a partir da Pordata (GEP/MSESS, MTSS5).

Desemprego e apoios sociais

Nesta secção começamos por analisar alguns indicadores relativos ao desemprego, nomeadamente as taxas de desemprego total e por sexo e por grupo etário, de acordo com os dados dos censos de 2001, 2011 e 2021, que dão conta do número de desempregados sobre o total da população ativa.

Na tabela seguinte verificamos que as taxas de desemprego totais foram particularmente elevadas no ano de 2011, consequência da crise financeira mundial iniciada no mercado imobiliário dos Estados Unidos da América. Nos outros anos em análise, 2001 e 2021, as taxas foram inferiores aos 10% em todos os territórios considerados, realçando-se que em 2021 as percentagens de desempregados no total da população ativa eram ligeiramente inferiores aos de 2001 nas regiões do Alentejo e do Alto Alentejo, ao contrário do registado para o cenário nacional.

No concelho também se observa uma percentagem de desempregados inferior em 2021 (7,9%) em relação à de 2001 (4,9%); a percentagem de Monforte, nesse ano, foi semelhante às dos outros territórios considerados na tabela em baixo.

Observemos agora as diferenças entre as taxas de desemprego masculina e feminina. A nível nacional, a evolução das percentagens de mulheres desempregadas é similar à das percentagens de homens desempregados, embora sempre ligeiramente superiores. A percentagem de mulheres desempregadas em 2001 era, ao contrário do verificado entre a população ativa do sexo masculino, superior a 10% nas regiões do Alentejo e Alto Alentejo (12,5% e 11,9%, respetivamente); dessa forma, os aumentos em 2011 foram menos acentuados. No último ano em análise, as percentagens também diminuíram para valores inferiores aos de 2011, embora mantendo-se ligeiramente superiores às percentagens de desempregados homens.

No concelho de Monforte, as taxas de desemprego das mulheres foram sempre superiores às taxas de desempenho dos homens independentemente das oscilações observadas ao longo da série.

Tabela 2.32: Taxa de desemprego segundo os censos, total e por sexo, no concelho, nas regiões do Alto Alentejo e Alentejo e no país (%), 2001, 2011 e 2021

Concelho/Regiões/ País	Total			Masculino			Feminino		
	2001	2011	2021	2001	2011	2021	2001	2011	2021
Monforte	4,9	15,1	7,9	3,2	14,9	7,3	7,0	15,3	8,6
Alto Alentejo	8,0	15,7	7,6	4,9	14,8	6,8	11,9	16,6	8,5
Alentejo	8,4	12,6	6,9	5,3	11,9	6,3	12,5	13,9	7,6
Continente	6,9	13,2	8,1	5,3	12,5	7,2	8,7	13,9	8,9

Fonte: Pordata (X, XII, XIV, XV e XVI Recenseamentos Gerais da População).

Na tabela em baixo expõem-se as percentagens de desempregados no total da população ativa por grupos etários. De uma forma geral, as percentagens de desempregados aumentaram no ano de 2011 nos vários grupos etários como verificado na análise anterior. Dessa forma, focamos a análise no ano de 2021.

Em Portugal continental, no ano de 2021 a taxa de desemprego era mais elevada nos grupos etários mais jovens – 18,4% no grupo com idades entre 15 e 24 anos e 9,3% entre os 25 e os 34 anos. Nos outros grupos etários, as percentagens de desempregados eram inferiores aos 8%. Nas regiões do Alentejo e do Alto Alentejo o quadro era parecido, embora com percentagens mais elevadas no distrito de Portalegre em que se registavam 20,2% de desempregados no grupo etário dos 15 aos 24 anos e mais de 10% entre os 25 e os 34 anos.

Em 2021 o concelho de Monforte também tinha mais desempregados entre os mais jovens, sobretudo entre os 15 e os 24 anos de idade que representavam 27,8% do total de desempregados, um valor bastante mais elevado do que as percentagens regionais e nacional. Nos outros grupos etários haviam números relativos de desempregados inferiores aos da região do Alto Alentejo.

BT
P
V
M
M
J
P
S

Tabela 2.33: Taxa de desemprego segundo os censos, por grupo etário, no concelho, nas regiões do Alto Alentejo e Alentejo e no país (%). 2001, 2011 e 2021

Concelho/ Regiões/ País	15-24		25-34		35-44		45-54		55-64		65 ou mais	
	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011
Montforte	12,8	37,2	9,7	17,3	2,1	11,0	4,2	4,6	12,3	7,9	5,9	10,1
Alto Alentejo	17,0	37,5	7,7	16,8	6,4	12,6	6,3	5,9	12,8	5,7	7,5	13,9
Alentejo	15,8	29,0	8,1	19,1	6,8	10,7	5,9	6,6	10,8	5,4	9,3	12,5
Continente	12,4	27,7	6,2	12,3	5,3	10,8	6,8	5,7	12,1	6,5	7,9	14,0

Fonte: Pordata (X, XII, XIV, XV e XVI Recenseamentos Gerais da População).

Por último, exploram-se os dados relativos aos apoios sociais, em particular, o número de beneficiários dos principais apoios e de pensões disponíveis à população portuguesa.

Começamos por analisar a proporção de beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI)²² e do subsídio de desemprego,²³ no total da população residente com 15 e mais anos, que permita aferir quantos indivíduos recebem estes apoios por cada 100 residentes com 15 ou mais anos. Enquanto a nível nacional e na região do Alentejo, as percentagens de beneficiários RSI (e RMG) têm pouco significado no total da população com 15 ou mais anos, no Alto Alentejo registou-se, nos três anos, um valor de 4,0.

No concelho de Monforte registou-se nos três anos considerados um número elevado de beneficiários do RSI: mais de 13 beneficiário por cada 100 residentes com 15 ou mais anos.

Relativamente aos beneficiários do subsídio de desemprego da segurança social, é possível concluir que assumem pouco peso na população de residentes entre 2019 e 2021. Porém, no ano de 2020, na sequência do contexto pandémico e dos vários confinamentos, as percentagens aumentaram ligeiramente a nível nacional, regional e concelhio, voltando a reduzir-se em muitos concelhos no ano subsequente.

Em Monforte, as percentagens de beneficiários do subsídio de desemprego diminuíram sempre, incluindo em 2020. No último ano em análise havia no concelho menos de 1 beneficiário em cada 100 residentes com 15 e mais anos.

Tabela 2.34: Beneficiários do Rendimento Social de Inserção da Segurança Social e do subsídio de desemprego no total da população residente com 15 e mais anos, no concelho, nas regiões do Alto Alentejo e Alentejo e no país (%), 2019-2021

Concelho/Regiões/ País	Rendimento Social de Inserção			Subsídio de desemprego		
	2019	2020	2021	2019	2020	2021
Monforte	13,8	13,4	13,2	1,6	Pre 1,3	Pre 0,8
Alto Alentejo	1,3	1,3	1,6	1,6	Pre 1,9	Pre 1,3
Alentejo	4,2	3,7	3,6	1,6	Pre 2,1	Pre 1,5
Continente	8,4	7,3	7,1	1,6	Pre 2,3	Pre 1,6

Fonte: Pordata (INE - Estimativas Anuais da População Residente).

Legende: Pre = Valores preliminares

Importa analisar, também, o peso dos beneficiários do subsídio por doença,²⁴ do abono de família,²⁵ das pensões da Segurança Social (SS) e da Caixa Geral de Aposentações (CGA) e das pensões de sobrevivência,²⁶ invalidez²⁷ e

²² O rendimento social de inserção (RSI) é o montante que a segurança social atribui mensalmente às famílias mais carenciadas para apoiar a sua subsistência e progressiva inserção na comunidade e no mercado de trabalho. O rendimento social de inserção foi criado em 2003, substituindo o rendimento mínimo garantido.

²³ O subsídio de desemprego é o montante compensatório atribuído pela segurança social durante um número limitado de meses enquanto o trabalhador que perdeu o seu emprego procura um novo trabalho.

²⁴ O subsídio de doença é o montante compensatório atribuído pela segurança social enquanto o beneficiário está temporariamente incapacitado para trabalhar.

²⁵ O abono de família para crianças e jovens é o montante atribuído mensalmente pela segurança social às famílias enquanto criam e educam os filhos.

²⁶ A pensão de sobrevivência é o montante atribuído mensalmente pela segurança social a familiares do beneficiário falecido. A pensão de sobrevivência é o montante atribuído mensalmente pela segurança social a familiares do beneficiário falecido.

²⁷ A pensão de invalidez é o montante atribuído mensalmente pela segurança social a quem tem incapacidade permanente para trabalhar, mas não tem idade para se reformar.

velhice,²⁹ calculado sempre relativamente à população residente com 15 ou mais anos residente em cada unidade de território analisada.

No que respeita às percentagens de beneficiários do subsídio por doença, na região do Alto Alentejo registaram-se, entre 2018 e 2020, valores situados no intervalo entre os 7% e os 8%, denotando uma tendência de ligeiro crescimento face a 2018 na generalidade dos concelhos que compõem esta NUTIII.

Os valores do concelho de Monforte foram, nos três anos considerados, inferiores aos das regiões do Alto Alentejo e Alentejo e aos do Continente, representando cerca de 5% do total de residentes com 15 ou mais anos no ano de 2020.

Relativamente aos beneficiários do abono de família, os valores apurados no intervalo entre 2019 e 2021 correspondem entre 8 e 9 beneficiários por cada 100 residentes com 15 ou mais anos de idade, no país e nas regiões do Alentejo e do Alto Alentejo.

Em Monforte verificava-se um maior peso relativo de beneficiários do abono de família, cerca de 11 em cada 100 residentes com 15 ou mais anos em 2020, em comparação com os valores das regiões do Alto Alentejo e Alentejo e nacionais.

Tabela 2.35: Beneficiários do subsídio por doença da Segurança Social e do Abono de família para crianças e jovens da Segurança Social, no total da população residente com 15 e mais anos, no concelho, nas regiões do Alto Alentejo e Alentejo e no país (%), 2018-2021

Concelho/Regiões/ País	Subsídio por doença			Abono de família		
	2018	2019	2020	2019	2020	2021
Monforte	5,7	6,3	5,3	12,2	11,8	11,1
Alto Alentejo	7,1	7,7	7,3	10,0	9,8	9,7
Alentejo	7,2	7,7	7,4	9,3	9,2	9,0
Continente	7,8	8,3	8,0	9,4	9,0	8,8

Fonte: Cálculos próprios, a partir de Pordata (INE - Estimativas Anuais da População Residente; I/MTSSS).

Passamos agora a analisar as percentagens de pensionistas da Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações. A nível nacional, considerando o ano de 2020, existiam cerca de 39,2% de pensionistas, enquanto na região do Alentejo registaram-se 46,8% para o mesmo ano. No caso do Alto Alentejo, a média situa-se um pouco mais acima, na ordem dos 52,8% pensionistas, no total dos residentes com 15 ou mais anos.

O concelho de Monforte apresentava um cenário próximo ao da região do Alto Alentejo ainda que com percentagens ligeiramente inferiores, com cerca de 51% de pensionistas.

À semelhança do observado com as pensões da SS e da CGA, as pensões por velhice tiveram, no período em análise (2018 e 2020), maior peso nas regiões do Alto Alentejo e do Alentejo, com percentagens que rondam os 28,9% e os 26,3% respetivamente, do que o registado a nível nacional (cerca de 22%). Considerando os três anos em análise, observa-se ainda uma ligeira tendência de diminuição no país e nas regiões.

Mais uma vez, no concelho de Monforte registaram-se percentagens semelhantes às da região do Alto Alentejo nos três anos considerados, cerca de 30% em 2018 e de 29% em 2019 e 2020.

²⁹ A pensão de velhice é o montante atribuído mensalmente pela segurança social a quem atinge uma determinada idade e tempo de descontos. Os idosos que não descontaram anos suficientes ou que não estão abrangidos por qualquer sistema de proteção social podem aceder à pensão social de velhice.

No concelho de Monforte houve perdas no número de ativos nos três momentos censitários: -39 entre 2001 e 2011 e -170 entre 2011 e 2021, de forma coordenada com o analisado na análise demográfica.

Tabela 2.37: População ativa total segundo os censos, no concelho, nas regiões do Alentejo e do Alto Alentejo e no Continente, 2001, 2011, 2021

Concelho/ Região/ País	2001	2011	2021
Monforte	1348	1309	1139
Alto Alentejo	53 610	50 477	44 053
Alentejo	352 949	342 654	313 915
Continente	4 778 115	4 790 963	4 590 360

Fonte: Pordata (INE - XII, XIV, XV e XVI Recenseamentos Gerais da População).

Completa-se a análise da população ativa com as taxas de atividade que permitem aferir onde é que existem mais indivíduos a partir dos 15 anos que podem ser considerados mão de obra disponível para trabalhar, empregados ou desempregados, sobre o total da população com 15 ou mais anos.

Em termos relativos, na tabela seguinte, observa-se que, nos três anos em análise, existiam mais ativos no continente por cada 100 indivíduos com 15 ou mais anos, por comparação com as regiões do Alentejo e do Alto Alentejo. No entanto, enquanto no continente existiram diminuições com maior ritmo nos dois períodos censitários, as diminuições das taxas de atividade no Alentejo são menores, enquanto no Alto Alentejo apenas entre 2011 e 2021 a taxa de atividade diminuiu ligeiramente.

Ainda assim, as taxas de atividade no Alto Alentejo são reduzidas (cerca de 49% em 2001 e 2011 e 48% em 2021), face aos cerca de 53% em 2001, 52,4% em 2011 e 51% na região do Alentejo e aos perto de 58% em 2001, cerca de 56% em 2011 e 53,4% observados no continente.

De acordo com os resultados dos três censos em análise, as taxas de atividade no concelho de Monforte foram sempre mais inferiores por comparação aos outros territórios: 45,6% em 2001, 46,1% em 2011 e 44,2% em 2021.

Tabela 2.38: Taxas de atividade segundo os censos, no concelho, nas regiões do Alentejo e do Alto Alentejo e no Continente, 2001, 2011, 2021

Concelho/ Região/ País	2001	2011	2021
Monforte	45,6	46,1	44,2
Alto Alentejo	48,7	48,8	47,6
Alentejo	52,7	52,4	50,8
Continente	57,5	55,8	53,4

Fonte: Pordata (INE - XII, XIV, XV e XVI Recenseamentos Gerais da População)

A análise dos ganhos médios mensais³¹ (ver tabela seguinte) mostra como no território nacional os ganhos médios mensais revelam uma tendência de aumento quando considerados os anos de 2017, 2018 e 2019, atingindo os 1 210€ no último ano.

Nas regiões do Alentejo e Alto Alentejo regista-se a mesma tendência de aumento, no entanto, os valores médios são consideravelmente inferiores; em 2019, os ganhos médios mensais eram, respetivamente, de 1 068€ e de 990€.

³¹ O ganho mensal é o montante que o empregado recebe de facto todos os meses. Para além da remuneração de base, inclui outras remunerações pagas pelo empregador, como horas extra, subsídio de férias ou prémios. (metainformação – INE)

H
 2019
 1020
 990
 1068
 1210
 1020
 990
 1068
 1210

O concelho de Monforte apresentou ao longo da série ganhos médios mensais um pouco mais elevados do que na região do Alto Alentejo, mas inferiores aos do Alentejo e do continente.

Tabela 2.39: Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem, no concelho, nas regiões do Alentejo e do Alto Alentejo e no Continente, 2017, 2018, 2019 (€)

Concelho/ Região/ País	2017	2018	2019
Monforte	961	980	1020
Alto Alentejo	935	968	990
Alentejo	1016	1051	1068
Continente	1139	1170	1210

Fonte: Pordata (GEP/MSESS, MTSSS).

Importa também aferir as diferenças entre homens e mulheres no que respeita aos ganhos médios mensais.

A tabela que se segue mostra que as diferenças salariais entre TCO masculinos e femininos permanece uma questão a resolver quer no cenário nacional. Os TCO do sexo feminino ganhavam, em média, no ano de 2019, menos 225€ no continente, -202€ no Alentejo, -172€ no Alto Alentejo e -204€ no concelho de Monforte. A diferença salarial entre homens e mulheres aumentou nestes territórios em 2018 e tornou a diminuir em 2019 para valores inferiores aos do primeiro ano da série.

Em Monforte, as diferenças salariais foram sempre elevadas e bastante próximas às observadas na região e a nível nacional. Nos três anos em análise, os homens tiveram ganhos médios mensais francamente superiores.

Tabela 2.40: Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem, por sexo, e diferença mulheres-homens, no concelho, nas regiões do Alentejo e do Alto Alentejo e no Continente, 2019 (€)

Concelhos/ Região/ País	Homens			Mulheres			Diferença mulheres-homens		
	2017	2018	2019	2017	2018	2019	2017	2018	2019
Monforte	1045	1073	1117	870	880	914	-175	-193	-204
Alto Alentejo	1028	1065	1072	837	867	900	-192	-198	-172
Alentejo	1114	1153	1157	897	925	956	-217	-228	-202
Continente	1237	1274	1312	1011	1047	1087	-226	-227	-225

Fonte: Cálculos próprios, a partir da Pordata (GEP/MSESS, MTSSS).

A relação entre o nível de escolaridade concluída e os ganhos médios mensais dos TCO demonstra que os salários médios do país e na região do Alentejo aumentam consoante o nível de escolaridade concluída também aumenta.

Os TCO sem escolaridade recebiam, reportando-nos ao ano de 2019, em média, menos de 800€, e ultrapassavam esse valor os que tinham o 1º ciclo de escolaridade concluído. Os salários ascendiam para mais de 900€, em média, entre os TCO com os 2º e 3º ciclos do Ensino Básico, ultrapassavam os 1 000€ entre os que concluíam o Ensino Secundário ou Pós-secundário. Por último, os TCO com o Ensino Superior concluído ganhavam, em média, cerca de 1 700€ nos territórios do Alentejo e perto de 1 900€ ao nível nacional.

Já no concelho de Monforte os TCO sem escolaridade auferiam ganhos médios mensais consideravelmente inferiores aos dos outros territórios, assim como os TCO com o Ensino Secundário/Pós-secundário concluído embora com uma diferença reduzida face ao observado na região do Alto Alentejo. Além disso, verifica-se que os ganhos médios mensais no concelho tendem a aumentar consoante aumenta o ciclo/nível de ensino concluído, com exceção dos TCO com o 3º ciclo que recebiam, em média, menos do que os que tinham o 2º ciclo de escolaridade do Ensino Básico.

Tabela 2.41: Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem, por nível de escolaridade concluída, no concelho, nas regiões do Alentejo e do Alto Alentejo e no Continente, 2019 (€)

Concelho/ Região/ País	Sem escolaridade	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	Secundário/ Pós- secundário	Superior
Monforte	699	883	929	896	971	1437
Alto Alentejo	769	856	869	881	979	1508
Alentejo	793	868	924	937	1026	1677
Continente	789	870	913	951	1117	1890

Fonte: Pordata (GEP/MSÉSS, MTSSS).

A análise dos ganhos médios mensais dos TCO por setor de atividade económica que os empregados não identifica nenhum padrão relacional específico. A nível nacional e, também, nas regiões do Alentejo e do Alto Alentejo, no setor das atividades de *Agricultura, produção animal, caça, silvicultura e pesca* os ganhos médios, em 2019, eram os mais reduzidos (entre cerca de 900€ e 950€).

Os setores de atividade económica com ganhos médios mensais mais elevados eram os da *Indústria, construção, energia e água e das indústrias transformadoras* a nível nacional e nas regiões do Alentejo e do Alto Alentejo, e ainda dos *Serviços* no Alentejo e no país.

A análise dos valores relativos ao concelho de Monforte permite identificar que os ganhos médios mensais dos TCO ao serviço dos setores da *Agricultura, produção animal, caça, silvicultura e pesca* e dos *Serviços* eram mais elevados do que nas regiões do Alto Alentejo e do Alentejo e do país (com exceção do ganho médio no continente no setor dos *Serviços*). Nos outros setores, os ganhos médios mensais no concelho eram mais baixos.

Tabela 2.42: Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem, por setor de atividade económica, no concelho, nas regiões do Alentejo e do Alto Alentejo e no Continente, 2019 (€)

Concelho/ Região/ País	A, PA, C, S, P	I, C, E, A	IT	Construção	Serviços
Monforte	1001	873	898	749	1048
Alto Alentejo	897	1091	1119	912	964
Alentejo	914	1253	1243	972	1015
Continente	946	1144	1155	1025	1248

Fonte: Pordata (GEP/MSÉSS, MTSSS).

Legenda: A, PA, C, S, P = *Agricultura, produção animal, caça, silvicultura e pesca*; I, C, E, A = *Indústria, construção, energia e água*; IT = *Indústrias transformadoras*.

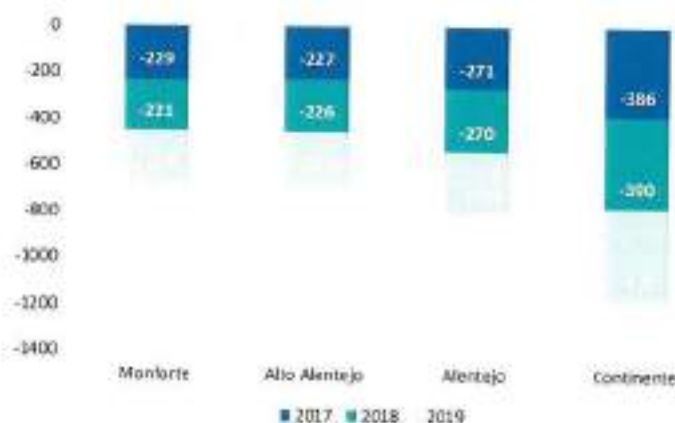
Para finalizar a análise relativa aos salários dos TCO, importa comparar o salário mínimo nacional e a remuneração base média mensal dos trabalhadores com o mesmo tipo de situação profissional.

O cenário geral, no ano de 2019, era de remuneração base média mensal superior ao salário mínimo nacional, de forma mais acentuada a nível nacional (405€) e menos acentuada no Alentejo (268€) e no Alto Alentejo (229€).

Além disso, a nível nacional a diferença entre salário mínimo nacional e a remuneração base média mensal tem vindo a aumentar, mesmo que de forma ligeira, o que não se verifica nas regiões do Alentejo e do Alto Alentejo.

Em Monforte, a diferença entre a remuneração base média mensal e o salário mínimo nacional foi idêntica à da região do Alto Alentejo nos três anos considerados, uma posição menos favorecida face à do Alentejo e sobretudo do país. Em termos absolutos, a diferença entre salário mínimo e remuneração base média rondava os 220€.

Gráfico 2.19: Diferença entre a remuneração base média mensal dos trabalhadores por conta de outrem e o salário mínimo nacional, no concelho, nas regiões do Alentejo e do Alto Alentejo e no Continente, 2017, 2018 e 2019 (€)



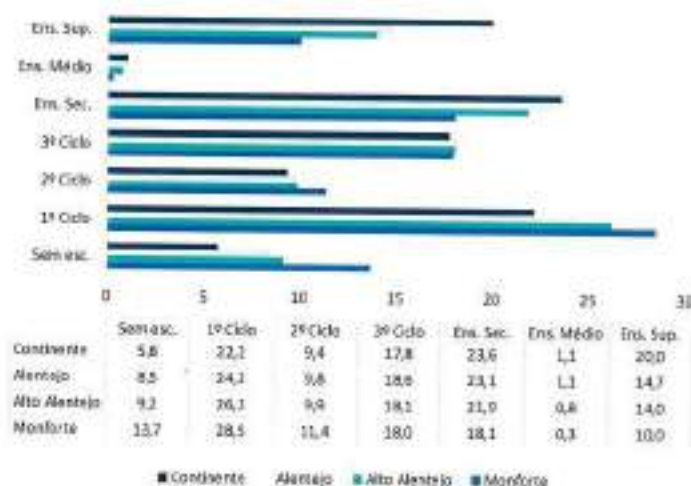
Fonte: Pordata (GEP/MSESS, MTSSS).

Escolaridade e qualificações da população

Nesta secção, prossegue-se a caracterização socioeconómica da população com a análise dos níveis de escolaridade dos residentes com 15 ou mais anos e da taxa de analfabetismo, utilizando, com esse objetivo, os dados dos recentes censos realizados em 2021.

No gráfico em baixo observa-se que mais de 40% da população com 15 ou mais anos residente em Portugal continental tinha o Ensino Secundário (23,6%) ou o Ensino Superior (20%) como nível de escolaridade completo mais elevado. No Alentejo registavam-se menos residentes com aqueles níveis de escolaridade (23,1% tinha o Ensino Secundário e 14,7% com o Ensino Superior) e no Alto Alentejo os números eram similares, ainda que ligeiramente inferiores (21,9% com o Ensino Secundário e 14% com o Ensino Superior).

Gráfico 2.20: População residente com 15 ou mais anos segundo os censos por nível de escolaridade completo mais elevado, no concelho, nas regiões do Alto Alentejo e Alentejo e no país (%), 2021



Fonte: Pordata (X, XII, XIV, XV e XVI Recenseamentos Gerais da População).

As percentagens dos residentes sem escolaridade ou com o 1º ciclo de escolaridade do Ensino Básico completo mostram um cenário inverso, ou seja, percentagens mais elevadas no Alto Alentejo (9,2% de residentes sem

escolaridade e 26,2% com o 1º ciclo) em relação às da região do Alentejo (8,5% e 24,2%, pela ordem); e ambas as regiões com percentagens superiores às nacionais (5,8% e 22,2%).

Comparada com as regiões do Alto Alentejo e do Alentejo, a distribuição de residentes com 15 ou mais anos por nível de escolaridade eram semelhante no concelho de Monforte, sendo de destacar de forma positiva a percentagem de residentes com Ensino Superior concluído (20%) por ser superior à que se observa nos outros territórios considerados.

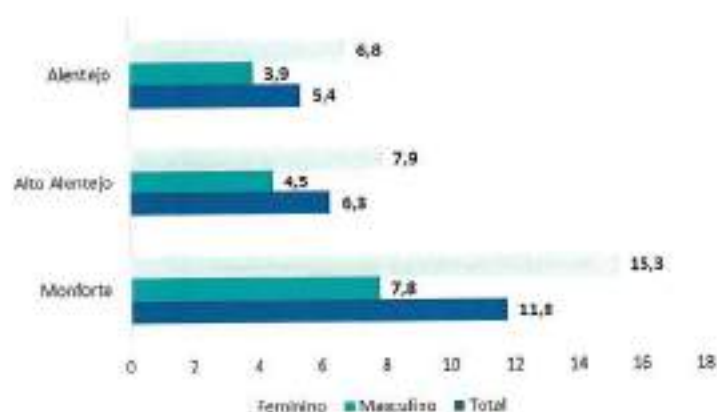
As taxas de analfabetismo referem-se ao peso que a população de residentes com 10 ou mais anos que não sabe ler nem escrever no total da população de residentes com 10 ou mais anos, ou seja, falam sobre a percentagem de indivíduos analfabetos existentes em cada território.³²

Considerando o território nacional do continente, a percentagem total de analfabetos é ainda 4%, ou seja, relativamente reduzida.

Já nas regiões do Alentejo e do Alto Alentejo a taxa de analfabetismo total ascende aos 5,4% e aos 6,3%, respetivamente, assumindo maior peso entre a população feminina – 6,8% e 7,9%, igualmente pela ordem de territórios, das mulheres não sabem ler nem escrever.

No caso do concelho de Monforte, a taxa total de analfabetos é de 11,8%, assumindo um peso bastante elevado na população feminina, em que cerca de 15,3 mulheres com 10 ou mais anos em cada 100 não sabe ler nem escrever; mas, em que a percentagem de homens na mesma situação também é considerável (perto de 8%).

Gráfico 2.21: Taxa de analfabetismo segundo os censos, total e por sexo, no concelho, nas regiões do Alto Alentejo e Alentejo e no país (%), 2021



Fonte: Pordata (X, XII, XIV, XV e XVI Recenseamentos Gerais da População).

³² Indivíduo com 10 ou mais anos que não sabe ler nem escrever, isto é, incapaz de ler e compreender uma frase escrita ou de escrever uma frase completa. (metainformação - INE)

Sistema Educativo concelhio

Estabelecimentos escolares: identificação, localização e descrição

A análise do sistema educativo do concelho foi realizada tendo como referência o ano letivo de 2021/2022 sobre o qual, no início do processo de recolha de informação, existiam dados em todas as dimensões necessárias.

No concelho de Monforte o sistema educativo integrava 3 Unidades Orgânicas (UO) cuja localização se pode verificar no mapa em baixo. Os estabelecimentos escolares serão designados ao longo do documento de acordo com o indicado entre parêntesis para facilidade de leitura.

Figura 2.4: Georreferenciação dos estabelecimentos escolares do concelho das redes pública e privada



Fonte: construção própria.

Na rede pública, o Agrupamento de Escolas João Maria Botas Carriço, Monforte (AE João Maria Botas Carriço) constituído por 6 estabelecimentos escolares:

- Escola Básica João Maria Botas Carriço, Monforte (EB João Maria Botas Carriço) com oferta de Pré-escolar e Ensino Básico (1º, 2º e 3º ciclo);
- Escola Básica de Assumar, Monforte (EB de Assumar) com oferta de 1º ciclo;
- Escola Básica de Santo Aleixo, Monforte (EB de Santos Aleixo) com oferta de Pré-escolar e 1º ciclo;
- Escola Básica de Vaiamonte, Monforte (EB de Vaiamonte) com oferta de 1º ciclo;
- Jardim de Infância de Assumar, Monforte (JI de Assumar) com oferta de Pré-escolar;
- Jardim de Infância de Vaiamonte, Monforte (JI de Vaiamonte) com oferta de Pré-escolar.

Enquanto na rede privada, existiam 2 UO. O Centro de Recuperação de Menores D. Manuel Trindade Salgueiro (que não vai ser analisado em profundidade neste documento pela necessidade de foco sobre a oferta para primeira infância, Ensino Básico e Ensino Secundário) e a Creche da Santa Casa da Misericórdia de Monforte (Creche de Monforte) com as valências de Berçário e Creche.

Na rede pública o estabelecimento escolar mais recente foi construído em 2021 – a EB João Maria Botas Carriço. O JI de Vaiamonte data de 2000, o JI de Assumar de 1998 e os outros de 1956, não tendo sido intervencionados desde então. Todos foram construídos de raiz para a função de ensino e são atualmente propriedade do Município de Monforte.

A Creche de Monforte é propriedade da Santa Casa da Misericórdia de Monforte e foi construída em 1970 e só mais tarde readaptada à função de ensino, sendo o seu edifício mais recente de 2003.

Tabela 2.43: Informações gerais sobre estabelecimentos escolares das redes pública e privada

Estabelecimentos escolares	Ano de construção do edifício original	Ano de construção do edifício mais recente	Construído de raiz para o ensino	Propriedade	Ano da última intervenção (>50% do edifício)
EB João Maria Botas Carriço	2021	-	Sim	Município	-
EB de Assumar	1956	-	Sim	Município	-
EB de Vaiamonte	1956	-	Sim	Município	-
EB de Santo Aleixo	1956	-	Sim	Município	-
JI de Assumar	1998	-	Sim	Município	-
JI de Vaiamonte	2000	-	Sim	Município	-
Creche de Monforte	1970	2003	Não	SCM de Monforte	-

Fonte: Agrupamento de Escolas João Maria Botas Carriço; Santa Casa da Misericórdia de Monforte.

Legenda: s.d. = Sem dados; CM = Câmara Municipal; SCM = Santa Casa da Misericórdia.

Estado de conservação dos espaços e equipamentos

Nesta secção identificam-se os espaços e equipamentos escolares internos e externos das unidades orgânicas – AE João Maria Botas Carriço e a Creche de Monforte – e avalia-se o estado de conservação dos mesmos de acordo com os dados enviados por cada entidade (tabelas em baixo). O Estado de Conservação (EC) foi avaliado pelos representantes de cada UO considerando uma escala de cinco níveis em que 1 = Muito Mau; 2 = Mau; 3 = Satisfatório; 4 = Bom; 5 = Muito Bom.

Relativamente aos espaços interiores destinados ao desenvolvimento de atividades letivas, a primeira conclusão é que não há grande diversidade de espaços nos estabelecimentos escolares do AE João Maria Botas Carriço e da Creche de Monforte. Relativamente aos espaços identificados como existentes, apenas as salas de aula nas EB de Assumar, Santo Aleixo e Vaiamonte foram avaliadas pelos representantes com estado de

conservação satisfatório; os outros estão em estado bom ou muito bom. Os espaços existentes na rede privada são satisfatórios.

No que respeita aos espaços interiores para trabalho, o cenário é de menor diversidade na rede pública e de ausência da rede privada. O estado de conservação é satisfatório nas salas para os educadores de infância dos dois II do AE João Maria Botas Carriço e muito bom em todos os espaços existentes na escola sede.

Vejamos agora os espaços interiores para outras utilizações. No AE João Maria Botas Carriço, na escola sede que recentemente construída (2021) estão em muito bom estado de conservação. Já nos outros estabelecimentos a avaliação aponta para espaços em estado satisfatório com exceção do refeitório do II de Vaíamonte avaliado com bom. Na Creche de Monforte, verifica-se que os espaços identificados foram avaliados pelos representantes com satisfatório ou bom.

Relativamente aos espaços exteriores, o quadro geral é o mesmo. Espaços com condições muito boas na escola sede e satisfatórios nos outros estabelecimentos, desta vez sendo a exceção a horta pedagógica disponível na EB de Vaíamonte que foi avaliado com bom. Na Creche de Monforte apenas foi identificada a vedação exterior, avaliada com satisfatório.

Em termos de equipamentos, os estabelecimentos das aldeias têm menor diversidade à sua disponibilidade, mas destaca-se que os computadores (mas não a ligação à internet) e os equipamentos de audiovisual estão em muito bom estado. A mesma avaliação foi atribuída aos outros equipamentos disponíveis na escola sede do AE João Maria Botas Carriço. Já na rede privada apenas foram identificados apenas computadores (em estado satisfatório).

Considerando outras características gerais dos edifícios, salienta-se o muito bom estado do edifício da EB João Maria Botas Carriço com o novo edifício a tratar das questões como o conforto térmico e luminoso, a eficiência energética e os acessos inclusivos, por exemplo. Nos outros estabelecimentos públicos os aspetos do conforto térmico e luminoso da eficiência energética podem ser melhorados. Outro alerta tem a ver com a rede wifi claramente insuficiente no Agrupamento assim como na Creche. Outro problema na rede privada tem a ver com as questões da eficiência energética avaliadas com mau estado.

Tabela 2.44: Número (N) e Estado de Conservação (EC) dos espaços interiores para atividades letivas do ensino público e privado, 2023

Estabelecimentos escolares	Salas de aula		Salas polivalentes		Salas de informática		Salas de estudo		Pavilhão desportivo		Oratórios		Salas de música		Laboratórios de eletrónica		Espaços para alunos com PEI		Salas de CAF/AUAF	
	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC
EB João Maria Botas Carrão	20	5	1	5	1	3	1	5	-	-	-	-	1	5	2	5	-	-	-	-
EB de Assumar	2	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
EB de Varadouro	2	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
EB de Santo Alípio	3	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Jl de Assumar	1	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Jl de Visitação	s.d.	s.d.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Creche de Montfort	3	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Agrupamento de Escolas João Maria Botas Carrão; Santa Casa da Misericórdia de Montfort.

Legenda: PEI – Programa Educativo Individual; CAF – Componente e Apoio à Família; AAJF – Atividades de Animação e de Apoio à Família; s.d. = Sem dados

Tabela 2.45: Número (N) e Estado de Conservação (EC) dos espaços interiores para trabalho das redes públicas e privadas, 2023

Estabelecimentos escolares	Salas de direção/ coordenação		Salas de professores		Salas de salas de educação		Salas de assistentes operacionais		Salas de reuniões/ trabalho		Salas de receção às famílias/ Associação de pais de pais		Salas de Associação de alunos		Biblioteca/ Centro de documentação		Gabinete de apoio aos alunos		Ardilhões	
	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC
EB João Maria Botas Carrão	6	5	2	5	1	5	2	5	-	-	-	-	-	-	1	5	-	-	1	5
EB de Assumar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
EB de Varadouro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
EB de Santo Alípio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Jl do Assumar	-	-	-	-	1	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Jl de Varadouro	-	-	-	-	1	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Creche de Montfort	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Agrupamento de Escolas João Maria Botas Carrão; Santa Casa da Misericórdia de Montfort.

Tabela 2.46: Número (N) e Estado de Conservação (EC) dos espaços interiores para outros utilizadores das redes pública e privada, 2023

Estabelecimentos escolares	Referência		Bar/Balhoite		Cozinha		Serviços Admíst.		Secretaria		Prestaria		Espaços para Refrejar		Salas de convívio dos alunos		Bainhas		Sanitários	
	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC	M	EC	M	EC	N	EC	M	EC	M	EC
EB João Maria Botas Carneço	1	5	1	5	1	5	-	-	1	5	1	5	3	5	1	5	2	5	20	5
EB de Assunção	1	3	-	-	1	3	-	-	-	-	-	-	1	3	-	-	-	-	2	3
EB de Valmonite	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	3
EB de Santo Aleixo	1	3	-	-	1	3	-	-	-	-	-	-	2	3	-	-	-	-	3	3
JJ de Assunção	1	3	-	-	1	3	-	-	-	-	-	-	1	3	-	-	-	-	2	3
JJ de Valmonite	1	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	3
Creche de Montforte	1	3	-	-	1	4	1	4	1	4	1	4	-	-	-	-	-	-	2	3

Fonte: Agrupamento de Escolas João Maria Botas Carneço; Santa Casa da Misericórdia de Montforte.

Tabela 2.47: Número (N) e Estado de Conservação (EC) dos espaços e equipamentos exteriores para outras utilizações das redes pública e privada, 2023

Estabelecimentos escolares	Vedação exterior		Espaços verdes		Espaços de recreio		Parques infantis		Recreio coberto		Horta pedagógica		Campos de desporto		Bancos		Mesas		Espaços para prática de desporto	
	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC	M	EC	M	EC	M	EC	N	EC	M	EC	M	EC
EB João Maria Botas Carneço	1	5	1	5	3	5	2	5	2	5	-	-	1	5	20	5	-	-	1	5
EB de Assunção	1	3	-	-	1	3	-	-	2	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
EB de Valmonite	1	3	-	-	1	3	-	-	2	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
EB de Santo Aleixo	1	3	-	-	1	3	1	3	-	-	1	4	-	-	-	-	-	-	-	-
JJ de Assunção	-	-	-	-	1	3	1	3	1	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
JJ de Valmonite	1	3	-	-	1	3	1	3	1	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Creche de Montforte	1	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Agrupamento de Escolas João Maria Botas Carneço; Santa Casa da Misericórdia de Montforte

Tabela 2.48: Número (N) e Estado de Conservação (EC) dos equipamentos para várias utilizações das redes pública e privada, 2023

Estabelecimentos escolares	Computadores		Tablets		Computadores com ligação à internet		Quadros Interativos		Projetores pedagógicos		Conjuntos de materiais pedagógicos		Inst. de música		Equip. desportivos		Equip. de laboratório		Equip. de auditorial	
	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC
EB João Maria Botas Carrico	317	5	-	-	317	s.d.	23	5	-	-	336	5	67	5	130	5	790	5	4	5
EB de Assumar	3	5	-	-	3	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	5
EB de Valsamonte	2	5	-	-	2	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	5
EB de Santo Alípio	4	5	-	-	3	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	5
JI de Assumar	1	5	-	-	1	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	5
JI de Valsamonte	1	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	5
Creche de Mondorfe	1	3	-	-	1	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Agrupamento de Escolas João Maria Botas Carrico; Santa Casa do Misericórdio de Mondorfe.

Legenda: s.d. – Sem dados.

Tabela 2.49: Avaliação geral da quantidade dos edifícios

Estabelecimentos escolares	Rede wifi	Rede elétrica	Rede de saneamento	Conforto térmico	Conforto lumínico	Eficiência energética	Acessos a espaços exteriores	Acessos aos edifícios	Elevadores	Materiais desportivos	Materiais laboratoriais
EB João Maria Botas Carrico	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5
EB de Assumar	3	4	4	3	3	3	4	4	-	-	-
EB de Valsamonte	3	4	4	3	3	3	4	4	-	-	-
EB de Santo Alípio	3	4	4	3	3	3	4	4	-	-	-
JI de Assumar	3	4	4	3	3	3	4	4	-	-	-
JI de Valsamonte	3	4	4	3	3	3	4	4	-	-	-
Creche de Mondorfe	-	3	4	4	4	2	3	-	-	-	-

Fonte: Agrupamento de Escolas João Maria Botas Carrico; Santa Casa do Misericórdio de Mondorfe.

Irradiação, população base e área de influência

Para terminar a análise dos estabelecimentos escolares apresentam-se indicadores relativos à irradiação que se referem à questão da mobilidade dos alunos (em termos de tempo e de transportes), o número máximo de alunos que o edifício está licenciado para acolher e a área de influência de cada um.

Na rede pública, o tempo de viagem casa-escola do aluno residente no concelho que mora mais longe é de 25 minutos, viagem de 17 km realizada por autocarro no caso da EB João Maria Botas Carricho. Com ofertas únicas no concelho (2º e 3º ciclo), a área de influência inclui todas as freguesias e justifica a viagem de mais de 20 minutos. Na EB e no II de Vaimonte a viagem do aluno residente no concelho que mora mais longe do estabelecimento escolar frequentado dura 10 minutos para percorrer a distância de 4 km na Carrinha. Cada estabelecimento escolar localizado nas outras juntas de freguesia serve a que lhe dá a designação.

Na rede privada, a criança que mora mais longe viagem no carro próprio da família durante 20 minutos para um trajeto e 16 km. Esta é uma resposta que serve todas as freguesias do concelho e que pode acolher até 30 indivíduos.

Tabela 2.50: Irradiação máxima, população base e área de influência dos estabelecimentos escolares das redes pública e privada, 2023

Estabelecimentos escolares	Distância (Km)	Irradiação ¹		População base máxima ²	Áreas de influência ²
		Tempo de viagem (minutos)	Meio de transporte		
EB João Maria Botas Carricho	17	25	Autocarro	446	Todas
EB de Assumar	s.d.	s.d.	A pé	48	Assumar
EB de Vaimonte	4	10	Carrinha	48	Vaimonte
EB de Santo Aleixo	s.d.	s.d.	A pé	73	Santo Aleixo
II de Assumar	s.d.	s.d.	A pé	25	Assumar
II de Vaimonte	4	10	Carrinha	25	Vaimonte
Creche de Monforte	16	20	Carro	30	Todas

Fonte: Agrupamento de Escolas João Maria Botas Carricho; Santa Casa da Misericórdia de Monforte.

Notas: ¹Os dados sobre a irradiação devem ser preenchidos relativamente ao aluno residente no concelho que mora mais longe da escola que frequenta; ²Número máximo de alunos que a escola pode acolher considerando as salas de aula;

³Freguesias ou União de freguesia que estão na área de influência de cada escola.

Ofertas formativas e educativas

O próximo ponto descreve as ofertas educativas existentes no concelho de Monforte que, no seu todo, compreendem a oferta de Berçário e Creche (privado, concentrado na Creche de Monforte da Santa Casa da Misericórdia), Pré-escolar (público e disponível em todas as freguesias do concelho) e os três ciclos de Ensino Básico (público). A oferta ao nível do Ensino Básico consiste das valências com caráter geral e algumas vias para recuperação das aprendizagens (PIEF – Programa Integrado de Educação e Formação), uma vez que o Agrupamento constitui uma escola da Rede TEIP (Territórios Educativos de Intervenção Prioritária). Nessa medida, e a partir do projeto educativo, do plano de inovação e do plano de plurianual de melhoria, o AE João Maria Botas Carricho tem apostado, sobretudo, num ensino do tipo experimental e no conhecimento integrado, através da criação de novas disciplinas que incorporam diferentes áreas do conhecimento, como as artes, a história, as ciências, e que têm ajudado e facilitado a transição entre ciclos de ensino. Verifica-se, ainda, que há um envolvimento direto de membros da comunidade educativa nos processos de ensino/aprendizagem e em

várias componentes extracurriculares, como os pais e encarregados de educação, profissionais da saúde, entre outros.

Não existe oferta pública de Ensino Secundário no concelho, muito embora alguns atores locais questionem se deveria existir alguma opção do tipo profissionalizante de nível secundário (por exemplo, Sistema Aprendizagem articulado com o IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional), para dar resposta à comunidade cigana presente no concelho, dado que estes alunos não fazem prosseguimento de estudos para as escolas fora de Monforte.

A falta de alunos representa um dos principais problemas, sendo mais evidente ao nível de algumas freguesias do concelho. Para manter as escolas abertas, e garantir a abertura de turmas sobretudo ao nível do 1º ciclo, recorrem à constituição de turmas mistas.

No concelho de Monforte há ainda a destacar a presença de um *Centro de Recuperação de Menores de Assumar*, uma Unidade de Saúde de referência na prestação de cuidados especializados em Psiquiatria e Saúde Mental, Deficiência Intelectual e Reabilitação Psicossocial, mas que tem colaborado, por exemplo, com instituições académicas para a realização de estágios curriculares, pré-profissionais e profissionais, e faculta serviços de especialidade para a comunidade educativa, como a terapia da fala. Esta instituição trabalha, assim, em estreita ligação com o AE João Maria Botas Carrilho.

Educação de Primeira Infância **Berçário e Creche**

A educação de Primeira Infância integra as ofertas de Berçário e Creche para crianças com idades compreendidas entre os 3 meses, 3 meses e meio e os 3 anos e a oferta de Pré-escolar destinada a crianças com idades compreendidas entre os 3 e os 5 anos de idade, que antecede imediatamente o 1º ciclo do Ensino Básico.

Estas ofertas têm uma importância acrescida no desenvolvimento socioeducativo das crianças e, por um lado, garantem uma melhor preparação para a entrada no período de escolaridade obrigatória e, por outro lado, atuam como complemento e apoio à ação educativa das famílias.

Esta oferta em 2021/2022 estava disponível na Creche de Monforte, sendo que existiam 7 crianças em Berçário (1 sala disponível), com uma Taxa de Ocupação²³ de 70%, e 19 crianças em Creche (2 salas disponíveis), com uma Taxa de Ocupação de 59,3%. Ambas as Taxas de Ocupação apontam para um cenário confortável e para a possibilidade de integração de mais crianças em qualquer uma das valências consideradas.

Pré-escolar

No caso da educação Pré-escolar, e para o mesmo ano letivo, contava-se um total de 67 alunos, 5 salas disponíveis e uma Taxa de Ocupação²³ próxima de 60%.

²³ Para averiguar a Capacidade (nº máximo de alunos) = Salas * ponto médio, ou em alguns casos máximo, dos limites/referenciais da dimensão de turma (10 em berçário, 16 em creche e 22,5 no pré-escolar). Note-se que para as salas foram apenas consideradas as que são exclusivamente de aulas, identificadas pelos agrupamentos e entidades no inquérito administrativo de 2022, ou na informação facultada pelas instituições; de seguida, efetuou-se o Balanço: Número de alunos 2020/21 – Capacidade (nº máximo de alunos); e, finalmente, calculou-se a Taxa de Ocupação: Número de alunos /balanço * 100

Tabela 2.51: Número de crianças inscritas em Pré-Escolar, por estabelecimento escolar, número de salas e taxa de ocupação máxima, 2021/2022.

Escola	Alunos Pré-escolar	Salas	Taxa de ocupação
EB João Maria Botas Carriço	33	2	73,3
EB de Santo Aleixo	11	1	48,9
Jl de Assumar	10	1	44,4
Jl de Valamonte	13	1	57,8
Total	67	5	59,6

Fonte: Agrupamento de Escolas João Maria Botas Carriço.

Na verdade, a população residente dos 3 aos 5 anos no concelho de Monforte era de 82 crianças em 2021, esperando-se, a partir das projeções realizadas, oscilações muito ténues nesta faixa etária para os anos subsequentes. Isto aponta para duas importantes conclusões: por um lado, não são esperados problemas com a disponibilização de vagas para esta oferta, uma vez que a taxa de ocupação atual se encontra muito abaixo dos 100%, a que se juntam dinâmicas de crescimento populacional pouco relevantes e, por outro lado, que várias crianças de Monforte em idade de frequência nesta etapa escolar não se encontram matriculadas nas escolas do concelho.

Ensino Básico

O Ensino Básico compreende 3 ciclos de ensino e abarca as crianças e jovens com idades compreendidas entre os 6 anos e os 14 anos de idade. A oferta consiste de vias de ensino caráter geral do Ensino Básico e Cursos PIEF de 2º e 3º ciclos.

1º Ciclo de escolaridade

Ao nível do 1º ciclo, frequentavam, em 2021/2022, um total de 105 alunos distribuídos pelos 4 anos escolares, dos 4 estabelecimentos do Agrupamento, que no conjunto dispõe de 10 salas de 1º ciclo, como se pode verificar com os dados que constam na tabela a seguir.

Tabela 2.52: Número de crianças matriculadas no 1º ciclo, por estabelecimento escolar, número de salas e taxa de ocupação máxima, 2021/2022

Escola	Alunos 1º Ciclo	Salas	Taxa de ocupação
EB João Maria Botas Carriço	57	4	62,0
EB de Assumar	15	2	32,6
EB de Valamonte	19	2	41,3
EB de Santo Aleixo	14	2	60,9
Total	105	10	45,7

Fonte: Agrupamento de Escolas João Maria Botas Carriço.

A taxa de escolarização – que é calculada a partir da relação entre o conjunto de crianças que frequentam este ciclo de ensino em Monforte e as crianças residentes no concelho em idade para frequentar o ciclo de ensino em referência – situa-se na ordem dos 103% o que aponta, potencialmente, para duas situações: insucesso escolar, que determina a frequência de crianças nestes anos escolares já fora da idade modal prevista, ou frequência de alunos residentes noutros concelhos. Em todo o caso, a taxa de ocupação rondava os 46%.

2º Ciclo de escolaridade

Em 2021/2022, existiam 66 alunos a frequentarem os dois anos escolares do 2º ciclo de escolaridade na EB João Maria Botas Carriço, nas suas 5 salas disponíveis. A taxa de ocupação³⁴ rondava os 50,8%.

3º Ciclo de escolaridade

Para o mesmo ano letivo, eram 84 os alunos que frequentavam o 3º ciclo na mesma escola e 7 as salas disponíveis para este ciclo de ensino. A taxa de ocupação rondava os 46,2% apontando para uma clara falta de alunos.

São, assim, no total, 150 os alunos que frequentavam o 2º ciclo e o 3º ciclo de escolaridade no concelho de Monforte, no ano letivo de 2021/2022, e conjuntamente apresentavam uma taxa de ocupação das vagas disponíveis baixa, ou seja, na ordem dos 48,1%. A taxa de escolarização, considerando os dois ciclos, era de 99%.

De destacar que o AE João Maria Botas carriço, para o ano letivo de 2021/2022, tinha uma turma de 3º ciclo PIEF com 10 alunos.

Ensino Secundário

No ano letivo de referência, 2021/2022, não existia oferta pública para o Ensino Secundário. Terminando o Ensino Básico, e por uma questão de proximidade e organização da rede, os alunos de Monforte, Assumar e Vaiamonte seguem, tendencialmente, para as escolas secundárias de Portalegre, e os alunos de Santo Aleixo prosseguem estudos para Estremoz. Há também indicação que vários alunos procuram as opções de ensino profissional disponíveis em Sousel e Alter do Chão.

Educação e Formação

Não existe educação e formação para adultos de forma estruturada e contínua no concelho de Monforte. Há, no entanto, alguma formação que é facultada pelo IEFP, e também formações promovidas pelo programa CLDS – Concelho Local de Desenvolvimento Social.

Educação Inclusiva

Recentemente verificou-se um relevante desenvolvimento em termos das orientações nacionais para as escolas públicas, que visa a construção e consolidação da educação/escola inclusiva. Essas orientações pretendem, em termos gerais, estimular ambientes educativos com cobertura universal das necessidades dos alunos e que estas se enquadrem devidamente no processo de ensino/aprendizagem praticado. A publicação do Decreto-Lei nº 54/2018, de 6 de julho estabelece “(...) os princípios e as normas que garantem a inclusão, enquanto processo que visa responder à diversidade das necessidades e potencialidades de todos e de cada um dos alunos, através do aumento da participação nos processos de aprendizagem e na vida da comunidade educativa” (nº 1, art.º 1 Decreto-Lei nº 54/2018, de 6 de julho). As medidas que este documento legal destaca estão organizadas de acordo com três níveis de intervenção: medidas universais, medidas seletivas e medidas adicionais, e são atribuídas por intermédio da intervenção das estruturas competentes, ao longo do percurso escolar dos alunos, de acordo com as necessidades que vão sendo evidenciadas.

Assim, as Medidas Universais preveem a diferenciação pedagógica; adaptações curriculares; privilegiam o enriquecimento curricular; o desenvolvimento psicossocial das crianças/jovens e das competências sociais e

³⁴ Para averiguar a Capacidade (nº máximo de alunos) = Salas*ponto médio, ou em alguns casos máximo, dos limites/referenciais da dimensão de turma (26 no 2º ciclo). Os procedimentos seguintes são os mesmos adotados nos pontos anteriores.

académicas; as Medidas Seletivas estão ligadas aos percursos curriculares diferenciados, com adaptação curricular mais leve e promoção de ambientes de reforço de aprendizagens e de acompanhamento/suporte consistente; e, finalmente, as Medidas Adicionais envolvem as adaptações curriculares mais expressivas, dado que preveem a construção de um Plano Individual de Transição (PIT) que complementa e precede o Programa Educativo Individual (PEI), e que estão mais focadas em metodologias e estratégias de ensino estruturado e no desenvolvimento de competências de autonomia pessoal e social.

A tabela em baixo mostra o número de alunos no concelho de Monforte que, em 2021/2022, beneficiava de medidas seletivas, medidas adicionais e de PEI (13,4% do total dos alunos beneficiava de Medidas Seletivas, 7,5% de Medidas Adicionais e 7,5% de PEI). Em termos globais, verifica-se uma maior concentração das medidas seletivas, sendo que no 3º ciclo há uma preponderância das Medidas Adicionais e PEI.

Tabela 2.53: Número de alunos com medidas seletivas, adicionais e PEI e % sobre o total de alunos, por ciclo de ensino, 2021/2022

Ciclo de Ensino	Medidas Seletivas	%	Medidas Adicionais	%	PEI	%
Pré-escolar	0	0,0	0	0,0	0	0,0
1º ciclo	19	18,1	2	1,9	2	1,9
2º ciclo	15	22,7	8	12,2	8	12,2
3º ciclo	9	10,7	14	16,6	14	16,6
Total	43	13,4	24	7,5	24	7,5

Fonte: Cálculos próprios, a partir de Agrupamento de Escolas João Maria Botas Carriço.

No AE João Maria Botas Carriço funciona a *Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva (EMAEI)*, que se constitui como um recurso organizacional específico e destinado a prestar apoio à aprendizagem e à inclusão, visando adaptar o processo de ensino-aprendizagem às características individuais de cada aluno. Além destes recursos, de salientar ainda a existência de recursos especializados, como: duas *Animadoras Socioculturais* que exercem funções de mediadoras, dois *psicólogos*, um *terapeuta da fala*, uma *fisioterapeuta*, uma *psicométrica*, um *técnico de informática* e uma *Assistente Social* que desempenha as funções de *TIL (Técnica de Intervenção Local)*; e ainda, um *Centro de Apoio à Aprendizagem (CAA)*, que constitui uma estrutura de apoio que agrega os recursos humanos e materiais, saberes e competências existentes na escola, valorizando uma componente de trabalho colaborativa e holística; um *Gabinete do Aluno*; um *Gabinete de Orientação Vocacional*; e a *Ação Social Escolar (ASE)*, cujo funcionamento e o âmbito das medidas socioeducativas que comporta, visam fomentar a integração e igualdade de acesso e sucesso de todos os alunos.

O Agrupamento está ainda na área de influência do *CRTICEE – Centro de Recursos de TIC para a Educação Especial*, de Portalegre, cujas finalidades assentam no apoio aos alunos com necessidades específicas, na disponibilização de recursos e materiais pedagógicos específicos, na componente formativa a docentes, técnicos e pais/entregadores de educação e auxiliares de educação em TICEE, entre outros.

De salientar, também, a articulação estabelecida com *Centro de Recuperação de Menores do Assumar*, uma vez que o AE João Maria Botas Carriço recebe alunas provenientes desta entidade, e com ela estabelece o tipo de intervenção a desenvolver com estas crianças e jovens.

Apoios e complementos educativos

Os apoios socioeducativos do AE João Maria Botas Carriço são variados e destinam-se a sobretudo às crianças e jovens do concelho beneficiários de Ação Social Escolar. Entre outros, a Câmara Municipal de Monforte atribui verbas para a aquisição de material escolar (escala A e B da ASE) e facilita os livros de fichas de trabalho aos alunos de 1º ciclo; dá apoio monetário para as visitas de estudo e comparticipa com o fornecimento de

transporte; comparticipa nas refeições escolares dos alunos de pré-escolar e de todo o ensino básico (50% no escalão B e 100% para o escalão A); facultar leite escolar para os alunos de Pré-escolar e de 1.º ciclo; promove uma rede de Transporte Escolar gratuita para todos os alunos (Plano Municipal de Transporte) que estabelece um conjunto de Itinerários entre o local de residência dos alunos e os estabelecimentos de ensino da rede pública que sejam frequentados por alunos do Pré-escolar, do Ensino Básico e também do Ensino Secundário, do concelho de Monforte.

De acordo com dados facultados pelo AE de Escolas João Maria Botas Carrigo, em 2021/2022, a dependência pela Ação Social Escolar era muito elevada, sendo demonstrativa da carência socioeconómica da população escolar, assim: 50 alunos do Pré-escolar beneficiavam de escalão A e B da ASE, constituindo 74,6% de todos alunos de pré-escolar; sendo este valor de 76 alunos para o 1.º ciclo (correspondendo a 72,4% dos alunos de 1.º ciclo); de 49 alunos para o 2.º ciclo (correspondendo a 74,2% dos alunos de 2.º ciclo) e de 51 alunos do 3.º ciclo (correspondendo a cerca de 61% dos alunos de 3.º ciclo). É ainda referido que 322 alunos beneficiavam de apoio em refeições (100% dos alunos) e que 44 alunos beneficiavam de prolongamento de horário (13,6%).

Sabe-se, ainda, que o Município tem previstos apoios referentes a transporte escolar, providenciado para o concelho e para os alunos que prosseguem para o Ensino Secundário (via Rodoviária). Esta é, no entanto, uma das áreas que deve ser alvo de melhoria, uma vez que há algum nível de desadequação entre os horários das carreiras e os horários escolares. Neste sentido, é referido também um projeto inovador de criação de ciclovias no concelho, no qual está a colaborar o Agrupamento, uma vez que vários alunos mais velhos utilizam as bicicletas para se deslocarem para a escola.

Além dos apoios associados à Ação Social Escolar, estão previstos, no âmbito da escola a tempo inteiro, Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC); Componente de Apoio à Família (CAF); e Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF).

Interessa destacar que as AEC estão destinadas aos alunos do 1.º ciclo do Ensino Básico e compreendem várias áreas complementares às aprendizagens curriculares e escolares. As CAF funcionam de forma articulada com as AEC e com o ensino curricular de 1.º ciclo, e visam o acompanhamento dos alunos fora do período de funcionamento das aulas e das atividades de enriquecimento. As AAAF têm uma natureza semelhante às CAF em termos do seu funcionamento, visando o acolhimento dos alunos fora do horário escolar, e destinam-se às crianças integradas no pré-escolar. No seu conjunto, estas atividades têm muita relevância no quadro da oferta educativa nacional e no apoio socioeducativo. Enquadram princípios de Inclusão, uma vez que garantem o acesso gratuito a componentes lúdicas, artísticas e desportivas a todas as crianças com idades compreendidas entre os 3 e os 9 anos de idade, matriculadas na rede pública.

Para o ano letivo de 2021/2022, as AEC eram de frequência gratuita e inscrição facultativa e compreendiam as seguintes atividades – Domínio Artístico 3.º e 4.º anos, com 52 alunos matriculados e uma taxa de participação de 49,5%; Domínio da Música, 102 alunos, com uma taxa de participação de 97,1%; Robótica também frequentada por 102 alunos e com a mesma taxa de participação da atividade anterior; e Inglês de 1.º e 2.º anos, frequentada por 51 alunos, ou seja por 60,7% dos alunos de 1.º ciclo. As CAF e as AAAF funcionam em todas as interrupções letivas de Natal, Páscoa, Carnaval e Férias de Verão. O número de alunos varia consoante as inscrições, em cada uma das interrupções, rondando em média as 50 crianças de pré-escolar/ 50 crianças de 1.º ciclo.

Outros apoios da Câmara Municipal de Monforte

O Município tem ainda assegurado outros projetos e apoios que também se destinam à comunidade educativa de Monforte, entre os quais: o Programa CLDS 4 G/Operação Agir4GMonforte, que entre outros aspetos tem facilitado na relação com a comunidade cigana residente no concelho, fomentando a frequência escolar, o recuo

H
fr
re
cu
Ay
R
SS

do absentismo e promovendo mais sucesso escolar entre os seus alunos, e promovido várias iniciativas junto dos alunos de Monforte, como ações de empreendedorismo; o Monforte Ex-Libris, ligado ao Programa CLDS, e que consiste numa feira que divulga e promove todos os recursos locais e o património cultural e histórico do concelho (interrompida com o contexto pandémico); a promoção de Atividades de Tempos-Livres e Férias de Verão, com várias atividades para as crianças e jovens do concelho; e a Universidade Sénior, destinada à aprendizagem ao longo da vida dos mais velhos, com conteúdos de cidadania, desportivos, artísticos, lúdicos e recreativos.

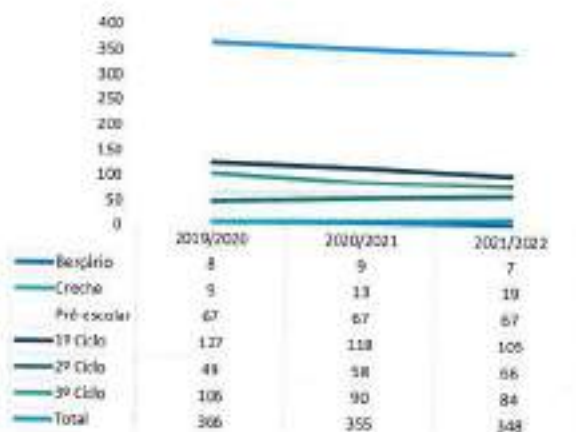
População escolar

Alunos

O número total de crianças/alunos que frequentou o sistema educativo concelhio diminuiu ao longo dos três anos letivos considerados, embora com perdas diminutas: 366 alunos no total em 2019/2020, 355 em 2020/2021 e 348 em 2021/2022.

A análise por ciclos/níveis de ensino revela que essa diminuição foi causada pela perda de alunos do 1º e o 3º ciclo no Agrupamento. De notar que na Creche, o número de crianças tem vindo a aumentar, um aumento que poderá ser explicado pela recente lei da gratuidade.

Gráfico 2.22: Evolução do número de alunos por ciclo/nível de ensino nas redes pública e privada, 2019/2020, 2020/2021, 2021/2022



Fonte: Agrupamento de Escolas João Maria Botas Carriça; Santa Casa da Misericórdia de Monforte.

Passamos agora a mostrar como foi a evolução do número de alunos por cada UO. No gráfico seguinte, verifica-se que o número de crianças matriculadas nas escolas da rede privada tem vindo a aumentar desde 2019/2020. Ou seja, a diminuição da população discente do concelho de Monforte prende-se exclusivamente com os alunos que frequentam a rede pública.

Gráfico 2.23: Evolução do número de alunos nas unidades orgânicas das redes pública e privada, 2019/2020, 2020/2021, 2021/2022

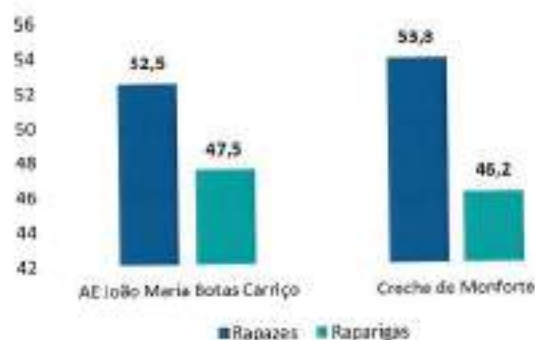


Fonte: Cálculos próprios, a partir de Agrupamento de Escolas João Maria Botas Carriço; Santa Casa da Misericórdia de Monforte.

Terminamos a análise do corpo discente com a apresentação de três indicadores de caracterização socioeconómica – percentagem de raparigas e rapazes, a percentagem de alunos beneficiários da Ação Social Escolar (apenas para a rede pública) e a escolaridade média dos encarregados de educação por ciclo/nível de ensino na rede pública – tomando por referência o ano letivo 2021/2022. Os dois últimos indicadores serão posteriormente utilizados na contextualização do desempenho escolar do concelho na secção seguinte.

No gráfico em baixo verifica-se que existia um maior número de rapazes nas duas UO de Monforte: 52,5% (N = 159) no AE João Maria Botas Carriço e 53,8% (N = 14) na Creche de Monforte.

Gráfico 2.24: Distribuição dos alunos por sexo nas redes pública e privada, 2021/2022

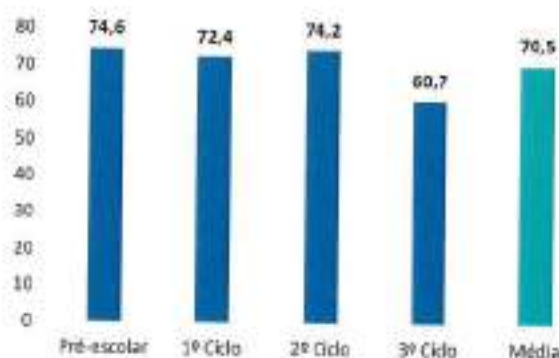


Fonte: Cálculos próprios, a partir de Agrupamento de Escolas João Maria Botas Carriço; Santa Casa da Misericórdia de Monforte.

De seguida analisa-se o número de beneficiários da Ação Social Escolar (ASE) considerando apenas o escalão A e B, os que melhor permitem traçar a caracterização socioeconómica dos agregados familiares dos alunos. No gráfico seguinte apresentam-se as percentagens de alunos que beneficia da ASE por ciclo de escolaridade (calculadas, cada um, sob o total de alunos a frequentar cada ciclo).

Em 2021/2022 existiam, em média, 70,5% dos alunos com ASE (N = 226 no total de 322), um valor bastante elevado. Ao nível do Pré-escolar, no 1º e no 2º ciclo do Ensino Básico mais de 70% dos alunos beneficiava de ASE, enquanto no 3º ciclo eram 60,7% (N = 51 no total de 84 alunos).

Gráfico 2.25: Alunos com Ação Social Escolar (escalões A e B) por ciclo de escolaridade na rede pública, 2021/2022 (%)



Fonte: Cálculos próprios, a partir de Agrupamento João Maria Botas Carriço.

A escolaridade média dos encarregados de educação foi calculada com base nos anos de estudo percorridos até à escolaridade concluída de cada indivíduo.³⁵

No gráfico seguinte, verifica-se que a escolaridade média dos encarregados de educação com educandos no Pré-escolar ou em todos os ciclos do Ensino Básico no AE João Maria Botas Carriço era particularmente reduzida não excedendo a média de 7 anos no 2º ciclo. Na rede pública, a escolaridade média dos encarregados de educação era bastante mais elevada – 13,3 anos entre que tinham crianças no Berçário e 12 anos entre os que tinham educandos na Creche.

Gráfico 2.26: Escolaridade média dos encarregados de educação, por ciclo/nível de ensino e no total, nas redes pública e privada, 2021/2022



Fonte: Cálculos próprios, a partir de Agrupamento de Escolas João Maria Botas Carriço; Santa Casa da Misericórdia de Monforte.

Docentes

No ano letivo de 2021/2022 havia um total de 51 docentes a lecionar no concelho de Monforte: 50 na rede pública (7 educadores de infância, 11 do 1º ciclo, 13 do 2º ciclo e 19 professores do 3º ciclo do Ensino Básico) e 1 na rede privada.

³⁵ Tomaram-se por referência os seguintes anos de escolaridade percorridos por cada ciclo/nível de ensino: Sem escolaridade = 0; 1º ciclo = 4; 2º ciclo = 6; 3º ciclo = 9; Ensino Secundário = 12; Pós-Secundário = 13; Licenciatura = 15; Mestrado = 17; Doutoramento = 18.

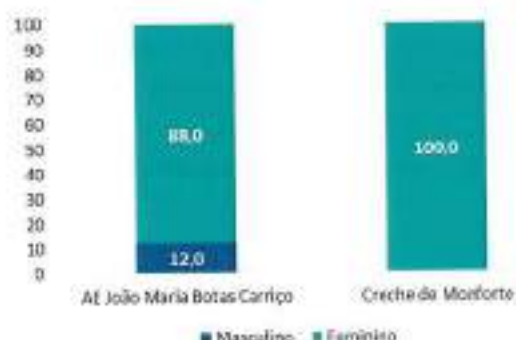
Tabela 2.54: Número de docentes por ciclo/nível de ensino, nas redes pública e privada, 2021/2022

Unidade Orgânica	Berçário/ Creche	Pré-escolar	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	Total
AE João Maria Botas Carriço	-	7	11	13	19	50
Creche de Monforte	1	-	-	-	-	1
Total	1	7	11	13	19	51

Fonte: Agrupamento de Escolas João Maria Botas Carriço; Santa Casa da Misericórdia de Monforte.

Passamos a apresentar a distribuição dos docentes das redes pública e privada por sexo, grupo etário e vínculo contratual como variáveis de caracterização e para aferir quanto à estabilidade e futuro do corpo docente das UO. Na distribuição dos docentes por sexo representada no gráfico seguinte, observa-se o corpo docente era constituído maioritariamente por mulheres: 100% na rede privada (N = 1) e 88% na rede pública (N = 44 no total dos 50 docentes).

Gráfico 2.27: Docentes por sexo, nas redes pública e privada, 2021/2022



Fonte: Cálculos próprios, a partir de Agrupamento de Escolas João Maria Botas Carriço; Santa Casa da Misericórdia de Monforte.

No gráfico seguinte observa-se que nas três UO sobre as quais existem dados quanto às idades dos educadores e professores, o corpo docente tem, na sua maioria, mais de 41 anos de idade. No AE João Maria Botas Carriço não existiam docentes com 29 ou menos anos de idade no ano letivo de 2021/2022. A maioria dos educadores/professores tinham entre os 51 e os 60 anos (56%, N =) 28) e 8% tinha 61 ou mais anos (N = 4). Tratava-se claramente de um corpo docente envelhecido. Na Creche de Monforte a única educadora de infância posicionava-se no grupo etário dos 41 aos 50 anos de idade.

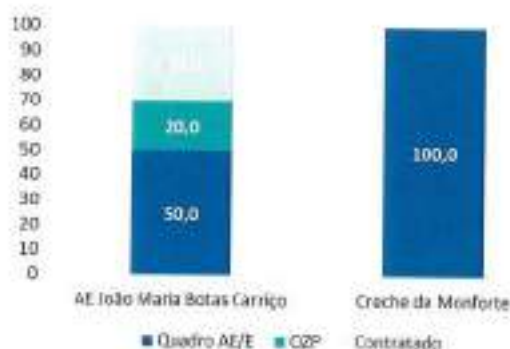
Gráfico 2.28: Docentes por grupo etário, nas redes pública e privada, 2021/2022



Fonte: Cálculos próprios, a partir de Agrupamento de Escolas João Maria Botas Carriço; Santa Casa da Misericórdia de Monforte.

No AE João Maria Botas Carriço apenas metade dos docentes era do quadro de escola (N = 25). Os outros dividiam-se entre os que são do quadro de zona pedagógica (20%, N = 10) e os que eram contratados (30%, N = 15). Era, por isso, de um corpo docente caracterizado por uma considerável instabilidade. Na rede privada, a educadora de infância pertencia ao quadro de escola.

Gráfico 2.29: Docentes por vínculo contratual, nas redes pública e privada, 2021/2022

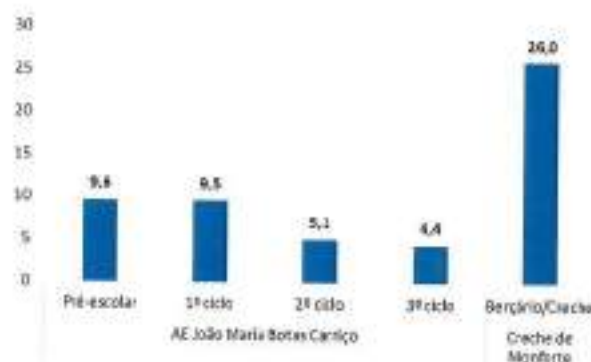


Fonte: Cálculos próprios, a partir de Agrupamento de Escolas João Maria Botas Carriço; Santa Casa da Misericórdia de Monforte.

Terminamos a análise com o cálculo dos rácios do número de crianças/alunos por docente.

No AE João Maria Botas Carriço, era no Pré-escolar e no 1º ciclo que havia mais crianças por docente (cerca de 10). Enquanto na Creche de Monforte, eram 26 as crianças ao encargo da única educadora.

Gráfico 2.30: Número de crianças/alunos por docente, por nível/ciclo de ensino, nas redes pública e privada, 2021/2022



Fonte: Cálculos próprios, a partir de Agrupamento de Escolas João Maria Botas Carriço; Santa Casa da Misericórdia de Monforte.

Outros profissionais

De acordo com os dados fornecidos, além dos docentes, trabalhavam nas escolas do concelho outros 67 profissionais, a maioria dos quais no AE João Maria Botas Carriço: 42 assistentes operacionais, 5 assistentes técnicos, 6 professores de educação especial, 2 psicólogos e outros 6 profissionais (1 assistente social, 2 animadores e 3 técnicos não discriminados) num total de 61.

Na Creche de Monforte trabalhavam 4 técnicos auxiliares de educação mais 1 cozinheiro e 1 administrativo.

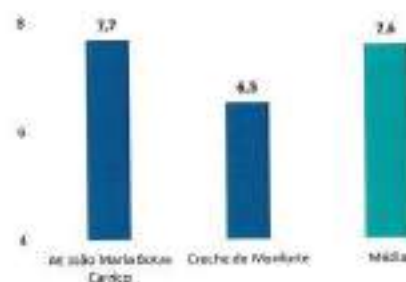
Tabela 2.55: Número de profissionais por categoria profissional, nas redes pública e privada, 2021/2022

Unidade Orgânica	Assistentes Operacionais / Técnicos Auxiliares de Educação	Assistentes Técnicos	Professores de Educação Especial	Psicólogos	Outros	Total
AE João Maria Botas Carriço	42	5	6	2	6	61
Creche de Monforte	4	-	-	-	2	6
Total	46	5	6	2	8	67

Fonte: Agrupamento de Escolas João Maria Botas Carriço; Santa Casa da Misericórdia de Monforte.

Importa calcular os rácios, ou seja, o número total de alunos/crianças sobre o número total de assistentes operacionais/técnicos auxiliares de educação de cada unidade orgânica. Nas duas UO o número de crianças/alunos por cada assistente operacional ou técnico auxiliar de educação era particularmente reduzido; em média, o rácio era de 7,6.

Gráfico 2.31: Número de crianças/alunos por assistente operacional/técnico auxiliar de educação, nas redes pública e privada, 2021/2022



Fonte: Cálculos próprias, a partir de Agrupamento de Escolas João Maria Botas Carriço; Santa Casa da Misericórdia de Monforte.

Desempenho escolar

Para analisar o desempenho escolar do AE João Maria Botas Carriço, recorreremos aos dados fornecidos pelo próprio e às bases de dados disponíveis no Infoescolas. A partir dos dados disponíveis vários indicadores foram construídos de acordo com os dados existentes. A evolução das classificações internas e dos percursos diretos de sucesso ao longo dos três últimos anos letivos e em comparação com as médias regionais ou nacionais,³⁶ a

³⁶ No caso dos Percursos Diretos de Sucesso, utilizam-se os dados do Infoescolas em que a "média nacional comparável", é a percentagem alunos do país com um perfil semelhante aos do Agrupamento que concluíram os ciclos de estudo nos anos previstos (4 no 1º ciclo, 2 no 2º ciclo, 3 no 3º ciclo e 3 no Ensino Secundário).

H
x
H
G
A
S
R
S

tendência de progressão dos resultados transformados em índices³⁷ através da análise dos declives;³⁸ a contextualização das classificações internas e dos percursos diretos de sucesso de acordo com dois indicadores de caracterização socioeconómica dos alunos – percentagem de alunos com ASE e escolaridade média dos Encarregados de Educação (EE); e o número de alunos retidos, transferidos, com anulações de matrícula.

Durante a análise e leitura dos dados desta secção importa ter em conta que o contexto pandémico e os respetivos confinamentos e decorrentes desafios e limitações atingiram em pleno os dois últimos anos letivos em análise, incluindo a área da avaliação dos alunos. Nomeadamente a não realização de provas de exame nacional do 9º ano do Ensino Básico por decisão do Ministério da Educação.

No 1º ciclo do Ensino Básico

Classificações internas

As médias de classificações internas do 1º ciclo de escolaridade do AE de Monforte foram ligeiramente superiores às regionais nos três anos letivos. Contando com os alunos do PIEF, a média do ano 2020/2021 é de 3,39.

Tabela 2.56: Média das classificações internas no 1º ciclo no concelho e na região do Alto Alentejo

Concelho/ Região	2019/2020	2020/2021	2021/2022
AE João Maria Botas Carriço	3,80	3,74	3,70
Alto Alentejo	3,67	3,62	3,68

Fonte: Cálculos próprios, a partir de Agrupamentos de Escolas do Alto Alentejo.

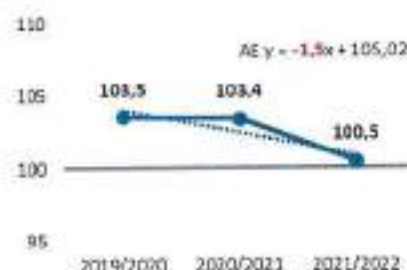
Nota: A média das classificações internas do Alto Alentejo não inclui o AE de Nisa no caso dos dois primeiros anos letivos em análise; nem o Colégio Luso-Britânico de Elvas nos três anos.

A evolução da diferença entre as médias de classificações internas do AE João Maria Botas Carriço e as médias regionais padronizadas ao valor 100 realça uma aparente (porque apenas temos dados para dois anos) progressão estável (declive = -1,5%) com desvios positivos inferiores a 5% face à média regional e nulo em 2020/2021.

³⁷ Índices são os valores das classificações internas/externas ou dos percursos diretos de sucesso obtidos no Agrupamento em cada ano, transformados em percentagem da média regional no caso das classificações e da média nacional comparável no caso dos percursos diretos de sucesso, nesse ano. Este indicador permite comparar em termos percentuais a diferença positiva ou negativa dos valores do Agrupamento às médias regionais e nacionais padronizadas ao valor 100. Para análise do Índice considera-se: < 100% - diferença negativa (< -5% pouco acentuada e > - 5% muito acentuada); = 100% - diferença nula, ou seja, o valor do Agrupamento é igual ao valor da média regional/nacional; > 100% - diferença positiva (< 5% pouco acentuada e < 5% muito acentuada).

³⁸ Declives resume a progressão dos resultados pois mede a inclinação de uma reta ajustada matematicamente ao conjunto de valores dos índices obtidos pelo Agrupamento em todos os anos em análise, segundo a equação de regressão: $y=ax+b$, onde y designa o valor ajustado da reta correspondente ao ano x e a designa o declive. Assim, o declive representa uma variação tendencial de a pontos percentuais no índice y estimado pela reta, por cada ano x do período observado. Para análise do declive considera-se: < -2% = decréscimo acentuado; -2% e 0% = decréscimo ligeiro; 0% e 2% = melhoria ligeira; > 2% = melhoria acentuada.

Gráfico 2.32: Índices (média regional = 100) e declives das classificações internas do 1º ciclo segundo a média do Alto Alentejo



Fonte: Cálculos próprios, a partir de Agrupamentos de Escolas do Alto Alentejo.

Percursos Diretos de Sucesso

Na tabela seguinte, verifica-se que a percentagem de alunos que terminou o 1º ciclo no tempo previsto de 4 anos letivos no AE João Maria Botas Carriço foi menos elevada em relação à respetiva média nacional comparável, ou seja, em relação ao conjunto de alunos do país com um perfil semelhante ao do Agrupamento. Nos três anos em análise as taxas de percursos diretos de sucesso foram também bastante inferiores no concelho em relação aos valores médios regionais.

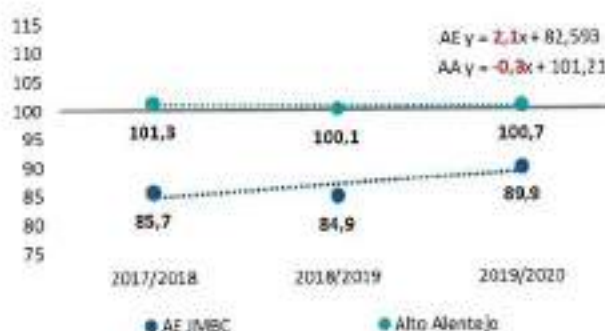
Tabela 2.57: Taxas de percursos diretos de sucesso no 1º ciclo no concelho, na região do Alto Alentejo e a nível nacional (média nacional comparável à do Agrupamento)

Concelho/ Região/ País	2017/2018	2018/2019	2019/2020
AE João Maria Botas Carriço	64,3	62,5	71,9
Alto Alentejo	85,7	85,6	89,1
Média Nacional Comparável no AE	75,0	73,6	79,9
Média Nacional Comparável na região	84,6	85,5	88,4

Fonte: Cálculos próprios, a partir de Infoescolas.

A evolução da diferença entre as taxas de PDS no AE João Maria Botas Carriço e na região do Alto Alentejo e as respetivas médias nacionais comparáveis padronizadas ao valor 100, demonstra uma progressão estável na região (declive = -0,3%) e uma progressão que se pode considerar de aproximação acentuada (declive = 2,1%) das percentagens do Agrupamento à média nacional. Isto significa que o Agrupamento tem aumentado o número de alunos que termina o 1º ciclo no tempo previsto face ao cenário nacional.

Gráfico 2.33: Índices (média nacional = 100) e declives das taxas de percursos diretos de sucesso segundo as médias nacionais comparáveis, no 1º ciclo, no concelho e na região do Alto Alentejo



Fonte: Cálculos próprios, a partir do Infoescolas.

H
 tri
 H
 au
 M
 /
 p
 S

Contextualização socioeconómica do desempenho escolar

Vejam agora os indicadores socioeconómicos. O corpo discente que frequentou o 1º ciclo do AE João Maria Botas Carriço em 2021/2022 era caracterizado por contextos socioeconómicos desfavorecidos na região do Alto Alentejo: 72,4% dos alunos beneficiava de ASE no Agrupamento e 48,3 na região; os anos de escolaridade média dos EE era de 6,8 no Agrupamento e de 10,7 na região.

Tabela 2.58: Indicadores socioeconómicos dos alunos do 1º ciclo no concelho e na região do Alto Alentejo, 2021/2022

Concelho/ Região	Percentagem de alunos com Ação Social Escolar (ASE, escalões A e B)	Escolaridade média dos Encarregados de Educação (EE)
AE João Maria Botas Carriço	72,4	6,8
Alto Alentejo	48,3	10,7

Fonte: Cálculos próprios, a partir de Agrupamentos de Escolas do Alto Alentejo.

Notas: A média regional da escolaridade média dos encarregados de educação foi calculada sem os valores dos AE de Avis, AE José Régio de Portalegre e do AE de Sousel que não forneceram os dados necessários.

O desempenho educativo do AE João Maria Botas Carriço neste ciclo de estudos foi coerente com o contexto socioeconómico particularmente desfavorecido dos alunos no que respeita à diferença entre a taxa de percursos diretos de sucesso do Agrupamento e a nacional; no entanto, a semelhança entre a média de classificações internas do Agrupamento e a média regional realça um desempenho muito positivo tendo em conta os indicadores socioeconómicos (ver gráfico).

Gráfico 2.34: Relação entre Índice de Percursos Diretos de Sucesso (PDS) 2019/2020, percentagem de alunos com Ação Social Escolar (ASE) 2021/2020 e escolaridade média dos Encarregados de Educação 2021/2022, no 1º ciclo no concelho



Fonte: Cálculos próprios, a partir de Infoescolas e Agrupamentos de Escolas do Alto Alentejo.

Retenções por faltas, transferências e anulações de matrícula

No 1º ciclo, o número de alunos transferidos assumiu um peso considerável em 2021/2022 (perto de 6%). Nos três anos em análise o número de alunos retidos por excesso de faltas ou com anulações de matrícula foi nulo ou reduzido no concelho, à semelhança do verificado para a região do Alto Alentejo.

Tabela 2.59: Número de alunos retidos por excesso de faltas, transferidos ou com anulações de matrícula, no 1º ciclo, no concelho e na região do Alto Alentejo

Ano letivo, Números e Percentagens de alunos	AE João Maria Botas Carriço			Alto Alentejo		
	Retidos excesso faltas	Transferidos	Anulações de matrícula	Retidos excesso faltas	Transferidos	Anulações de matrícula
2019/2020	0	3	2	26	100	3
%	0,0	2,4	1,6	0,7	2,9	0,1

Ano letivo, Números e Percentagens de alunos	AE João Maria Botas Carriço				Alto Alentejo		
		Retidos excesso faltas	Transferidos	Anulações de matrícula	Retidos excesso faltas	Transferidos	Anulações de matrícula
2020/2021	N	0	5	1	51	114	1
	%	0,0	4,2	0,8	1,4	3,3	0,0
2021/2022	N	0	6	3	37	90	4
	%	0,0	5,7	2,9	1,0	2,6	0,1
N 1º ciclo		127	118	105	3531	3531	3447

Fonte: Agrupamentos de Escolas do Alto Alentejo.

Nota: Consideraram-se apenas as escolas da rede pública.

No 2º ciclo do Ensino Básico

Classificações internas

Ao contrário do ciclo anterior, as médias de classificações internas do 2º ciclo de escolaridade do AE João Maria Botas Carriço foram inferiores às médias regionais nos dois anos letivos para os quais existem informações.

Tabela 2.60: Média das classificações internas no 2º ciclo no concelho e na região do Alto Alentejo

Concelho/ Região	2019/2020	2020/2021	2021/2022
AE de Manforte	3,50	4,25	3,19
Alto Alentejo	3,78	3,82	3,79

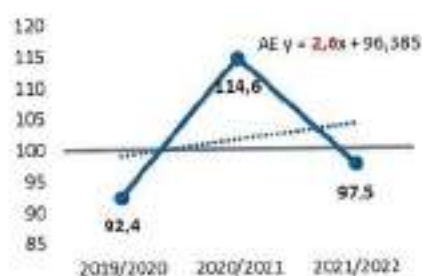
Fonte: Cálculos próprias, a partir de Agrupamentos de Escolas do Alto Alentejo.

Legenda: s.d. = sem dados.

Nota: A média das classificações internas do Alto Alentejo não inclui o AE de Nisa no caso dos dois primeiros anos letivos em análise; nem o Colégio Luso-Britânico de Elvas nos três anos.

A evolução da diferença entre as médias de classificações internas do AE João Maria Botas Carriço e as médias regionais padronizadas ao valor 100, revela uma tendência positiva na progressão de resultados (declive = 2,6%)| sobretudo, pelos resultados obtidos no ano de 2020/2021 em que a média do Agrupamento se posicionou perto de 15% acima da média regional.

Gráfico 2.35: Índices (média regional = 100) e declives das classificações internas do 2º ciclo segundo a média do Alto Alentejo



Fonte: Cálculos próprias, a partir de Agrupamentos de Escolas do Alto Alentejo.

Percursos Diretos de Sucesso

Em 2017/2018 e 2018/2019, as taxas de PDS do AE João Maria Botas Carriço foram inferiores às médias da região do Alto Alentejo e às médias nacionais comparáveis, cenário inverso ao de 2019/2020 quando atingiu os 100% de alunos a terminar o 2º ciclo nos 2 anos previstos.

Tabela 2.61: Taxas de percursos diretos de sucesso no 2º ciclo no concelho, na região do Alto Alentejo e a nível nacional (média nacional comparável à do Agrupamento)

Concelho/ Região/ País	2017/2018	2018/2019	2019/2020
AE João Maria Botas Carriço	87,5	88,5	100,0
Alto Alentejo	90,4	92,4	92,5
Média nacional comparável no AE	92,7	90,8	93,1
Média nacional comparável na região	89,8	90,5	93,7

Fonte: Cálculos próprios, a partir de Infoescolas.

A evolução da diferença entre as taxas de PDS do Agrupamento e da região do Alto Alentejo com as médias nacionais comparáveis padronizadas ao valor 100, demonstra que na região do Alto Alentejo a progressão tem sido estável (declive = -0,9%) e que a média regional de taxas de percursos diretos de sucesso tem sido semelhante à média nacional comparável. Já no AE João Maria Botas Carriço a progressão foi de melhoria acentuada (declive = 7,8%) com a passagem de desvios negativos nos dois primeiros anos letivos representados no gráfico seguinte (-5,6% em 2017/2018 e -2,6% em 2018/2019) para um desvio positivo de 7,4% em 2019/2020.

Gráfico 2.36: Índices (média nacional = 100) e declives das percentagens de percursos diretos de sucesso segundo as médias nacionais comparáveis, no 2º ciclo, no concelho e na região do Alto Alentejo



Fonte: Cálculos próprios, a partir da Infoescolas.

Contextualização socioeconómica do desempenho escolar

No 2º ciclo, o AE João Maria Botas Carriço mantém uma percentagem de alunos com ASE (74,2%) bastante superior à da região (43,8%) e uma escolaridade média dos encarregados de educação equivalente a 7 anos e, por isso, inferior à regional (de 13,1 anos). Ou seja, mantém a caracterização de corpo discente desfavorecido.

Tabela 2.62: Indicadores socioeconómicos dos alunos do 2º ciclo no concelho e na região do Alto Alentejo, 2021/2022

Concelho/ Região	Percentagem de alunos com Ação Social Escolar (ASE, escalões A e B)	Escolaridade média dos Encarregados de Educação (EE)
AE João Maria Botas Carriço	74,2	7,0
Alto Alentejo	45,8	13,1

Fonte: Cálculos próprios, a partir de Agrupamentos de Escolas do Alto Alentejo.

Notas: A média regional da escolaridade média dos encarregados de educação foi calculada sem os valores dos AE de Avis e do AE de Sousel que não forneceram os dados necessários.

No gráfico em baixo que em termos de média de classificação interna o desempenho educativo acompanhou os indicadores socioeconómicos, mas destaca-se positivamente quando considerada a taxa de percursos diretos de sucesso.

Gráfico 2.37: Relação entre Índice de Classificações internas 2021/2022 e dos Percursos Diretos de Sucesso 2019/2020, percentagem de alunos com Ação Social Escolar (ASE) 2021/2020 e escolaridade média dos Encarregados de Educação 2021/2022, no 2º ciclo no concelho



Fonte: Cálculos próprias, a partir de Infoescolas e Agrupamentos de Escolas do Alto Alentejo.

Retenções por faltas, transferências e anulações de matrícula

Também neste ciclo de estudos o número relativo de alunos transferidos foi considerável em 2019/2020 (cerca de 5%) e em 2021/2022 (praticamente 6%). O mesmo sucedeu com o número relativo de alunos que em 2021/2022 anulou a matrícula (cerca de 6%). Os restantes casos referem-se a números reduzidos ou nulos tal como na região do Alto Alentejo.

Tabela 2.63: Número de alunos retidos por excesso de faltas, transferidos ou com anulações de matrícula, no 2º ciclo, no concelho e na região do Alto Alentejo

Ano letivo, Números e Percentagens de alunos	AE João Maria Botas Carriço			Alto Alentejo		
	Retidos excesso faltas	Transferidos	Anulações de matrícula	Retidos excesso faltas	Transferidos	Anulações de matrícula
2019/2020	N 0	2	0	26	100	3
	% 0,0	4,7	0,0	0,7	2,9	0,1
2020/2021	N 0	1	0	51	114	1
	% 0,0	2,0	0,0	1,4	3,3	0,0
2021/2022	N 0	3	3	37	90	4
	% 0,0	5,9	5,9	1,0	2,6	0,1
N 2º ciclo	49	58	66	3531	3447	3501

Fonte: Agrupamentos de Escolas do Alto Alentejo.

Nota: Consideraram-se apenas as escolas da rede pública.

No 3º ciclo do Ensino Básico

Classificações internas

As médias de classificações internas do 3º ciclo de escolaridade do AE João Maria Botas Carriço também foram inferiores em comparação com as médias regionais em 2019/2020 e em 2021/2022. Contando com os alunos do PIEF, a média do ano 2020/2021 é de 3,43.

Tabela 2.64: Média das classificações internas no 3º ciclo no concelho e na região do Alto Alentejo

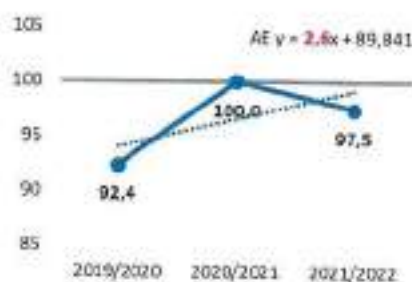
Concelho/ Região	2019/2020	2020/2021	2021/2022
AE João Maria Botas Carriço	3,40	3,71	3,60
Alto Alentejo	3,68	3,71	3,69

Fonte: Cálculos próprios, a partir de Agrupamentos de Escolas do Alto Alentejo.

Nota: A média das classificações internas do Alto Alentejo não inclui o AE de Nisa no caso dos dois primeiros anos letivos.

A evolução da diferença entre as médias de classificações internas do AE João Maria Botas Carriço e as médias regionais padronizadas ao valor 100, indicia uma progressão de resultado de melhoria acentuada (declive = 2,6%) com o Agrupamento a conseguir diminuir os desvios negativos face à média regional: passou de -7,6% para -2,5%.

Gráfico 2.38: Índices (média regional = 100) e declives das classificações internas do 3º ciclo segundo a média do Alto Alentejo



Fonte: Cálculos próprios, a partir de Agrupamentos de Escolas do Alto Alentejo.

Ainda sobre as classificações internas, sobre a turma PIEF, nos três anos letivos considerados a média foi de aproximadamente 3 valores – 2,5 em 2019/2020, 2,7 em 2020/2021 e 2,7 em 2021/2022.

Percursos Diretos de Sucesso

Relativamente à percentagem de alunos que terminou o 3º ciclo nos três anos previstos, nos dois primeiros anos letivos considerados verifica-se que o AE João Maria Botas Carriço atingiu taxas de PDS bastante inferiores às médias regional e nacional comparável. No último ano, inverteu esse cenário ao apresentar taxa de 96,2% face aos 86,4% da região do Alto Alentejo e aos 85,8% do país (na média correspondente ao Agrupamento).

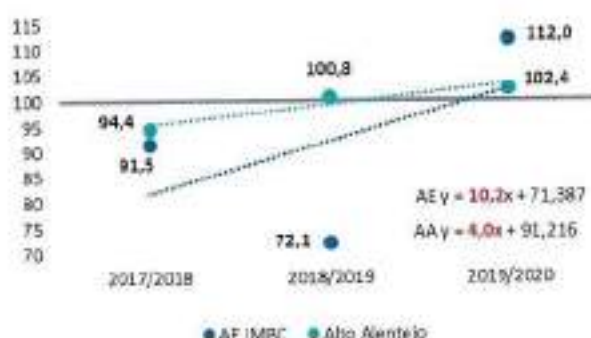
Tabela 2.65: Taxas de percursos diretos de sucesso no 3º ciclo no concelho, na região do Alto Alentejo e a nível nacional (média nacional comparável à do Agrupamento)

Concelho/ Região/ País	2017/2018	2018/2019	2019/2020
AE João Maria Botas Carriço	65,5	60,0	96,2
Alto Alentejo	73,4	80,8	86,4
Média nacional comparável no AE	71,6	83,2	85,8
Média nacional comparável na região	77,8	80,2	84,4

Fonte: Cálculos próprias, a partir de Infoescolas.

A evolução da diferença entre as taxas de PDS do Agrupamento e da região do Alto Alentejo com as médias nacionais comparáveis padronizadas ao valor 100, realça progressões acentuadas, quer na região (declive = 4%), quer sobretudo no AE de Monforte (declive = 10,2%) passa de desvios negativos (atingiu os -27,9% em 2018/219) para um desvio de 12% no último ano letivo em análise.

Gráfico 2.39: Índices (média nacional = 100) e declives das percentagens de percursos diretos de sucesso segundo as médias nacionais comparáveis, no 3º ciclo, no concelho e na região do Alto Alentejo



Fonte: Cálculos próprios, a partir do Infoescolas.

Contextualização socioeconómica do desempenho escolar

Ao nível do 3º ciclo de escolaridade, os indicadores socioeconómicos do AE João Maria Botas Carriço mantêm-se desfavorecidos face aos valores regionais: a percentagem de alunos beneficiários de ASE é superior no Agrupamento (60,7%) face à média regional (40,1%); e escolaridade média dos encarregados de educação de 6,2 anos no Agrupamento e de 10,4 na região

Tabela 2.66: Indicadores socioeconómicos dos alunos do 3º ciclo no concelho e na região do Alto Alentejo, 2021/2022

Concelho/ Região	Percentagem de alunos com Ação Social Escolar (ASE, escalões A e B)	Escolaridade média dos Encarregados de Educação (EE)
AE João Maria Botas Carriço	60,7	6,2
Alto Alentejo	40,1	10,4

Fonte: Cálculos próprios, a partir de Agrupamentos de Escolas do Alto Alentejo.

Notas: A média regional da escolaridade média dos encarregados de educação foi calculada sem os valores dos AE de Avis, AE José Régio de Portalegre e do AE de Sousel que não forneceram os dados necessários.

Considerando o contexto socioeconómico particularmente desfavorecido do corpo discente do 3º ciclo do AE de Monforte no quadro regional, os indicadores revelam um desempenho particularmente positivo.

Gráfico 2.40: Relação entre Índice de Classificações Internas 2021/2022 e dos Percursos Diretos de Sucesso 2019/2020, percentagem de alunos com Ação Social Escolar (ASE) 2021/2020 e escolaridade média dos Encarregados de Educação 2021/2022, no 3º ciclo no concelho



Fonte: Cálculos próprios, a partir de infoescolas e Agrupamentos de Escolas do Alto Alentejo.

H
 xi
 au
 dy
 ✓
 55

Retenções por faltas, transferências e anulações de matrícula

O número de alunos retidos por faltas, transferidos ou com anulações de matrícula era reduzido neste ciclo de estudos, quer em termos absolutos, quer em termos relativos, no Agrupamento e na região do Alto Alentejo.

Tabela 2.67: Número de alunos retidos por excesso de faltas, transferidos ou com anulações de matrícula, no 3º ciclo, no concelho e na região do Alto Alentejo

Ano letivo, Números e Percentagens de alunos	AE João Maria Botas Carriço			Alto Alentejo		
	Retidos excesso faltas	Transferidos	Anulações de matrícula	Retidos excesso faltas	Transferidos	Anulações de matrícula
2019/2020	N 0	2	0	15	16	25
	% 0,0	1,9	0,0	0,5	0,5	0,9
2020/2021	N 0	0	3	52	52	54
	% 0,0	0,0	3,3	1,7	1,7	1,9
2021/2022	N 0	3	2	14	11	10
	% 0,0	3,6	2,4	0,5	0,4	0,3
N 3º ciclo	106	90	84	2999	2985	2918

Fonte: Agrupamentos de Escolas do Alto Alentejo.

Projetos educativos estruturantes

Neste subcapítulo apresentam-se os projetos dinamizados no concelho na área da educação considerados como os mais estruturantes pelos atores locais, sobretudo os atores escolares.

O AE João Maria Botas Carriço está integrado na rede de escolas TEIP (Território Educativos de Intervenção Prioritária) desde o ano letivo 2009/2010. Este programa funciona numa rede de agrupamento escolares que são particularmente afetados pelo insucesso escolar e pelo abandono escolar, e que estão inseridos em contextos sociais marcados pela exclusão social e pela carência económica. É um programa educativo que disponibiliza mais recursos especializados (humanos, materiais e logísticos) com vista a promoção do sucesso escolar e da inclusão social, pelo que tem uma forte componente sociocomunitária, trabalhando e atuando em toda a comunidade escolar.

A UO TEIP elaborou um Plano Plurianual de Melhoria (PPM) para o triénio 2018-2021, tendo em consideração os pressupostos estabelecidos no Despacho Normativo n.º 20/2012, de 3 de outubro, em articulação com os princípios orientadores dos Decretos-Leis n.º 54/2018 e 55/2018, ambos de 6 de julho. Neste documento estão presentes os objetivos prioritários do Programa TEIP, designadamente: i) garantir a inclusão de todos os alunos; ii) melhorar a qualidade do ensino e da aprendizagem; iii) operacionalizar o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória; iv) promover o exercício de uma cidadania ativa e informada e v) prevenir o abandono, absentismo e indisciplina dos alunos. Além do que ficou definido anteriormente também foram criadas e implementadas ações de melhoria que se traduzem em respostas efetivas às necessidades de todos e de cada aluno, no quadro de uma escola inclusiva, promotora de aprendizagens de qualidade e do desenvolvimento de competências que lhes permitam o exercício de uma cidadania ativa e informada.

Na elaboração do PPM foram considerados os seguintes eixos de intervenção e respetivos domínios: Eixo I – Cultura de Escola e Lideranças Pedagógicas (Medidas Organizacionais); Eixo II – Gestão Curricular (Sucesso Escolar na Avaliação Interna/ Externa; Interrupção Precoce do Percorso Escolar e Práticas Pedagógicas); Eixo III – Parcerias e Comunidade (Envolvimento dos Parceiros e Envolvimento da Comunidade).

Nos anos letivos 2021/2022 e 2022/2023 foram elaboradas adendas ao Programa TEIP, que apresentaram a consolidação do trabalho, sobretudo na avaliação da eficácia e eficiência das ações implementadas. A

necessidade de priorizar ações estratégicas tem como objetivo a recuperação das aprendizagens, garantindo que nenhum aluno fique para trás.

Os contextos sociais debilitados em que as escolas do Agrupamento se inserem, são fatores potenciadores de risco de insucesso. Neste contexto, a promoção de condições geradoras de sucesso, que ofereçam aos alunos recursos culturais e educativos necessários ao desenvolvimento dos jovens, é uma prioridade. O projeto TEIP permitiu o estabelecimento de parcerias que concorrem para uma efetiva articulação de espaços e recursos educativos, ao mesmo tempo que potenciam o papel educativo e formativo da Escola, em dinâmicas concretas de abertura e inserção na Comunidade.

No que diz respeito, às características específicas do povo cigano, gradualmente, e com o apoio da Câmara Municipal de Monforte, habitam residências fixas, no entanto, devido às suas características nómadas, dependendo da época do ano, são obrigados a deslocar-se sazonalmente para Espanha, onde trabalham nos campos agrícolas.

Ao longo dos últimos anos, o Agrupamento regista um aumento significativo do número de alunos carenciados. O Agrupamento tem acompanhado e gerido estes casos, dando resposta imediata às necessidades, logo que detetadas, em particular no assumir de medidas de reforço alimentar aos alunos mais carenciados. Justifica-se assim a continuidade do programa TEIP.

Além do TEIP, são destacados 3 projetos principais: o Eco-escolas que tem uma rede de parceiros muito alargada e que visa fomentar a educação ambiental e sustentável; a Academia Ubuntu, que trabalha essencialmente competências de liderança e de cooperação, autoconfiança, o autoconhecimento, a resiliência e a empatia, e que envolve toda a comunidade escolar; e o Includ-Ed, um Projeto de pesquisa alargado a outras comunidades escolares, coordenado pelo Centro de Investigação em Teorias e Práticas de Superação de Desigualdades (CREA) da Universidade de Barcelona, que pretende identificar e sinalizar Ações de Êxito, e boas práticas, que contribuem para superar o fracasso e o abandono escolar e diminuir os riscos associados de exclusão patentes em outras áreas como o emprego, a saúde, a habitação e a participação política.

Tabela 2.68: Projetos estruturantes para a área da educação

Projeto	Entidade promotora	Parceiros	Objetivos (resumo)	Público-alvo
Eco Escolas	AE João Maria Botas Carriço	CM Monforte, no âmbito da parceria estabelecida; - VALNOR, GNR Monforte, GNR Évora, Depositário, no âmbito da recolha de resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos no primeiro, segundo e terceiro períodos; ABAE	<ul style="list-style-type: none"> - Inculcar hábitos de separação de resíduos; - Incentivar a reutilização de materiais; - Rentabilizar recursos e estimular a criatividade; - Desenvolver o espírito de empenho e de solidariedade; - Valorizar a reutilização de resíduos; - Promover a sensibilização e educação das comunidades para a eficiência energética e redução do consumo de energia; - Proporcionar o envolvimento dos Encarregados de Educação e das famílias nas atividades desenvolvidas pelos seus educandos. <p>Constituição de um Clube Ubuntu no agrupamento escolar envolvido, que mantenha a dinâmica e a realização de atividades no âmbito da formação da Semana Ubuntu, no decorrer do ano</p>	Alunos e Professores
Academia Ubuntu	AE João Maria Botas Carriço	Academia de Líderes Ubuntu Escolas – Alentejo	<ul style="list-style-type: none"> - Inculcar hábitos de separação de resíduos; - Incentivar a reutilização de materiais; - Rentabilizar recursos e estimular a criatividade; - Desenvolver o espírito de empenho e de solidariedade; - Valorizar a reutilização de resíduos; - Promover a sensibilização e educação das comunidades para a eficiência energética e redução do consumo de energia; - Proporcionar o envolvimento dos Encarregados de Educação e das famílias nas atividades desenvolvidas pelos seus educandos. <p>Constituição de um Clube Ubuntu no agrupamento escolar envolvido, que mantenha a dinâmica e a realização de atividades no âmbito da formação da Semana Ubuntu, no decorrer do ano</p>	Alunos e Professores

H
 J
 S
 A
 S

Projeto	Entidade promotora	Parceiros	Objetivos (resumo)	Público-alvo
Inclu-Ed	AE João Maria Botas Carriço	Universidade de Barcelona	<p>letivo. Realização e participação no evento anual com todas as entidades parceiras envolvidas no projeto.</p> <p>O projeto INCLUD-ED – Comunidades de Aprendizagem é um projeto que se pretende constituir como uma proposta de transformação educacional que procura melhorar a aprendizagem e a convivência de todos os alunos, para a construção de uma escola de qualidade com todos e para todos, numa perspetiva de inclusão e de articulação com a família e com a comunidade.</p> <p>Baseado nos Princípios da Aprendizagem Dialógica (Diálogo Igualitário, Inteligência Cultural, Transformação, Dimensão Instrumental, Criação de Sentido, Solidariedade e Igualdade de Diferenças) e num conjunto de Ações Educativas de Sucesso (AES), o projeto traz práticas comprovadas cientificamente, como sendo eficazes para aplicar em sala de aula e para a gestão escolar.</p>	Alunos e Professores

Fonte: Câmara Municipal de Monforte; Agrupamento de Escolas João Maria Botas Carriço.

Dinâmicas dos empregadores e da comunidade

Através de protocolo de cooperação entre o Município de Monforte e a Associação de Pais e Encarregados de Educação do AE de Monforte, durante o tempo letivo, proporciona-se às famílias do concelho de Monforte, uma sala de apoio ao estudo para os alunos de 1.º, 2.º e 3.º ciclo, oferecendo condições para um maior sucesso escolar. Nos períodos de interrupções letivas e férias de verão, através do referido protocolo de cooperação, os técnicos asseguram a coordenação das salas da componente de apoio à família (CAF) para as crianças do 1.º ciclo.

Através do programa CLDS-4G Monforte, são desenvolvidas várias dinâmicas/atividades que envolvem o público-alvo crianças e jovens em idade escolar em dois eixos de ação principais. A saber:

Tabela 2.69: Eixo 1: Emprego, formação e qualificação

Atividades	Destinatários
<ul style="list-style-type: none"> → "Gabinete de orientação profissional: apoio e encaminhamento de projetos de vida dos jovens" → 3 Ações de sensibilização junto dos jovens. → "Criatividade 4G Monforte: Criação do logótipo do Projeto" → Exposição dos trabalhos elaborados na atividade "Criatividade 4G Monforte" → "Projetar o Futuro: Oficina de iniciação à Mecatrónica e Robótica I" → "Projetar o Futuro: Oficina de Iniciação à Mecatrónica e Robótica II" 	<ul style="list-style-type: none"> - Pessoas com deficiência e incapacidade - Alunos que concluíram o sistema educativo - Alunos que abandonaram o sistema educativo - Alunos do ensino secundário do concelho - Pessoas com deficiência e incapacidade - Alunos do ensino secundário do concelho

Atividades	Destinatários
→ 1 Workshop "A escolha é TU@! - os empregos com Futuro"	
→ Visitas, participação em eventos e contactos com entidades com diferentes ofertas escolares e profissionais	

Fonte: Câmara Municipal de Monforte.

Tabela 2.70: Eixo 2: Intervenção familiar e parental, preventiva da pobreza infantil

Atividades	Destinatários
→ Projeto "IGUALdade Sem Género@!"	
→ Projeto "Crescer a Passos Largos par@ Igualdade" - 1º ciclo	- Alunos do 2º e 3º ciclos - Alunos 1º ciclo
→ Clube "Mals sucess@!"	- Alunos do 1º ciclo
→ Projeto "Apresentação da Carta dos Direitos e Deveres da Criança"	
→ Projeto "Mais Pré-escol@!: capacitar diferentes áreas do desenvolvimento"	- Alunos do pré-escolar e 1º ciclo
→ Projeto "Crescer Pr@ Igualdade"	
→ 3 Ações sensibilização "No desporto a agressão não é opção"	- Pessoas com deficiência e incapacidade (utentes do CRMAA integradas no centro de apoio à aprendizagem - unidade de apoio)
→ Projeto "Chutar a diferença@!"	- Alunos do 2º e 3º ciclos - Alunos do 1º ciclo

Fonte: Câmara Municipal de Monforte.

A perceção dos atores locais

Neste subcapítulo sistematizam-se as perceções dos atores locais acerca do concelho e das escolas de Monforte recolhidas através: i) das entrevistas individuais e de grupo (a representantes dos encarregados de educação, dos não docentes, da Junta de Freguesia de Assumar e da Associação de Pais); ii) do inquérito por questionário aplicado aos docentes da rede pública (ao qual responderam 37 docentes: cerca de 84% do sexo feminino e 16% masculino; 72% residentes no distrito, 3% no concelho de Monforte e 25% de outras zonas do país; cerca de 11% leciona no Agrupamento há 8 ou menos anos; cerca de 39% entre 9 e 24 anos; e 50 % há 25 ou mais anos).

A análise focou-se sobre os aspetos positivos e sobre os aspetos menos positivos ou desafios indicados pelos atores locais e foi organizada de forma a seguir as dimensões seguidas ao longo do estudo de diagnóstico: contexto demográfico e socioeconómico e sistema educativo (edifícios e equipamentos, ofertas educativas e formativas formais, não formais e informais, população escolar, desempenho escolar, projetos/atividades e parcerias).

Contexto demográfico e socioeconómico

Todos os atores entrevistados foram unânimes em referir que o principal problema do concelho é o cenário de depressão demográfica e socioeconómica, ou seja, a desertificação do interior (pessoas e empresas) e, na sequência, a falta de alunos bem como a predominância de famílias com um baixo nível de rendimentos.

Sistema Educativo

Entre os aspetos positivos apontados ao AE de Monforte destaca-se o bom ambiente e relacionamento estabelecido com os diferentes tipos de parceiros. Fica clara a ideia de que a Câmara Municipal, o Agrupamento de Escolas e a Santa Casa são as principais entidades dinamizadoras da educação no concelho de Monforte e que a Autarquia é muito interventiva na área educativa e o principal parceiro das escolas. A articulação entre Autarquia e Agrupamento já era próxima antes da concretização do processo de transferência de competências que se efetivou a 1 de abril de 2022, nomeadamente com a Câmara Municipal a assegurar a requalificação de

edifícios. Apesar das dificuldades que decorrem do processo de transferência de competências para a Autarquia e da assunção de responsabilidades de gestão por parte desta entidade, que obriga a uma redefinição de papéis e tempo de ajuste à nova realidade, tem havido capacidade de aprendizagem de ambas as partes tendo sido tomadas decisões importantes como a melhoria dos horários dos transportes escolares, também por influência dos encarregados de educação, e a delegação da gestão do pessoal não docente para o Agrupamento. O Agrupamento caracteriza-se também pela existência de um elevado número de crianças e jovens subsidiadas, aspeto que evidencia os níveis de carência financeira das famílias no concelho. Os casos de indisciplina e falta de motivação para a aprendizagem mencionados nas entrevistas revelam a preocupação das famílias relativamente ao impacto negativo que esta situação tem no processo de aprendizagem das crianças e jovens contribuindo para o insucesso escolar. Destacam-se sugestões como o desenvolvimento de ações relacionadas com a cidadania e a criação de ofertas formativas apelativas para as crianças e jovens que não se sentem motivados, que revelam sentir dificuldades de inclusão e que não conseguem obter aproveitamento escolar.

Entre as respostas dos docentes da rede pública percebe-se que a maioria também se encontra satisfeito com as redes de parceiras. No entanto, há que considerar as percentagens elevadas de docentes que apontam para a necessidade de trabalhar com muita prioridade sobre as parcerias com as Associações de Pais (48,3%), tópico que também foi mencionado nas entrevistas, em particular a respeito da pouca participação de pais e encarregados de educação nas atividades das escolas; com a rentabilização dos serviços e equipamentos (desportivos, culturais, ...) disponíveis no concelho (44,8%); com projetos e atividades educativas implementados no concelho (40,7%), facto que mereceu uma particular atenção durante as entrevistas com referência à implementação de um conjunto de projetos, atividades e de ações (algumas decorrentes do plano de inovação do Agrupamento) que visam incentivar o gosto das crianças e jovens pela aprendizagem e promover o interesse pelo desporto e por questões ambientais destacando-se a intenção da Autarquia em continuar a promover o desenvolvimento de atividades de animação e de apoio à família fora dos períodos letivos.

Gráfico 2.41: Avaliação dos docentes da rede pública do grau de prioridade na dimensão das Parcerias:



Fonte: Inquérito por questionário aos docentes da rede pública.

A motivação e o apoio da Câmara Municipal foi algo destacado nas entrevistas e considerando o atual contexto de transferência de competências, apesar de a Autarquia reconhecer o financiamento como o principal obstáculo à concretização de projetos na área da educação, demonstrou disponibilidade total para continuar a apoiar o

Agrupamento neste aspeto. Apesar de ter sido melhorada a rede de transportes dos jovens para frequentar o Ensino Secundário em escolas fora do concelho (o AE de Monforte garante oferta formativa apenas até ao 9.º ano de escolaridade), as famílias reconhecem que os horários dos transportes não são compatíveis com os horários de muitas crianças e jovens obrigando-os a ter de aguardar largas horas pelo regresso a casa. O AE de Monforte tem em vista a implementação de um projeto (Cidades Circulares) que visa contribuir para a aquisição de hábitos saudáveis através do desporto promovendo a deslocação de crianças e jovens usando a bicicleta como meio de transporte escolar estando prevista, para este efeito, a construção de ciclovias.

Relativamente aos Edifícios e Equipamentos, os atores entrevistados destacaram a recente requalificação do AE João Maria Botas Carriço e o investimento contínuo na manutenção dos edifícios escolares situados nas freguesias de Assumar, Santo Aleixo e Vaiamonte. Em Assumar, o Centro de Recuperação de Menores constitui uma importante unidade de apoio a crianças e jovens com deficiência mental. Os diferentes atores entrevistados foram unânimes em reconhecer o facto de o AE João Maria Botas Carriço dispor de equipamento suficiente, adequado às necessidades e em bom estado destacando-se também a existência de duas salas de apoio a crianças e jovens com multideficiência.

Apesar dos docentes da rede pública se mostrarem, de uma forma geral, satisfeitos com os edifícios e equipamentos, evidenciam como muito prioritário a necessidade de renovação/manutenção de equipamentos tecnológicos (41,4%); a necessidade de contratação de funcionários (40%) e a renovação/manutenção de equipamentos desportivos (35,7%). A questão das acessibilidades à escola, incluindo os transportes, foi identificada como o aspeto menos prioritário.

Gráfico 2.42: Gráfico 2.43: Avaliação dos docentes da rede pública do grau de prioridade na dimensão dos Edifícios, Equipamentos e Transportes



Fonte: Inquérito por questionário aos docentes da rede pública.

Relativamente às ofertas, os atores locais realçaram a existência de oferta de Creche e a sua capacidade de resposta face à procura. No Pré-Escolar e no Ensino Básico destaca-se o serviço prestado pelo AE João Maria Botas Carriço. Ao nível da Educação de Adultos a oferta provém do centro Qualifica do IEFP e de alguns projetos integrados no programa Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS-4G). Foi ainda mencionada a existência de atividades de animação e de apoio às famílias para as crianças e jovens do concelho e manifestado

o interesse por parte da Autarquia em continuar a disponibilizar este tipo de oferta melhorando alguns espaços onde funcionam as atividades.

No que respeita às ofertas, os atores entrevistados identificaram alguns aspetos a melhorar.

No Ensino Básico, a necessidade de inserir no plano de ofertas do concelho, formação atrativa para as crianças e jovens da comunidade cigana que representam um terço da população escolar do Agrupamento de forma a combater o insucesso e o abandono escolar e a promover uma melhor inclusão por parte desta franja da população. Deveria ser feito um investimento ao nível da Educação para Adultos (Incluindo na motivação para a frequência), para responder à necessidade de aumentar a escolarização da população ativa, em particular a desempregada, que é particularmente baixa como se viu no capítulo da caracterização socioeconómica e através do indicador da escolaridade média dos encarregados de educação utilizado na análise do desempenho escolar.

Um outro aspeto tem a ver com o desejo de ter no concelho a oferta de cursos que permita continuar os estudos além do 9.º ano de escolaridade.

Ainda relativamente a estes temas, as respostas dos docentes da rede pública apontam como tópicos considerados como muito prioritários por mais de metade dos docentes, a necessidade de diversificar a oferta formativa e educativa (57,1%) e adequar a oferta educativa e formativa ao desempenho escolar dos alunos (53,6%). Cerca de 46,4% consideraram como muito prioritário a adequação da oferta ao município e à região. A melhoria das atividades da componente de apoio à família foi mencionada como muito prioritária por 40,7% dos docentes. Por último, um quarto dos docentes respondeu ser muito prioritário melhorar os programas das atividades extracurriculares.

Gráfico 2.44: Avaliação dos docentes da rede pública do grau de prioridade na dimensão das Ofertas Escolares



Fonte: Inquérito por questionário aos docentes da rede pública.

Relativamente à população escolar, os atores entrevistados indicaram que têm os educadores, professores e formadores que precisam para fazer face às necessidades, embora seja referido que no AE João Maria Botas Carriço já sente dificuldade em contratar educadores e professores nalgumas áreas. Ainda sobre os docentes desta UO, os atores entrevistados caracterizam-nos como um corpo docente estável, um aspeto positivo, porém, envelhecido, e que se preveem no futuro momentos difíceis no Agrupamento pela dificuldade em atrair docentes.

mais novos (pela procura do urbano e de concelhos no litoral, pela falta de habitação e de outras condições para atrair população jovem para o concelho de Monforte incluindo docentes jovens, etc.).

Gráfico 2.45: Avaliação dos docentes da rede pública do grau de prioridade na dimensão da Gestão Escolar



Fonte: Inquérito por questionário aos docentes da rede pública.

Na dimensão do desempenho escolar, os atores destacam o fraco nível de desempenho verificado essencialmente em crianças e jovens da comunidade cigana apesar das iniciativas em curso para inverter esta situação o que acaba por ter como consequência principal o abandono da escolaridade obrigatória pela maior parte destas crianças e jovens à entrada do 2.º ciclo de escolaridade.

Como últimos aspetos, foi referido que é necessário estreitar laços, por exemplo através da dinamização de reuniões com outros parceiros (empregadores locais, entre outros) além dos que estão representados no Conselho Municipal de Educação e no Conselho Geral de Educação.

Nesta dimensão, a maioria dos docentes encontra-se satisfeito, como se pode observar no gráfico anterior.

Capítulo 3 : Intervenções para o futuro

Neste capítulo apresenta-se, em primeiro lugar, a análise SWOT – *Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats* – que resume e realça os principais pontos positivos, pontos a melhorar, oportunidades e ameaças aferidos a partir dos resultados do estudo de diagnóstico apresentado no Capítulo 1 deste documento. E, depois, expõem-se a visão estratégica da Carta Educativa de Monforte 2023-2033 sustentada nos estudos de diagnóstico realizados com a participação dos vários atores locais e coordenada com o PEDIEAA.

Análise dos pontos fortes e fracos, ameaças e oportunidades

Nesta secção, resume-se os estudos de diagnóstico realizados sobre o concelho de Monforte, para mais facilmente identificar os pontos a melhorar que serão aqueles sobre os quais a visão estratégica para os próximos 10 anos se debruçará, de acordo com a missão política assumida pelo Município. Todos os indicadores referidos nos resumos seguintes foram analisados, e explicados na sua essência, nos estudos de diagnóstico (Capítulo 2 desta Carta Educativa e Diagnósticos Geral e Diagnóstico Educativo do Alto Alentejo).

Contexto territorial, demográfico e socioeconómico

No contexto territorial, demográfico e socioeconómico de Monforte identificaram-se alguns **pontos fortes**. Em termos geográficos, a localização potencia sinergias entre Alentejo Central e Alto Alentejo e com Espanha porque integra um dos quatro subsistemas territoriais rodoviários e o eixo Elvas-Monforte-Fronteira-Avis-Ponte de Sor, que beneficia de ligação à Lezíria do Tejo, AML, Évora e a Espanha. Além disso, insere-se no eixo das rochas ornamentais de reconhecida qualidade cuja exploração integra os eixos de especialização industrial identificados no Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo. E é definido no mesmo documento como Centro Urbano Complementar o que significa que pode beneficiar de um conjunto mínimo de serviços, como comércio, saúde, educação e apoio social, indispensáveis ao seu papel de suporte à coesão territorial. Em termos de transportes, de acordo com os atores auscultados, a Câmara Municipal disponibiliza transportes escolares, em articulação com a Rodoviária, que transportam os alunos que frequentam as escolas de Ensino Secundário em Estremoz e Portalegre, e que podem ser utilizados também pela população além dos alunos, mas que só existem nos períodos escolares. No cenário de depressão demográfica e socioeconómica que se descreve em baixo, identificou-se como único aspeto positivo a existência de taxas de desemprego menos elevadas do que na região do Alto Alentejo, exceto as relativas ao grupo etário dos 15 aos 24 anos.

Quanto aos **pontos a melhorar**, e começando pela dimensão territorial, em Monforte, a dinâmica urbanística é particularmente reduzida o que resulta numa menor oferta de habitação e em abandono de alojamentos e perda de condições de habitabilidade por via da perda de população. O saldo dos movimentos pendulares é negativo, ou seja, saem mais pessoas para trabalhar ou estudar do concelho do que no sentido inverso e a rede e transportes públicos não responde às necessidades da população que, por isso, optam na sua maioria pelo veículo próprio para deslocações intra e inter concelhias que são mais rápidas do que a espera pelo e o tempo de viagem em autocarro. Em termos demográficos, o decréscimo populacional foi permanente nos últimos três períodos censitários o que também contribui para o seu posicionamento entre os concelhos com menores proporções de efetivos populacionais (2,9%) e com menor densidade populacional (7,2%) no contexto regional. A estrutura populacional é francamente envelhecida, com menor expressão relativa da população jovem e, sobretudo, adulta jovem, e pela mais forte presença da população adulta, a partir dos 40 anos, embora com menor lapidação dos efetivos dos grupos etários mais jovens face ao verificado noutros concelhos; sendo o índice de envelhecimento e a relação de dependência total elevados (74,3 jovens e idosos por cada 100 adultos). A dinâmica populacional é igualmente negativa. A taxa de crescimento total, natural e migratória, é negativa. O índice sintético de

fecundidade foi reduzido ao longo do último período censitário (2011-2021). As projeções demográficas apontam para a manutenção da perda populacional e, conseqüentemente, da população escolar, um problema que já se constitui como uma das maiores preocupações dos vários atores auscultados. O cenário socioeconómico é igualmente de salientada depressão. A começar pela rarefação do tecido empresarial (menos de 1 empresa por km² e 10 empresas por cada 100 habitantes e inexistência de Grandes Empresas); pelo seu fraco dinamismo (menos empresas criadas e mais empresas extintas do que na região); pela pouca diversidade setorial em que quase 37% das empresas pertencem ao setor da *Agricultura, Produção Animal, Caça, Floresta e Pesca*, setor mais vulnerável às alterações climáticas e conseqüências; e pela capacidade de empregabilidade reduzida (2 pessoas por empresa) e dependente do setor referido que emprega cerca de 36% dos trabalhadores. A população empregada (por conta de outrem) tem níveis de escolaridade baixos (54,6% não tem escolaridade ou tem um dos três do Ensino Básico concluído), embora existam mais trabalhadores com Ensino Superior concluído (18,9%) do que no contexto regional. De forma coerente, os ganhos médios mensais são baixos no contexto regional e nacional, com exceção dos trabalhadores por conta de outrem empregados setor da *Agricultura, Produção Animal, Caça, Floresta e Pesca*, mas sem anular as diferenças salariais entre homens e mulheres que caracterizam a região do Alto Alentejo. Ainda na caracterização socioeconómica identifica-se uma dependência elevada do rendimento social de inserção; percentagens elevadas de pensionistas da Segurança Social e da Caixa Geral de Aposentações e das pensões de sobrevivência, conseqüências da estrutura populacional envelhecida; e a perda acentuada de população ativa e taxas de atividade considerando os valores médios regionais. Por último, há a notar a taxa de analfabetismo elevada (11,8%), em particular, entre as mulheres (15,3%).

Nesta dimensão destacam-se como **oportunidades**, o dinamismo que a atual equipa da CIMAA tem revelado na área da educação, assim como as potenciais sinergias que se venham a criar no território por intermédio da concretização de uma estratégia e de planos de ação comuns aos vários concelhos; assim como da Câmara Municipal de Monforte que, com a sua experiência acumulada no contexto da transferência de competências do Governo central para o local, tem sido um motor de desenvolvimento, também identificado por vários atores auscultados. A recente aprendizagem que a população nacional fez sobre as possibilidades do trabalho remoto e que pode contribuir para atrair população para o território juntamente com outros projetos. Os planos estratégicos regionais (como o Alentejo 2030) e nacionais (por exemplo, o Plano de Recuperação e Resiliência) e as novas linhas de financiamento que irão abrir com o novo quadro comunitário e que podem servir para o desenvolvimento de estratégias de atração de população e de empresas para a região. Por último, realça-se a oportunidade para a promoção de uma efetiva transição ambiental e de valorização do património do concelho.

As **ameaças** decorrem, sobretudo, da possibilidade do agravamento da crise económica na sequência do contexto pandémico a que acresce o atual cenário de guerra e de inflação elevada na Europa com todas as condicionantes que tal cenário acarreta para a população europeia, e que se prevê venham a ter conseqüências mais graves sobre os territórios e populações mais debilitados. Outra ameaça à concretização dos possíveis planos de ação previstos no presente documento estratégico tem a ver com a concorrência que a CIMAA e respetivos Municípios vão enfrentar no acesso aos financiamentos por via de programas nacionais e europeus. As alterações climáticas surgem como outra ameaça a considerar, sobretudo, pela forte aposta na exploração de recursos naturais ligados ao setor da agricultura, da produção animal e associados (como a transformação alimentar e animal) que se encontram entre os que mais podem vir a ser prejudicados. Uma última ameaça tem a ver com as conseqüências decorrentes da não integração plena da população cigana e de populações migrantes que, cada vez mais, procuram o território para trabalhar e, também, para viver, e que se caracterizam, muitas delas, por culturas muito diferenciadas em termos de línguas faladas, de cultura, de religião e, inclusive, de vestuário que obrigam a adaptações dos serviços locais incluindo os da educação.

Figura 3.1: Pontos fortes e fracos, ameaças e oportunidades no contexto territorial, demográfico e socioeconómico



Fonte: construção própria.

Estabelecimentos, população e ofertas escolares

Como **pontos fortes**, a nível dos estabelecimentos, destaca-se a qualidade dos edifícios escolares do concelho da rede pública e privada tendo em conta as avaliações dos respetivos representantes e os atores entrevistados, assim como a distribuição de estabelecimentos escolares por todas as freguesias do concelho de Monforte. Apesar de as ofertas de Berçário, Creche e 2º e de 3º ciclo estarem concentradas na sede de concelho, os tempos de viagem casa-escola dos alunos residentes no concelho que moram mais longe do estabelecimento escolar que frequentam são adequados. Considerando as atuais taxas de ocupação todos os estabelecimentos têm capacidade instalada para receber mais alunos. Relativamente às ofertas educativas e formativas, o leque existente no concelho está adaptado à população do concelho e às suas características e necessidades. As respostas ao nível da educação inclusiva são assinaláveis com a presença de várias equipas de trabalho como a Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva (EMAEI); duas Animadoras Socioculturais, dois psicólogos, uma terapeuta da fala, uma fisioterapeuta, uma psicomotricista, um técnico de informática e uma Assistente Social que desempenha as funções de TIL (Técnica de Intervenção Local), um Centro de Apoio à Aprendizagem (CAA), um Gabinete do Aluno, um Gabinete de Orientação Vocacional e a Ação Social Escolar (ASE). Além disso, existe uma articulação com o Centro de Recuperação de Menores de Assumar e o concelho está inserido na área de influência do CRTICEE – Centro de Recursos de TIC para a Educação Especial, de Portalegre, cujas finalidades assentam no apoio aos alunos com necessidades específicas, na disponibilização de recursos e materiais pedagógicos específicos, na componente formativa a docentes, técnicos e pais/encarregados de educação e auxiliares de educação em TICEE. Ainda no que respeita às ofertas, as desenvolvidas no âmbito da Escola a Tempo Inteiro envolvem vários parceiros e são consideradas uma mais-valia, quer pela diversidade de áreas trabalhadas

com as crianças, incluindo de envolvimento no património histórico e cultural do concelho, quer pelas taxas de participação geralmente elevadas e que podem gerar maior proximidade entre crianças de diferentes classes e freguesias. Assim como, a oferta de respostas formais e não formais disponíveis à comunidade como as desenvolvidas no âmbito do CLDS, a universidade sénior, as Atividades de Tempos-Livres e Férias de Verão para crianças e jovens e as direcionadas à comunidade cigana, como exemplos. Relativamente à população escolar há a referir que as novas gerações de encarregados de educação aparentam ser mais escolarizadas. E, ainda, que nas redes pública e privada o número de alunos por docente e por assistente operacional ou técnico auxiliar de educação é reduzido, o que facilita o acompanhamento mais personalizado a todos os alunos, aspeto bastante referido nas auscultações aos atores locais.

Quanto aos **pontos a melhorar**, inicia-se novamente pelos edifícios, infraestruturas e equipamentos. Os estabelecimentos escolares estão pouco apetrechados de espaços para utilizações variadas, apesar de os atores auscultados se manifestarem satisfeitos, talvez na sequência na recente requalificação da escola sede do AE João Maria Botas Carriço, e de equipamentos, em particular tecnológicos e desportivos que muitos indicam necessitar de renovação. Algumas escolas das aldeias e a Creche de Monforte apresentam problemas a resolver no que respeita ao conforto térmico e lumínico e à eficiência energética. Um aspeto mencionado por vários atores auscultados prende-se com a rede de *wifi* que é claramente insuficiente. Passando às ofertas, os pontos a melhorar referem-se ao insucesso das ofertas e projetos para alunos da comunidade cigana que continuam a abandonar o sistema educativo antes da conclusão da escolaridade obrigatória. E ausência de oferta estruturada de Educação para Adultos que se deve focar em respostas para a população pouco escolarizada do concelho e em desenvolver estratégias de mobilização da população para essas ofertas. Relativamente à população escolar, é visível a redução do número de alunos em particular na rede pública, ainda ligeira, mas que poderá acelerar-se considerando as projeções demográficas. As famílias dos alunos da rede pública do concelho do Monforte caracterizam-se por contextos socioeconómicos desfavorecidos (cerca de 71% de alunos beneficiários de ASE e escolaridade média de encarregados de educação que não ultrapassa os 7 anos) no contexto da região do Alto Alentejo. O corpo docente (rede pública e privada) é caracterizado pelo envelhecimento e por ser previsível que um considerável grupo de docentes se reforme durante o período de vigência desta Carta Educativa, o que pode colocar em causa eventuais projetos/documentos estratégicos; e pela instabilidade porque apenas 50% pertence ao quadro de Agrupamento/Escola.

Nesta dimensão, as **oportunidades** são novamente o dinamismo da CIMAA e da Câmara Municipal de Monforte na área da educação; os planos regionais e nacionais mencionados anteriormente e as novas linhas de financiamento que irão abrir com o novo quadro comunitário e que podem apoiar na requalificação das escolas, na obtenção de mais equipamentos e recursos e na diversificação das ofertas formais, não formais e informais.

Quanto às **ameaças**, destaca-se uma rede de cursos profissionais regional caracterizada por ofertas duplicadas em várias UO e concelhos, que promove uma lógica de competição por alunos em vez de estratégias de cooperação para aquisição e rentabilização de recursos e respostas; a desvalorização dos cursos profissionais por parte de alunos e famílias; a possibilidade de agravamento do quadro de depressão socioeconómica e demográfica no atual contexto internacional; a desadequação das verbas transferidas para o Município que não acompanha as suas novas responsabilidades; e a concorrência no acesso aos financiamentos por via de programas nacionais e europeus igualmente referida na dimensão anterior.

Figura 3.2: Pontos fortes e fracos, ameaças e oportunidades no cenário dos estabelecimentos, população e ofertas escolares



Fonte: construção própria.

Dinâmicas de promoção do sucesso escolar

Na dimensão das dinâmicas de promoção do sucesso escolar, iniciando com os **pontos fortes** relativos ao desempenho escolar, o concelho de Monforte apresenta indicadores positivos com médias de classificações internas de 1º, 2º e 3º ciclo positivas e superiores às médias regionais no caso do 1º ciclo, apesar de inferiores no 2º e 3º; e com taxas de percursos diretos de sucesso de pelo menos 60%, mas geralmente mais elevadas, e que apresentam tendências de aumento e de superação da média nacional no 2º ciclo e de aproximação à média nacional no 1º e 3º ciclo. Um quadro que demonstra a superação dos contextos socioeconómicos desfavorecidos. Como outro aspeto positivo surge um conjunto de projetos estruturantes dinamizados no concelho, por iniciativa de várias entidades e com diversos parceiros locais, porque contribui para o desenvolvimento integral do aluno ao trabalhar áreas como a educação ambiental, musical, para a saúde e hábitos de vida saudável, cidadania, etc., e ao promover o convívio entre a comunidade escolar. Em conjunto, desempenho, parcerias e projetos permite a projeção de uma imagem de qualidade do sistema educativo concelhio junto da comunidade. A rede de parcerias que participa no sistema educativo concelhio foi considerada como robusta e muito importante para o concelho. Os atores locais realçaram também o dinamismo do Município de Monforte que dinamiza uma série de apoios aos alunos e às famílias e recursos que aumentam as ofertas não formais e informais existentes no concelho disponibilizadas gratuitamente a toda a população (crianças, jovens e adultos). Um outro ponto positivo igualmente referido pelos atores auscultados é o bom ambiente escolar presente em todas as Escolas do concelho, aspeto associado ao número reduzido de alunos e ao acompanhamento personalizado que permite.

Apesar do bom desempenho escolar, os **pontos a melhorar** devem referir o que muito atores auscultadores falaram acerca da permanência de indicadores de insucesso e de abandono do sistema educativo sem terminar a escolaridade obrigatória entre parte considerável das crianças/jovens da comunidade cigana, o que indicia que poderá ser necessário desenvolver estratégias de integração inovadoras e que envolvam a comunidade cigana e não cigana concelhia. Outro aspeto a melhorar será o programa de formação profissional para docentes, assistentes administrativos e assistentes operacionais/técnicos auxiliares das Escolas do concelho. Em termos de parcerias a melhorar referem mais vezes o afastamento de parte considerável das famílias, quer das escolas e atividades escolares, quer das vidas escolares dos educandos. Vários atores auscultados mencionaram a necessidade de criar planos de monitorização e de avaliação dos vários projetos em curso na área da educação no concelho de Monforte que permitam melhorar as atividades e rentabilizar recursos; um plano estruturado de formação para todos os profissionais escolares em particular para assistentes operacionais; um programa de orientação vocacional que trabalhe com os alunos de forma atempada e que seja mais completo, ou seja, que informe alunos e famílias sobre as possibilidades de educação e formação existentes na região e sobre as suas potencialidades em termos de prosseguimento de estudos para o Ensino Superior e de ingresso no mercado de trabalho concelhio e regional.

Figura 3.3: Pontos fortes e fracos, ameaças e oportunidades no quadro das dinâmicas de promoção do sucesso escolar



Fonte: construção própria.

As **oportunidades** nesta dimensão passam pela possibilidade de, com a saída futura de um número considerável de docentes do sistema educativo por via da reforma, atrair e fixar população jovem, nomeadamente, professores jovens com a criação de garantias e apoios à sua fixação no território (habitação acessível, apoios variados a jovens e à constituição de famílias, etc.). O plano de implementar o projeto (Cidades Circulares) que visa contribuir para a aquisição de hábitos saudáveis através do desporto promovendo a deslocação de crianças e jovens usando a bicicleta como meio de transporte escolar estando prevista, para este efeito, a construção de ciclovia quer permitirá aumentar a qualidade de vida dos alunos e da população, de desenvolver o concelho e de contribuir para o desenvolvimento integral dos alunos. Outra oportunidade vital é a possibilidade de, incluindo pela existência de um plano estratégico regional para a área da educação, se criar um maior envolvimento do Instituto

Identidade

Visão

A educação: um processo comunitário transversal a todos os domínios da sustentabilidade local.

Missão

Dotar as comunidades do Concelho de Monforte da capacitação para a mudança e a boa governança através de:

- Aumento do nível de escolaridade da população do concelho de Monforte
- Promoção de processos colaborativos entre o sistema de ensino formal e a comunidade
- Fomento das identidades locais como fator de competitividade
- Dotar o processo educativo dos instrumentos para a formação ao longo da vida e da adequação aos desafios tecnológicos e científicos.
- Promoção da educação para cidadania para o reforço da participação pública na governança local.

Objetivos e princípios

Os objetivos são definidos de acordos com os eixos estratégicos da estratégia municipal:

1. Garantir a identidade territorial como fator de competitividade através da sustentabilidade dos seus recursos naturais, condição para a diversidade das dinâmicas em espaço rural.
2. Promover a educação e a formação ao longo da vida para aumentar os níveis de inclusão social através de um processo de governança local.
3. Reforço de toda a rede de serviços públicos de proximidade, incluindo as redes rodoferroviárias e as comunicações digitais.
4. Promover a qualificação e formação ao longo da vida do capital humano como forma de diminuir as assimetrias e promover a inclusão ativa.
5. Promover programas educativos em parceria com o sistema de ensino formal no domínio da inovação e novas tecnologias, para a valorização da comunidade educativa no contexto local e regional.
6. Reforçar os níveis de coesão social através de programas para a inclusão para todos os cidadãos.

Intervenções futuras: 2023-2033

Os resultados do diagnóstico possibilitaram a identificação dos principais pontos fortes e fracos do sistema educativo concelhio de Monforte, sistematizados no início do presente Capítulo 3, e consequentemente, da lista das prioridades de melhoria que, na sua maioria, coincidem com as dos outros concelhos da região do Alto Alentejo porque enfrentam desafios semelhantes. As prioridades de melhoria foram posteriormente transformadas em objetivos estratégicos, primeiro os propostos pelo Consórcio Iscte/IPP/CEDRU, debatidos em Conselho Municipal da Educação, e posteriormente os do Município. Os objetivos estratégicos traduzem-se em intervenções a desenvolver até ao ano de 2033.

As intervenções previstas para o decénio 2023/2033 encontram-se organizadas em três Eixos estratégicos. Cada Eixo inclui vários objetivos estratégicos a maioria dos quais em total coordenação com o *Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal da Educação do Alto Alentejo (PEDIEAA)* e que, por isso, se devem implementar em articulação com os outros concelhos da região e com a CIMAA. Outros objetivos estratégicos são específicos do concelho de Monforte.

De forma a garantir que as ações gerais planeadas nesta fase, assim como as ações de trabalho específicas que venham a ser definidas posteriormente, sejam desenvolvidas da forma prevista, e que a implementação das ações é acompanhada pela aferição regular dos resultados, sejam resultados esperados ou não esperados, benéficos ou perversos, diretos ou indiretos, imediatos ou não, adicionamos um esquema de monitorização para cada um dos eixos (tabelas apresentadas em cada Eixo).

O apuramento dos resultados ao longo da implementação das ações, a reflexão sobre os resultados obtidos e as necessárias alterações aos planos de ação são o processo desejado de implementação, monitorização e avaliação de um plano estratégico que se pretende participado, reflexivo e em permanente melhoria, em que as instituições e as pessoas envolvidas avaliem o seu trabalho, os resultados obtidos e aprendam com eles, numa lógica de “«trazer verdade» à resolução de problemas” (Capucha, Almeida, Pedroso e Silva, 1996: 10-11)³⁹.

Os objetivos estratégicos identificados em cada Eixo estratégico podem e devem ser dinamizados sempre que possível em conjunto com as várias entidades e atores concelhios, com os dos outros concelhos da região e com a participação da CIMAA, de forma a potenciar os recursos disponíveis nestes territórios (de recursos humanos, de tempo, de equipamentos e de transportes).

Pretende-se que esta Carta Educativa seja um instrumento orientador da ação local para a educação e não um documento estático. Por isso, adiciona-se a cada um dos Objetivos Estratégicos, as ações gerais possíveis de ser previstas nesta fase de planeamento (que devem posteriormente ser mais bem detalhadas e calendarizadas por quem ficar responsável por cada uma), metas finais a atingir em 2033, indicadores para avaliação do cumprimento dos objetivos, possíveis responsáveis pela implementação e monitorização e uma primeira resenha de calendarização de um plano de trabalho. Trata-se de uma proposta de implementação e monitorização/avaliação de ações de incentivo à ação local que permita ajustamentos e adaptações ao plano sempre que necessário.

³⁹ Capucha, Luís, João Ferreira de Almeida, Paulo Pedroso e José Vieira da Silva (1996), “Metodologias de Avaliação: o Estado da Arte em Portugal”, em Luís Capucha e Paulo Pedroso, *Sociologia Problemas e Práticas*, 22, Deiras, Celta Editora, pp. 9-27.

Na execução dos OE importa considerar as articulações aos documentos estratégicos concelhios, regionais e nacionais expostos na última secção deste Capítulo 3 como forma de procurar sinergias e possíveis linhas de financiamento dentro do concelho, da região e com outros territórios do país e europeus.

Eixo 1 – Edifícios, Equipamentos e Mobilidades

O primeiro Eixo estratégico inclui os Objetivos estratégicos (OE) relativos às intervenções a realizar nos estabelecimentos escolares nos próximos 10 anos para garantir boas condições de estudo e de trabalho, a equidade dos espaços interiores e exteriores para todos os alunos que estudem no território, a modernização das unidades orgânicas localizadas no concelho no que respeita ao bem estar, à sustentabilidade ambiental, à abertura à comunidade, à mobilização de pedagogias inovadoras e ativas e das tecnologias na dinamização dos currículos; e criar uma rede de transportes que garanta o acesso equitativo a todas as possibilidades educativas e formativas formais, não formais informais existentes no concelho e na região do Alto Alentejo.

OE1: Implementar o Plano de Intervenções Futuras nos Estabelecimentos Escolares; (Ver [Anexo A](#))

OE2: Elaborar um programa de modernização dos edifícios escolares (espaços e infraestruturas) para garantia de: i) Bem-estar dos alunos e profissionais (conforto térmico, lumínico e sonoro, acessos inclusivos), ii) Sustentabilidade ambiental (painéis solares, controlo do consumo de água, etc.), iii) Abertura à comunidade (auditórios, bibliotecas, etc., que possam também ser usados pela população), iv) Mobilização de pedagogias e dinâmicas inovadoras (salas polivalentes, centros de ciência viva, espaços para alunos com necessidades específicas, etc.);

OE3: Garantir a equidade de espaços e equipamentos nas escolas das aldeias (biblioteca, espaços para prática de desporto e atividades artísticas, espaços próprios para atividades AAAF/CAF/AEC, salas de trabalho para profissionais, parques infantis) e integrar equipa responsável pela preparação do documento justificativo para a manutenção da rede atual de estabelecimentos escolares como elemento crucial para a promoção da coesão territorial da região do Alto Alentejo;

OE4: Preparar as infraestruturas dos edifícios para os equipamentos tecnológicos e de apetrechamento com equipamentos digitais necessários ao trabalho escolar e ao trabalho com os alunos;

OE5: Garantir o acesso à Internet em todos os estabelecimentos escolares com o sinal necessário ao número de profissionais e alunos;

OE6: Criar estratégias de mobilização e inclusão das tecnologias no currículo e na dinamização do currículo e nas metodologias pedagógico-didáticas (com elaboração de um banco recursos pedagógicos específicos);

OE7: Garantir uma ligação mais regular entre freguesias de cada concelho;

OE8: Investir em processo de mobilidade sustentável (projetos de ciclovias e fornecimento de bicicletas, substituir a frota de autocarros onde pertinente de forma a rentabilizar as viagens de autocarro, etc.).

Calendarização da Monitorização
2025 2027 2029 2031 2033

OE	Ações	Metas (10 anos)	Indicadores	Responsáveis
OE6	<p>Pesquisar estratégias de mobilização e inclusão das tecnologias nas dinâmicas letivas incluindo de dinamização do currículo</p> <p>Criar/Partilhar estratégias de mobilização e inclusão das tecnologias nas dinâmicas letivas incluindo de dinamização do currículo</p>	60% dos docentes a utilizar banco de recursos pedagógicos ⁴⁰	Nº de docentes a aceder a BNP/Nº total de docentes	CM/ Docentes/ Parceiros (Instituições do Ensino Superior como o IPortalegre)
OE7	<p>Identificar a rede de mobilidade de alunos entre freguesias em cada ano letivo</p> <p>Garantir uma ligação mais regular entre freguesias de cada concelho de acordo</p> <p>Criar uma equipa de trabalho para identificar as possibilidades de mobilidade sustentável no concelho</p> <p>Criar condições para executar as intervenções necessárias no concelho para uma mobilidade sustentável</p> <p>Executar as intervenções necessárias no concelho para uma mobilidade sustentável</p>	<p>Enviar rede de mobilidades para CM</p> <p>Aumento do número de carreira e ou horários</p> <p>Pelo menos 50% dos alunos a ser transportados em mobilidade sustentável</p>	<p>Comparar a 2023</p> <p>Comparar a 2023</p> <p>Nº de alunos em transporte sustentável/Nº total de alunos</p>	<p>UO</p> <p>CM/ CIMAA</p> <p>CM/ UO/ Equipa de trabalho</p>
OE8				

⁴⁰ Este banco de recursos pedagógicos pode ser incluído no Observatório da Educação do Alto Alentejo através da criação de senhas de acesso para docentes.

Eixo 2 – Ofertas escolares

O Eixo 2 integra Objetivos Estratégicos (OE) direcionados à melhoria da rede das ofertas para primeira infância, de Ensino Básico e Secundário, da Educação para Adultos e das atividades extracurriculares tornando-as mais diversificadas, articuladas com as necessidades dos empregadores e com as expectativas dos alunos, promotoras do sucesso educativo de todos os alunos; ao desenvolvimento de um processo de orientação vocacional atempado (desde o 7º ano de escolaridade) e que oriente os alunos e suas famílias através da extensão e possibilidades das ofertas educativas e formativas existentes no concelho e na região e de todas as possibilidades, quer em termos de empregabilidade, quer de prosseguimento de estudos.

OE9: Publicitar a capacidade instalada na rede de oferta de primeira infância (Berçário, Creche e Pré-escolar) como medida para atrair e fixar casais jovens;

OE10: Indicar um elemento representante do concelho para integrar equipa regional que ficará responsável por criar uma rede de ofertas educativas e formativas (incluindo ensino geral e outras modalidades de ensino, incluindo o ensino artístico especializado) de 3º ciclo e de Ensino Secundário, equitativa para todos os concelhos/alunos, articulando entre Unidades Orgânicas (UO) mais próximas;

OE11: Articular ofertas e dinamização dos currículos com as necessidades os empregadores locais e com as expectativas dos alunos;

OE12: Constituir um conjunto de ofertas de educação de adultos adaptadas às necessidades da população local e um pacote de benefícios de incentivo à frequência dessas ofertas, incluindo comunidades ciganas e migrantes;

OE13: Contribuir para a criação um programa de orientação vocacional regional mais abrangente que trabalhe de forma atempada com os alunos sobre as potencialidades das ofertas, do mundo do trabalho e das profissões da região;

OE14: Construir um currículo local mobilizando o património natural, cultural e arquitetónico do Alto Alentejo e de cada concelho, potenciando os conhecimentos e competências nos temas mencionados no EDTAA 2030 (com elaboração de um banco de recursos pedagógicos específicos para atividades AAAF, CAF, AEC, OTL para jovens e disciplinas curriculares);

Tabela 3.2: Sistema de implementação e monitorização/avaliações dos objetivos estratégicos do Eixo 2

OE	Ações	Calendarização da Implementação					Indicadores	Responsáveis
		2025	2027	2029	2031	2033		
OE9	Publicitar a capacidade instalada na rede de oferta de primeira infância (Berçário, Creche e Pré-escolar) como medida para atrair e fixar casais jovens						<p>NR casais (ovens de outros concelhos em 2023 / NR casais jovens de outros concelhos</p>	CM/ UO
	Reconstruir e reajustar a capacidade instalada nos anos definidos para monitorização para garantir que 100% da população até aos 5 anos com vaga							
OE10	Indicar (elementos) a integrar a equipa regional responsável por melhorar rede de ofertas escolares							CIMAA/ CM/ Equipa de trabalho/ UO
	Realizar tarefas definidas pela equipa regional						<p>NR de alunos com acesso a pelo menos 2 opções no 3º ciclo e 4 no Ensino Secundário / 100% dos alunos a frequentar a oferta</p>	
OE11	Implementar nova rede de ofertas escolares concertadas entre concelhos da região do Alto Alentejo						<p>NR de alunos do 3º ciclo e ES</p>	CIMAA/ CM/ UO/ Parcerias (empregadores)/ Encarregados de educação
	Participar no encontro entre escolas e empregadores e realizar todos os anos letivos						<p>Pelo menos um encontro entre escolas e empregadores por ano letivo / Aplicação de 1 questionário por ano letivo e</p>	
OE12	Aplicar questionário todos os anos letivos						<p>1 encontro por ano letivo / 1 questionário por ano letivo</p>	CM/ UO/ Parcerias (IEFP, empresas, associações de migrantes e outras)
	Levantar necessidades no âmbito da Educação para Adultos						<p>questionar alunos do 3º ciclo sobre expectativas</p>	
OE13	Crise/Reformular parcerias intra e inter concelhias direcionadas a encontrar soluções para Educação de Adultos e acordo com as necessidades levantadas						<p>NR de residentes com Ensino Secundário / NR de residentes</p>	CM/ UO/ Parcerias (IEFP, empresas, associações de migrantes e outras)
	Criar condições para a mobilização da população concelha para a frequência das respostas para a Educação de Adultos para terminar escolaridade obrigatória de 12 anos						<p>45% da população residente com Ensino Secundário</p>	

[Handwritten signature and initials]

OE	Ações	Calendarização da Monitorização					Responsabilidades
		2025	2027	2029	2031	2033	
	Indicar elementar(ês) a integrar a equipa regional responsável por monitorizar rede de ofertas escolares						
OE13	Realizar tarefas definidas pela equipa regional						
	Implementar novo processo de orientação vocacional						
OE14	Resquisar estratégias de mobilização dos recursos naturais, patrimoniais e culturais do concelho nas disciplinas letivas incluindo de dinamização do currículo						
	Crear/Partilhar estratégias de mobilização dos recursos naturais, patrimoniais e culturais do concelho nas disciplinas letivas incluindo de dinamização do currículo ⁴¹						

⁴¹ Também neste objetivo se pode constituir um banco de recursos pedagógicos a integrar o Observatório da Educação do Alto Alentejo através da criação de senhas de acesso para docentes

Eixo 3 – Promoção do sucesso escolar

O terceiro Eixo engloba um conjunto de objetivos que visam criar dinâmicas de promoção do sucesso escolar e o desenvolvimento integral das crianças e jovens do concelho, adaptados às diferenças; e dinâmicas de monitorização/avaliação concelhias e regionais orientadas para uma constante melhoria das ações implementadas, e consequentemente dos resultados obtidos, que aumenta o conhecimento sobre o sistema educativo concelhio e regional e a forma Municípios e Unidades Orgânicas comunicarem entre si e com a comunidade em geral.

OE15: Indicar um elemento representante do concelho para integrar equipa de trabalho regional que ficará responsável por fazer o levantamento das necessidades de formação dos profissionais escolares e das famílias da região e o plano de formação em exercício para profissionais escolares (docentes e não docentes) e famílias focado nas dimensões do PEDIEAA;

OE16: Participar na elaboração e implementação de projetos regionais de melhoria do desempenho escolar nas disciplinas identificadas como as de menor sucesso na região;

OE17: Participar na elaboração e implementação de projetos regionais de acolhimento aos alunos orientados de famílias migrantes e da comunidade cigana (projeto Ninho, português língua não materna, por exemplo), em conjunto com famílias/associações locais de migrantes e da comunidade cigana;

OE18: Incentivar o gosto e as competências dos alunos nas áreas das artes, o desporto, tecnologia, ciências, cidadania, segurança e ambiente e sustentabilidade (rentabilizando os protocolos com as Unidades de Saúde, GNR, Escola de Artes do Norte Alentejo, tecido associativo desportivo e cultural e recursos como os Centros de Ciência Viva, salas digitais e outros);

OE19: Criar dinâmicas de articulação de projetos e de partilha de recursos intermunicipais com concelhos limítrofes (recursos naturais, culturais, patrimoniais, equipamentos desportivos, projetos de OTL, etc.);

OE20: Participar na constituição e manutenção do Observatório da Educação do Alto Alentejo e da plataforma de comunicação com a comunidade, fornecendo dados atualizados sobre o sistema educativo regional – Escolas da rede pública e privada, de ofertas (Primeira Infância, Ensino Básico, Ensino Secundário, Educação para Adultos, Ensino Superior, atividades da Escola a Tempo Inteiro e OTL, Projetos), sobre a população escolar (alunos, docentes e não docentes), indicadores de desempenho escolar – de acordo com os protocolos para o envio de informação que venham a ser definidos.

Enquadramento na Política Municipal, Regional e Nacional

Política integrada do Município

Além da presente Carta Educativa existem outros documentos em vigor na Câmara Municipal de Monforte com os quais importa articular a ação, nomeadamente, o Plano Diretor Municipal (PDM), o Plano Estratégico de Monforte 2020 (PEM), Plano de Desenvolvimento Social (PDS), o Projeto Educativo do Agrupamento de Escolas de Monforte (AEM). Além destes documentos foram consideradas as atividades para alunos dinamizadas pela Câmara Municipal de Monforte (CMM).

Alguns dos projetos em curso estão já a responder a uma boa parte dos objetivos estratégicos inscritos na Carta Educativa 2023-2033, o que potencia a gestão de recursos disponíveis no local e o processo de monitorização que deve ser orientado para o que se pretende atingir num prazo de 10 anos.

A tabela em baixo atesta quanto ao grau de articulação entre Carta Educativa e documentos municipais e das unidades orgânicas da rede pública, mas sobretudo quanto à importância do presente documento na política municipal pois vem colmatar a inexistência de um plano estratégico na área da educação.

Tabela 3.4: Articulação entre Objetivos Estratégicos e Política municipal

Eixos	OE	Documentos Municipais	Nível de Articulação
OE1	Implementar o Plano de Intervenções Futuras nos Estabelecimentos Escolares	PDM/ CMM	AE
OE2	Elaborar um programa de modernização dos edifícios escolares para garantia de: i) Bem-estar dos alunos e profissionais, ii) Sustentabilidade ambiental, iii) Abertura à comunidade, iv) Mobilização pedagógicas e dinâmicas inovadoras	PDM/ CMM	AE
OE3	Garantir a equidade de espaços e equipamentos nas escolas das aldeias (biblioteca, espaços para prática de desporto e atividades artísticas, espaços próprios para atividades AAAF/CAF/AEC, salas de trabalho para profissionais, parques infantis) e integrar equipa responsável pela preparação do documento justificativo para a manutenção da rede atual de estabelecimentos escolares como elemento crucial para a promoção da coesão territorial da região do Alto Alentejo	PEM/ PDS/ CMM	AE
OE4	Preparar as infraestruturas dos edifícios para os equipamentos tecnológicos e de apetrechamento com equipamentos digitais necessários ao trabalho escolar e ao trabalho com os alunos	-	AR
OE5	Garantir o acesso à internet em todos os estabelecimentos escolares com o sinal necessário ao número de profissionais e alunos	CMM	AE
OE6	Criar estratégias de mobilização e inclusão das tecnologias no currículo e na dinamização do currículo e nas metodologias pedagógico-didáticas (com elaboração de um banco recursos pedagógicos específicos)	AEM	AE
OE7	Garantir uma ligação mais regular entre freguesias de cada concelho	PEM/ CMM	AE
OE8	Investir em processo de mobilidade sustentável (projetos de ciclovias e fornecimento de bicicletas, substituir a frota de autocarros onde pertinente de forma a rentabilizar as viagens de autocarro, etc.)	PDM/ CMM	AE
OE9	Publicitar a capacidade instalada na rede de oferta de primeira infância (Berçário, Creche e Pré-escolar) como medida para atrair e fixar casais jovens	-	AR
OE10	Indicar um elemento representante do concelho para integrar equipa regional que ficará responsável por criar uma rede de ofertas educativas e formativas (incluindo ensino geral e outras modalidades de ensino, incluindo o ensino artístico especializado) de 3º ciclo e de Ensino Secundário, equitativa para todos os concelhos/alunos, articulando entre Unidades Orgânicas (UO) mais próximas	-	AR
OE11	Articular ofertas e parte dos currículos com as necessidades os empregadores locais e com as expectativas dos alunos	-	AR
OE12	Constituir um conjunto de ofertas de educação de adultos adaptadas às necessidades da população local e um pacote de benefícios de incentivo à frequência dessas ofertas, incluindo comunidades ciganas e migrantes	PEM/ PDS/ CMM	AE
OE13	Contribuir para a criação um programa de orientação vocacional regional mais abrangente que trabalhe de forma atempada com os alunos sobre as potencialidades das ofertas, do mundo do trabalho e das profissões da região	AEM	AE

Eixos	OE	Documentos Municipais	Nível de Articulação
OE14	Construir um currículo local mobilizando o património natural, cultural e arquitetónico do Alto Alentejo e de cada concelho, potenciando os conhecimentos e competências nos temas mencionados no EDTAA 2030 (com elaboração de um banco de recursos pedagógicos específicos para atividades AAAF, CAF, AEC, OTL para jovens e disciplinas curriculares)	PEM/ CMM	AE
OE15	Indicar um elemento representante do concelho para integrar equipa de trabalho regional que ficará responsável por fazer o levantamento das necessidades de formação dos profissionais escolares e das famílias da região e o plano de formação em exercício para profissionais escolares (docentes e não docentes) e famílias focado nas dimensões do PEDIEAA	PDM/ CMM/ AEM	AE
OE16	Participar na elaboração e implementação de projetos regionais de melhoria do desempenho escolar nas disciplinas identificadas como as de menor sucesso na região	CMM	AE
OE17	Participar na elaboração e implementação de projetos regionais de acolhimento aos alunos orientados de famílias migrantes e da comunidade cigana (projeto Ninho, português língua não materna, por exemplo), em conjunto com famílias/associações locais de migrantes e da comunidade cigana	PEM/ PDS/ CMM/ AEM	AE
OE18	Incentivar o gosto e as competências dos alunos nas áreas das artes, o desporto, tecnologia, ciências, cidadania, segurança e ambiente e sustentabilidade (rentabilizando os protocolos com as Unidades de Saúde, GNR, Escola de Artes do Norte Alentejo, tecido associativo desportivo e cultural e recursos como os Centros de Ciência Viva, salas digitais e outros)	CMM/ AEM	AE
OE19	Criar dinâmicas de articulação de projetos e de partilha de recursos intermunicipais com concelhos limítrofes (recursos naturais, culturais, patrimoniais, equipamentos desportivos, projetos de OTL, etc.)	CMM/ AEM	AE
OE20	Participar na constituição e manutenção do Observatório da Educação do Alto Alentejo e da plataforma de comunicação com a comunidade, fornecendo dados atualizados sobre o sistema educativo regional – Escolas da rede pública e privada, de ofertas (Primeira infância, Ensino Básico, Ensino Secundário, Educação para Adultos, Ensino Superior, atividades da Escola a Tempo Inteiro e OTL, Projetos), sobre a população escolar (alunos, docentes e não docentes), indicadores de desempenho escolar – de acordo com os protocolos para o envio de informação que venham a ser definidos	AEM	AE

Legenda: AR - Articulação Reduzida; AM - Articulação Média; AE - Articulação Elevada.

Convergência com Região

Os objetivos estratégicos desta Carta Educativa encontram-se totalmente articulados com o Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal da Educação do Alto Alentejo (PEDIEAA) que, por sua vez, foi alinhado com a Revisitação da Estratégia de Desenvolvimento Territorial do Alto Alentejo 2020 (EDTAA 2020).

Tabela 3.5: Articulação entre Objetivos Estratégicos e Política Regional

Objetivos	OE	Documentos Regionais	Nível de Articulação
	OE1	PEDIEAA/EDTAA 2020	AE
	OE2	PEDIEAA/EDTAA 2020	AE
	OE3	PEDIEAA/EDTAA 2020	AE
	OE4	PEDIEAA/EDTAA 2020	AE
	OE5	PEDIEAA/EDTAA 2020	AE
	OE6	PEDIEAA/EDTAA 2020	AE
	OE7	PEDIEAA/EDTAA 2020	AE
	OE8	PEDIEAA/EDTAA 2020	AE
	OE9	PEDIEAA/EDTAA 2020	AE
	OE10	PEDIEAA/EDTAA 2020	AE
	OE11	PEDIEAA/EDTAA 2020	AE
	OE12	PEDIEAA/EDTAA 2020	AE
	OE13	PEDIEAA/EDTAA 2020	AE
	OE14	PEDIEAA/EDTAA 2020	AE
	OE15	PEDIEAA/EDTAA 2020	AE
	OE16	PEDIEAA/EDTAA 2020	AE

Handwritten notes and signatures in the right margin, including the letters 'HA' at the top and 'AE' and 'SE' below it, along with some illegible scribbles.

Eixos	OE	Documentos Regionais	Nível de Articulação
OE17	Participar na elaboração e implementação de projetos regionais de acolhimento aos alunos orientados de famílias migrantes e da comunidade cigana (projeto Ninho, português língua não materna, por exemplo), em conjunto com famílias/associações locais de migrantes e da comunidade cigana	PEDIEAA/EDTAA 2023	AE
OE18	Incentivar o gosto e as competências dos alunos nas áreas das artes, o desporto, tecnologia, ciências, cidadania, segurança e ambiente e sustentabilidade (rentabilizando os protocolos com as Unidades de Saúde, GNR, Escola de Artes do Norte Alentejo, tecido associativo desportivo e cultural e recursos como os Centros de Ciência Viva, salas digitais e outros)	PEDIEAA/EDTAA 2023	AE
OE19	Criar dinâmicas de articulação de projetos e de partilha de recursos intermunicipais com concelhos limítrofes (recursos naturais, culturais, patrimoniais, equipamentos desportivos, projetos de OTL, etc.)	PEDIEAA/EDTAA 2023	AE
OE20	Participar na constituição e manutenção do Observatório da Educação do Alto Alentejo e da plataforma de comunicação com a comunidade, fornecendo dados atualizados sobre o sistema educativo regional – Escolas da rede pública e privada, de ofertas (Primeira infância, Ensino Básico, Ensino Secundário, Educação para Adultos, Ensino Superior, atividades da Escola a Tempo Inteiro e OTL, Projetos), sobre a população escolar (alunos, docentes e não docentes), indicadores de desempenho escolar – de acordo com os protocolos para o envio de informação que venham a ser definidos	PEDIEAA/EDTAA 2023	AE

Legenda: AR - Articulação Reduzida; AM - Articulação Média; AE - Articulação Elevada.

Convergência com programa de educação nacional e orientações europeias

Por último, importa aferir o nível de articulação com alguns documentos que podem ser considerados como orientadores na concretização das ações de melhoria e ou recursos a ser mobilizados para a obtenção de possíveis financiamentos. Analisaram-se os seguintes: Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), Plano 21|23 | Escola + (Plano 21|23), Capacitação Digital para as escolas (CDE), Autonomia e Flexibilidade Curricular (AFC), Desporto Escolar Comunidade (DEC), Plano Nacional das Artes (PNA), Educação para a Cidadania (EC), Rede de Clubes de Ciência Viva nas Escolas (RCCVE), mas outros podem e devem ser considerados ao longo dos próximos 10 anos.

Tabela 3.6: Articulação entre Objetivos Estratégicos e Política Nacional e Europeia

Exos	OE	Documentos Nacionais	Nível de Articulação
OE1	Implementar o Plano de Intervenções Futuras nos Estabelecimentos Escolares	PRR	AE
OE2	Elaborar um programa de modernização dos edifícios escolares para garantia de: i) Bem-estar dos alunos e profissionais, ii) Sustentabilidade ambiental, iii) Abertura à comunidade, iv) Mobilização pedagógicas e dinâmicas inovadoras	PRR	AM
OE3	Garantir a equidade de espaços e equipamentos nas escolas das aldeias (biblioteca, espaços para prática de desporto e atividades artísticas, espaços próprios para atividades AAAF/CAF/AEC, salas de trabalho para profissionais, parques infantis) e integrar equipa responsável pela preparação do documento justificativo para a manutenção da rede atual de estabelecimentos escolares como elemento crucial para a promoção da coesão territorial da região do Alto Alentejo	PRR/ RCCVE	AM
OE4	Preparar as infraestruturas dos edifícios para os equipamentos tecnológicos e de apetrechamento com equipamentos digitais necessários ao trabalho escolar e ao trabalho com os alunos	PRR	AE
OE5	Garantir o acesso à internet em todos os estabelecimentos escolares com o sinal necessário ao número de profissionais e alunos	PRR/ CDE	AE
OE6	Criar estratégias de mobilização e inclusão das tecnologias no currículo e na dinamização do currículo e nas metodologias pedagógico-didáticas (com elaboração de um banco recursos pedagógicos específicos)	PRR/ CDE	AM
OE7	Garantir uma ligação mais regular entre freguesias de cada concelho	PRR	AE
OE8	Investir em processo de mobilidade sustentável (projetos de cicloviagens e fornecimento de bicicletas, substituir a frota de autocarros onde pertinente de forma a rentabilizar as viagens de autocarro, etc.)	PRR/ DEC	AE
OE9	Publicitar a capacidade instalada na rede de oferta de primeira infância (Berçário, Creche e Pré-escolar) como medida para atrair e fixar casais jovens	PRR	AE
OE10	Indicar um elemento representante do concelho para integrar equipa regional que ficará responsável por criar uma rede de ofertas educativas e formativas (incluindo ensino geral e outras modalidades de ensino, incluindo o ensino artístico especializado) de 3º ciclo e de Ensino Secundário, equitativa para todos os concelhos/alunos, articulando entre Unidades Orgânicas (UO) mais próximas	PRR	AE
OE11	Articular ofertas e parte dos currículos com as necessidades os empregadores locais e com as expectativas dos alunos	PRR	AE
OE12	Constituir um conjunto de ofertas de educação de adultos adaptadas às necessidades da população local e um pacote de benefícios de incentivo à frequência dessas ofertas, incluindo comunidades ciganas e migrantes	PRR/ AFC	AE
OE13	Contribuir para a criação um programa de orientação vocacional regional mais abrangente que trabalhe de forma atempada com os alunos sobre as potencialidades das ofertas, do mundo do trabalho e das profissões da região	AFC	AM
OE14	Construir um currículo local mobilizando o património natural, cultural e arquitetónico do Alto Alentejo e de cada concelho, potenciando os conhecimentos e competências nos temas mencionados no EDTAA 2030 (com elaboração de um banco de recursos pedagógicos específicos para atividades AAAF, CAF, AEC, OTL para jovens e disciplinas curriculares)	AFC/ PNA/ EC	AE
OE15	Indicar um elemento representante do concelho para integrar equipa de trabalho regional que ficará responsável por fazer o levantamento das necessidades de formação dos profissionais escolares e das famílias da região	PRR	AM

Eixos	OE	Documentos Nacionais	Nível de Articulação
	e o plano de formação em exercício para profissionais escolares (docentes e não docentes) e famílias focado nas dimensões do PEDIEAA		
OE16	Participar na elaboração e implementação de projetos regionais de melhoria do desempenho escolar nas disciplinas identificadas como as de menor sucesso na região	Plano 21 23/ AFC	AE
OE17	Participar na elaboração e implementação de projetos regionais de acolhimento aos alunos orientados de famílias migrantes e da comunidade cigana (projeto Ninho, português língua não materna, por exemplo), em conjunto com famílias/associações locais de migrantes e da comunidade cigana	Plano 21 23/ AFC	AM
OE18	Incentivar o gosto e as competências dos alunos nas áreas das artes, o desporto, tecnologia, ciências, cidadania, segurança e ambiente e sustentabilidade (rentabilizando os protocolos com as Unidades de Saúde, GNR, Escola de Artes do Norte Alentejo, tecido associativo desportivo e cultural e recursos como os Centros de Ciência Viva, salas digitais e outros)	Plano 21 23/ AFC	AE
OE19	Criar dinâmicas de articulação de projetos e de partilha de recursos intermunicipais com concelhos limítrofes (recursos naturais, culturais, patrimoniais, equipamentos desportivos, projetos de OTL, etc.)	Plano 21 23/ PNA	AM
OE20	Participar na constituição e manutenção do Observatório da Educação do Alto Alentejo e da plataforma de comunicação com a comunidade, fornecendo dados atualizados sobre o sistema educativo regional – Escolas da rede pública e privada, de ofertas (Primeira infância, Ensino Básico, Ensino Secundário, Educação para Adultos, Ensino Superior, atividades da Escola a Tempo Inteiro e OTL, Projetos), sobre a população escolar (alunos, docentes e não docentes), indicadores de desempenho escolar – de acordo com os protocolos para o envio de informação que venham a ser definidos	-	AR

Legenda: AR - Articulação Reduzida; AM – Articulação Média; AE – Articulação Elevada.

Anexo A: Plano de intervenções futuras nos Estabelecimentos Escolares

[Regressar aos Objetivos Estratégicos](#)

Requalificações

1) Intervenção na Escola Básica de Santo Aleixo (277137)

Tipo de Intervenção:

Requalificação

Data de Início: 2025

Freguesia: Santo Aleixo

Fundamentação:

Este projeto contempla:

→ A requalificação da construção existente visa dotar o edifício de melhores condições de eficiência energética, funcionais e de acessibilidade.

→ Adequação do espaço exterior a recreio adaptado às várias faixas etárias das valências ali presentes.

Morada: Não se aplica

Imagem mapa com visualização da área geográfica: Não se aplica

Tipologia da escola:

Escola básica

Nº alunos: 13 (1º ciclo) + 9 Pré-escolar

Tipo de Intervenção:

Requalificação da Escola Básica de Santo Aleixo

Data de Início: 2025

Nº de salas: 2 de 1º ciclo + 1 de pré-escolar

Nº de turmas:

2) Intervenção na Escola Básica de Valamonte (280069)

Tipo de Intervenção:

Requalificação

Data de Início: Sem previsão

Freguesia: Valamonte

Fundamentação:

Este projeto contempla:

→ A requalificação da construção existente visa dotar o edifício de melhores condições de eficiência energética, funcionais e de acessibilidade.

→ Adequação do espaço exterior a recreio adaptado às faixas etárias da valência ali presente.

Morada: Não se aplica

Imagem mapa com visualização da área geográfica: Não se aplica

Tipologia da escola:

Escola básica

Nº alunos: 21

Fase: Identificação da necessidade

Data de Início: **Sem previsão**

Nº de salas: 2 de 1º ciclo

Nº de turmas: 2

3) Intervenção na Escola de Monforte (extinta enquanto estabelecimento de 1º ciclo)

Tipo de Intervenção: Fase: Elaboração do projeto

Grande remodelação

Data de Início: 2023

Data de fim: 2023

Freguesia: Freguesia de Monforte

Fundamentação: Pretende-se com esta intervenção o melhoramento das condições do imóvel com a substituição de cobertura e isolamento da mesma, caixilharias em PVC e sistemas de sombreamento, substituição de pavimentos, rede elétrica, rede de águas e mobiliário da cozinha.

Esta intervenção irá beneficiar os alunos no âmbito da escola a tempo inteiro, no entanto, como não se integra na definição de estabelecimento de ensino da rede pública da oferta educativa, não será sujeita a pedido de financiamento junto da tutela.

Morada: Não se aplica

Imagem mapa com visualização da área geográfica



Tipologia:

Centro de Atividades de Apoio à Família, CAF e AAFF

Nº alunos: 44 (1ºCiclo), 42 (Pré-Escolar)

Para ficar ao serviço da CAF e AAFF

Nº de salas: 4

Nº de turmas: 3 (1ºCiclo), 2 (Pré-escolar)

Ampliações

1) Intervenção: no Recinto da Escola Básica do Assumar: Construção de Sala Polivalente com Zona de Refeições e ampliação com construção de Sala para Educação Pré-escolar

Tipo de Intervenção:

Fase: Elaboração do projeto

Ampliação

Data de Início: 2024

Data de fim: 2025

Freguesia: Freguesia de Assumar

Fundamentação:

Pretende-se a construção de uma Sala Polivalente com Zona de Refeições no recinto da Escola Básica do Assumar. A criação deste espaço pretende dotar a infraestrutura de melhores condições de conforto e funcionalidade que permitam satisfazer as atuais exigências que recaem sobre a Escola, entendida como espaço para acolhimento educativo dos alunos.

Tendo sido o IJ de Assumar construído ao abrigo de um contrato –programa em 2007 em terreno do estado e não tendo sido, na altura, registada a sua construção, atualmente o Município vê-se impossibilitado de registar o imóvel em seu nome e, conseqüentemente, sem legitimidade e possibilidade para intervir no mesmo dado que a titularidade continua no Estado. Passados 16 anos as necessidades de reparação são evidentes e algumas situações urgentes. Com este projeto pretende-se não só colmatar este problema como também, melhorar toda a logística da dinâmica escolar uma vez que as valências de pré e 1º ciclo estariam a funcionar num mesmo espaço, bem como, em salas diferentes, o ATL e a Zona de Refeições.

Assim, pretende-se com a deslocalização do Jardim de Infância:

☐ A ampliação do edifício existente para acoplar a valência de Jardim de Infância e a sua requalificação, visando dotar o edifício de melhores condições de eficiência energética, funcionais e de acessibilidade

☐ Adequação do espaço exterior a recreio adaptado às várias faixas etárias das valências ali presentes.

A construção da Sala para a Educação Pré-escolar no recinto da Escola Básica do Assumar substituirá a valência na sua atual localização, não se sobrepondo, tratando-se apenas de uma deslocalização.

Morada: Rua 25 de Abril, Assumar

Imagem mapa com visualização da área geográfica



Tipologia:

Sala Polivalente com Zona de Refeições e ampliação para deslocalização de sala pré-escolar

Nº alunos: 18 (1º Ciclo), 11 (Pré-escolar)

Agrupamento de Escolas João Maria Botas Carriço

Nº de salas: 2 de 1º Ciclo (já existentes) e 1 de Pré-escolar (a construir/ deslocalizar)

Nº de turmas: 1 (1ºCiclo), 1 (Pré-escolar)

Cartha International de l'Environnement - 2002 - 2004

Projet de loi sur l'Environnement

© 2002 - Association de l'Environnement de l'Ontario (AEO) - Cartha, une entreprise à but non lucratif

Association des Femmes Environnementales de l'Ontario (AFO)

Ontario - Environnement International de l'Ontario

Projet de loi sur l'Environnement (AEO) - 2002 - 2004

© 2002 - Bureau des Services à l'Environnement Régional de l'Ontario

Projet de loi sur l'Environnement (AEO) - 2002 - 2004

Projet de loi sur l'Environnement (AEO) - 2002 - 2004

Projet de loi sur l'Environnement (AEO) - 2002 - 2004

Projet de loi sur l'Environnement (AEO) - 2002 - 2004



Carta Educativa

2023-2033

Datas preliminares

18 de julho de 2023

Apresentação e apreciação da versão preliminar do documento no Conselho Municipal de Educação que, depois de colocado a votação, foi emitido parecer favorável por maioria.

25 de setembro de 2023

Pronúncia favorável emitida pelo Ministério da Educação.

26 de setembro de 2023

Versão final aprovada por unanimidade no Conselho Municipal de Educação.

27 de setembro de 2023

Analisada e discutida a proposta, a Câmara Municipal deliberou aprovar por unanimidade a Carta Educativa de Monforte e submeter a aprovação da Assembleia Municipal.

27 de setembro de 2023

Após análise e discussão, a proposta foi colocada a votação, tendo a Assembleia Municipal, no uso da competência conferida pelo Decreto-Lei nº 21/2019, de 30 de janeiro, artigo 14º nº1, e vista a pronúncia favorável do Ministério da Educação, deliberado, por maioria aprovar a Carta Educativa do Concelho de Monforte.